

DÉBORA JULIANA NEPOMUCENO DE SOUZA

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS
PROGRAMAS DE PERMANÊNCIA PARA
UNIVERSIDADES PÚBLICAS – um estudo da Universidade
Federal de Mato Grosso do Sul - 2003 a 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, Gestão Escolar e Formação Docente

Orientador (a): Mariluce Bittar

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Campo Grande - MS
Junho – 2012**

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS PROGRAMAS
DE PERMANÊNCIA PARA UNIVERSIDADES PÚBLICAS –
um estudo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - 2003
a 2010**

DÉBORA JULIANA NEPOMUCENO DE SOUZA

Área de Concentração: Educação

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra Mariluce Bittar (Orientadora- UCDB)

Prof. Dra. Giselle Cristina Martins Real (UFGD)

Prof. Dr. Jefferson Carriello do Carmo (UCDB)

CAMPO GRANDE, 11 DE JUNHO DE 2012

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
UCDB**

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa à todos os alunos de graduação que tiveram o acesso em uma universidade e que em determinado momento pensou que sua única saída seria a desistência por não conseguir mais conciliar trabalho e estudo, por não poder arcar com suas despesas dentro da universidade, entre outros, mas que, por meio de programas disponíveis para colaborar na permanência proporcionando a conclusão do curso, vocês com garra e coragem concluíram mas uma etapa importante de suas vidas

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu amado e querido Deus, pela vida, pelo sustento, pelo seu incomparável e imensurável amor que faz questão de provar dia após dia para com a minha vida. Agradeço pelo que Ele já fez, está fazendo e ainda fará em mim e através de mim.

Agradeço a minha querida amiga, madrinha e orientadora Prof^a Dr^a Mariluce Bittar, que me acompanha desde os tempos da graduação, e porque foi mediante seu apoio, confiança e incentivo que ingressei no Mestrado. Só Deus sabe o quanto me sinto orgulhosa de tê-la como orientadora e amiga, Prof^a super obrigada pela sua dedicação, paciência, por tudo que me ensinou e por sempre apostar em mim.

Ao meu lindo esposo, Bruno Roberto, pelo seu amor, pelas horas de apoio, compreensão, carinho, as palavras doces, pela grande paciência que teve durante todo esse tempo comigo e pela longa amizade de cultivamos durante tantos anos, te amo príncipe!

Aos meus pais Arnaldo e Marlene, que fizeram o possível e com intervenção de Deus o impossível para que eu me tornasse quem sou hoje, que no período da graduação me concederam a oportunidade de entrar, permanecer e concluir o curso de Serviço Social e que no Mestrado contribuíram com todo apoio, amor e carinho. Amo vocês, obrigada por tudo!

Aos docentes do Mestrado em Educação, que me incentivaram através de um comentário, de questionamentos, que por meio de seus conhecimentos contribuíram para a construção de um novo olhar para a educação no Brasil.

Aos colegas de sala, todos aqueles que dividiram momentos tanto de alegria quanto de angústias, aos parceiros de viagens, de almoços, de estudos, impossível citar nomes, pois corro o risco de me esquecer de alguém, mas uma coisa é certa, jamais me esquecerei de vocês!

Aos colegas do GEPPES, grupo de pesquisa da qual definitivamente teve fundamental colaboração na construção da minha Dissertação.

Enfim, à todos que contribuíram de forma direta ou indiretamente com minha pesquisa, jamais conseguiria realizá-la sozinha.

SOUZA, Débora Juliana Nepomuceno. **Política de Educação Superior e os Programas de Permanência para Universidades Públicas – um estudo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - 2003 a 2010**. Campo Grande, 2012. 134p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

Esta Dissertação investiga a política de educação superior no Brasil e os programas de permanência implementados pelas universidades públicas, em específico a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no período de 2003 a 2010, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Vincula-se à Linha de Pesquisa Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente, do Programa de Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado em Educação da UCDB e, se desenvolve no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior (GEPPE). O objetivo geral consiste em investigar os programas de permanência implementados nas universidades públicas, em específico a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no contexto das políticas de Educação Superior, no período de 2003 a 2010. Para tanto, os objetivos específicos ficaram assim definidos: a) Identificar as características dos programas de permanência oferecidos pelo governo federal na UFMS; b) Verificar os critérios de elegibilidade para concorrer a esses programas; c) Examinar como esses programas possibilitaram a permanência e a conclusão do curso superior. A pesquisa utilizou a abordagem qualitativa, delimitando o procedimento técnico-metodológico por meio das seguintes fases: a) pesquisa bibliográfica; b) organização e análise de fontes documentais, especialmente a legislação e os programas do governo no período de 2003 a 2010; c) levantamento de dados estatísticos do INEP/MEC sobretudo os relacionados às universidades públicas; d) levantamento dos programas de permanência na educação superior do governo federal; e) realização de entrevista por meio de roteiro semi-estruturado com alunos que utilizam a Bolsa Ação Permanência ou Auxílio Alimentação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; f) classificação, categorização e análise dos dados. Os resultados nos permitem afirmar que no governo de Luiz Inácio Lula da Silva foram implementados programas de educação superior para possibilitar a permanência dos estudantes nesse nível de ensino, como por exemplo, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que amplia o acesso e a permanência na educação superior; o Programa (INCLUIR) que propõe ações que garantam o acesso pleno de pessoas com deficiência às Instituições Federais de Educação Superior, e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), nosso principal foco de estudo, que, por meio da entrevista realizada com estudantes que utilizaram os recursos oriundos do PNAES, foi possível perceber sua importância como programa de permanência e, as barreiras relatadas por eles, são recorrentemente percebidas como desafios e até mesmo estímulos, sendo o Programa um marco para a educação superior e para a vida desses acadêmicos. Portanto, fica demonstrado que a permanência na IES pública não se restringe à matrícula, mas às condições econômicas para arcar com as despesas mínimas exigidas para cursar a educação superior, não basta garantir o acesso, é necessário propiciar também a permanência.

Palavras-Chave: Políticas de Educação Superior; Programas de Permanência e Universidades Públicas

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1. Indicadores de desigualdade de renda e de pobreza. Brasil 1999-2008 | 42 |
| Tabela 2. Evolução do Número de Instituições, segundo a Categoria Administrativa – Brasil - 2003 e 2010 | 50 |
| Tabela 3. Número de Matrículas na Graduação Presencial por Categoria Administrativa, segundo o Turno Brasil - 2010 | 60 |
| Tabela 4. Matrículas em cursos de graduação presencial, nas universidades e localização (Capital e Interior/Mato Grosso do Sul e Brasil) - 2003 e 2010 | 67 |
| Tabela 5. Evolução de bolsas de Permanência na UFMS. Ano 2008 e 2011..... | 106 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1: Evolução da Participação de Matrículas dos Cursos Presenciais por Turno e Categoria Administrativa – Brasil – 2000-2010..... | 45 |
|--|----|

LISTA DE ANEXOS

| | |
|---|-----|
| Anexo 1. Levantamento do Estado da Arte | 123 |
| Anexo 2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido..... | 127 |
| Anexo 3. Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada | 129 |
| Anexo 4. Relatório Mensal Bolsa Ação Permanência | 132 |

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCBS - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

CCET Centro de Ciências Exatas e Tecnologia

CCHS - Centro de Ciências Humanas e Sociais

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CONSED - Conselho Nacional dos Secretários de Educação

CPACs - Comissões Permanentes de Apoio e Assistência Acadêmica

CPDO - Campus de Dourados

CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa

DCE - Divisão de Temas Educacionais

DIAA - Divisão de Apoio e Assistência Acadêmica

DTE - Divisão de Temas Educacionais

EAD - Educação a Distância

ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

FACOM - Faculdade de Computação

FADIR - Faculdade de Direito

FAMED - Faculdade de Medicina

FAMEZ - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia

FAODO - Faculdade de Odontologia

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante da Educação Superior

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUNDECT - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul

GEPPEs - Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior

GERES - Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior

GT – Grupo de Trabalho

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial

ICBCG – Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande

IES - Instituições de Educação Superior

IFES - Instituições Federais de Educação Superior

IFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

INCLUIR - Programa de Acessibilidade na Educação Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

MRE – Ministério das Relações Exteriores

OSCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PDRAE - Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PEC-G - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

PEP - Programa de Ensino Profissionalizante

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PET – Programa de Educação Tutorial

PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de Educação

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PREAE - Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis

PROEXT - Programa de Extensão Universitária

PROMISAES - Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEED - Secretaria de Educação a Distância

SESu - Secretaria de Educação Superior

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TCU - Tribunal de Contas da União

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UCDB - Universidade Católica Dom Bosco

UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UEMT - Universidade Estadual do Mato Grosso

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação

UNIDERP - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| CAPÍTULO I – POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PÓS-LDB/1996 | 25 |
| 1.1 Estado e Políticas de Orientação Neoliberal dos anos 1990 a 2010 | 25 |
| 1.2 A Educação Superior no Brasil Pós-LDB/1996..... | 43 |
| 1.3 A Educação Superior no governo de Luíz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010)..... | 52 |
| CAPÍTULO II – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL E OS PROGRAMAS DE PERMANÊNCIA | 62 |
| 2.1 A UFMS e sua importância para o estado de Mato Grosso do Sul..... | 62 |
| 2.2 Programas de permanência para Instituições Públicas de Educação Superior no governo de Luíz Inácio Lula da Silva (2003-2010) | 68 |
| 2.3 Características dos programas de permanência implantados na UFMS | 76 |
| CAPÍTULO III – OS PROGRAMAS DE PERMANÊNCIA PARA OS ESTUDANTES DA UFMS | 88 |
| 3.1 O Programa Bolsa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e sua relação com a Bolsa Ação Permanência e Bolsa Auxílio Alimentação na UFMS | 88 |
| 3.2 Programas de permanência na UFMS: a Bolsa Ação Permanência e Bolsa Auxílio Alimentação | 94 |
| 3.3 Relação Entre os Benefícios Sociais e a Permanência do Estudante na UFMS | 103 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 110 |
| REFERÊNCIAS | 114 |
| ANEXOS | 122 |

INTRODUÇÃO

Esta Dissertação de Mestrado investiga a política de educação superior no Brasil e os programas de permanência implementados pelas universidades públicas, especificamente a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no período de 2003 a 2010, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

O tema da pesquisa foi sendo definido desde quando cursávamos Serviço Social (2006-2009), na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), período em que participamos de projetos de pesquisa desenvolvidos no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).

Uma dessas pesquisas refere-se ao Subprojeto Interinstitucional intitulado: “Acesso e Permanência no Processo de Expansão da Educação Superior - Pós-LDB/1996”,¹ que apresenta como objetivos específicos:

- a) Investigar as políticas de acesso vigentes na educação superior pós-LDB;
- b) Analisar as políticas e propostas vigentes na educação superior Pós-LDB, estruturadas com o objetivo de assegurar a permanência dos estudantes;
- c) Investigar as alterações ocorridas nos processos seletivos no período Pós-LDB;
- d) Identificar as características dos estudantes que ingressam na educação superior e que participam dos programas de permanência, como: situação econômica, tipos de cursos/áreas, composição étnico-racial, etc;
- e) Examinar as possíveis alterações que se verificam nas características da composição sócio-econômica dos estudantes. (BITTAR; PEIXOTO, 2009, p. 10)

O Subprojeto, por sua vez, vincula-se ao Projeto Interinstitucional de Pesquisa “Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil pós –LDB – 1996-2010”,

¹ Coordenado nacionalmente pelas Professoras Mariluce Bittar (UCDB) e Maria do Carmo de Lacerda Peixoto Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e desenvolvido com o apoio do CNPq.

desenvolvido pela Rede Universitas/Br². Esse Projeto Interinstitucional tem como objeto de análise as políticas de expansão da educação superior no Brasil, no período compreendido entre a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ocorrida em 1996, e o Plano Nacional de Educação (PNE), 2001 - 2011.

Além disso, a pesquisa está integrada ao Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior (GEPPEs)³, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, da UCDB, e cadastrado no Diretório de Pesquisa do CNPq.

Nossa participação nesse Grupo de Pesquisa, desde 2007, contribuiu e vem contribuindo para o conhecimento do tema da pesquisa em políticas de educação superior, proporcionando segurança em relação aos procedimentos de pesquisa nessa área e como proceder cientificamente, do ponto de vista teórico e metodológico.

O vínculo com o GEPPEs colabora principalmente na questão da pesquisa e na troca de experiência entre os pesquisadores. De certa forma, obtivemos uma qualificação no que estamos desenvolvendo, e temos aprendido com os colegas mestrados, mestres, doutorandos, doutores, como desenvolver a pesquisa em educação e como construir conhecimento em políticas de educação superior. O Grupo tem como objetivos:

- a) Colaborar no processo de consolidação da produção científica e do desenvolvimento da educação superior na região Centro-Oeste;
- b) Reunir pesquisadores da região Centro-Oeste, cujo foco de pesquisa se concentra no campo das políticas de educação superior;
- c) Fomentar a criação e consolidação de grupos de pesquisa vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, com ênfase para a região Centro-Oeste.⁴

O início da participação no GEPPEs ocorreu quando cursávamos a graduação na UCDB; durante o curso, entre os anos de 2007-2009, fomos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). Nesse período foram desenvolvidos dois Planos de Trabalho de Iniciação Científica: O primeiro foi: “Ensino Noturno: Acesso e Democratização do Ensino Superior”, que por sua vez teve o mesmo nome do Projeto de Pesquisa da qual estava inserido, intitulado: “Ensino Noturno: acesso e

² A Rede Universitas/Br reúne vários pesquisadores de diferentes universidades brasileiras e investiga as políticas de educação superior no Brasil. Vincula-se por sua vez, ao Grupo de Trabalho Política de Educação Superior, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (GT11 – ANPEd).

³ O GEPPEs funciona desde 1999 sob a coordenação da Prof^a Dra. Mariluce Bittar e, desde sua origem, centraliza seus estudos no campo das políticas de educação superior; possui significativa produção científica publicada e/ou apresentada pelos pesquisadores em eventos científicos nacionais e internacionais.

⁴ Disponível em: <http://www.ucdb.br/mestradoeducacao/grupogeppe/index.php?id_menu=2&meio=2>. Acesso em: 08 nov. 2011.

democratização da educação superior” coordenado pelos Professores Mariluce Bittar (UCDB) e João Ferreira de Oliveira (UFG), apoiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq) e pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). O objetivo do referido Projeto consistiu em “analisar o processo de expansão do ensino noturno, como mecanismo de acesso e democratização, no contexto das reformas universitárias e projetos de Lei de Reforma Universitária proposta pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva”. (BITTAR; OLIVEIRA, 2007, p.8)

O segundo Plano de Trabalho denominava-se: “Programas de Permanência do Estudante do Ensino Noturno na UCDB” também vinculado ao Projeto citado e teve como objetivo geral: “Investigar quais são as políticas de permanência para os estudantes do ensino superior noturno da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)”. (BITTAR; SOUZA, 2008, p. 5).

Pudemos observar, nos resultados dessas pesquisas, a importância dos programas de permanência para estudantes que ingressam na educação superior e o que significa estudar no período noturno. Os programas assistenciais de apoio ao acadêmico, da UCDB, têm por objetivo contribuir para que o estudante tenha condições de permanência e conclusão do ensino superior; observamos que o ensino noturno, ao longo dos últimos anos, transformou-se em instrumento de inclusão social, pois nele o estudante busca sua formação profissional, enquanto o trabalho remunerado durante o dia, oferece-lhe subsídios financeiros para viabilizar os estudos.

Os dois Planos de Trabalho desenvolvidos no âmbito do PIBIC/CNPq/UCDB contribuíram, também, para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “Benefícios Sociais de uma Universidade Comunitária para a Permanência do Estudante Trabalhador do Ensino Noturno na UCDB”, que teve como objeto de análise os benefícios sociais de uma Universidade Comunitária para a permanência do estudante do ensino noturno na UCDB. Seus objetivos consistiram em:

- a) Verificar como o estudante trabalhador dos cursos noturnos concilia trabalho e universidade; b) Identificar as dificuldades encontradas pelos acadêmicos no decorrer do curso; c) Analisar se os benefícios sociais (bolsas e outras modalidades) da UCDB contribuem para a permanência e conclusão do curso superior noturno de estudantes trabalhadores. (SOUZA, 2009, p. 21)

Nessa pesquisa, foi elaborado um questionário com 28 questões e aplicado aos 23 alunos bolsistas do 4º ano do curso de Serviço Social do período noturno da UCDB do ano de 2009. Os resultados obtidos, mostraram que, por ser Universidade Comunitária, a UCDB possui vários programas assistenciais de apoio ao acadêmico que têm por objetivo contribuir para que o estudante tenha condições de permanência e conclusão do ensino superior. Por ter que manter seu certificado de filantropia e ser caracterizada pelo fato de não ter fins lucrativos, a Universidade Comunitária tem seus recursos gerados ou recebidos, aplicados em suas atividades; ela contribui para a formação superior oferecendo bolsas de estudo como: (bolsa estágio, bolsa extensão, coral, esporte, etc); atendimentos gratuitos à população e a estudantes, como: assistência social e psicológica, assistência jurídica, etc.

Com a realização dessas pesquisas, foi possível verificar que a realidade de muitos estudantes é de trabalhar para poder estudar, todos buscam por meio da educação superior, o reconhecimento social, a formação profissional e a obtenção de um diploma, e procuram alcançar esse objetivo em uma IES privada que lhes proporcione algum tipo de bolsa de estudos para poder arcar com os estudos.

Da pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso, observamos os seguintes aspectos: a) 70% dos alunos bolsistas do Curso de Serviço Social ingressaram na Universidade tendo todo seu ensino médio cursado em escola pública; b) 56% de alunos que tentaram entrar primeiramente em uma universidade pública, não passando, optaram pela instituição privada; c) 43% nunca prestaram vestibular para uma IES pública, foram direto para a instituição privada. Esses alunos não tiveram a oportunidade para se dedicar exclusivamente aos estudos e se preparar para concorrer a uma vaga na IES pública, justamente pelo fato de estarem inseridos no mercado de trabalho.

As maiores dificuldades reveladas nos questionários foram referentes à questão socioeconômica e a falta de tempo para os estudos; os alunos relataram que mesmo tendo bolsas de estudo oferecidas pela Universidade encontraram dificuldades no decorrer do curso e que sem a concessão da bolsa seria impossível a conclusão dos estudos.

Levando em consideração que o vestibular tem um grau de exigência muito elevado, em que poucos conseguem passar por não terem tempo para dedicar horas do seu dia aos estudos, muitos acadêmicos são obrigados a escolher o ensino noturno privado e noturno, para ter acesso à educação superior.

O fato de pertencer a segmentos menos favorecidos economicamente leva os estudantes a trabalharem em idade de escolarização obrigatória, restando-lhes somente o estudo noturno. As atividades “trabalho e estudo”, como duas ações interligadas e presentes

na vida dos estudantes-trabalhadores tornando-se impossível tratar de um sem mencionar o outro não apresenta uma correlação, mas um cotidiano sofrido. O que caracteriza a vida é o trabalho, esta atividade que fixa os limites do estudo, do lazer e do descanso; o tempo assume um papel de vigilante na vida desses alunos, ou seja, o trabalho e o estudo assumem papel de guardiões em relação às outras atividades do cotidiano desses jovens.

Desse modo, os programas de bolsas caracterizam-se muitas vezes, como a única possibilidade de acesso e permanência à educação superior. Mas ainda há dificuldades que acabam prejudicando o rendimento acadêmico ocasionando problemas com os critérios exigidos pelo programa, pois há falta de subsídios para arcar com gastos relativos a xérox, compra de livros, compra de uniforme, compra de instrumentos profissionais, se necessário e recursos para suprir suas necessidades básicas.

Tendo como base todos esses dados de nossas pesquisas anteriores, bem como as realizadas por outros integrantes do GEPPES, juntamente com as leituras desenvolvidas ao longo desse período e no início do Mestrado em Educação, fomos delimitando o objeto de pesquisa desta Dissertação. Ao longo desse percurso entendemos que seria relevante pesquisar os programas de permanência voltados para as instituições de educação superior (IES) públicas, uma vez que, por meio de leituras que serão relatadas a seguir, fica evidenciado que a evasão nessas instituições são tão reais quanto nas instituições privadas.

Nesse sentido, questionamos o papel do Estado em relação às IES públicas, quais são os programas que tem se destacado para essas universidades como forma de contribuição para a permanência e conclusão do curso para seus acadêmicos. Esse questionamento forneceu a base para definirmos nosso objetivo geral, que consiste em: investigar os programas de permanência implementados nas universidades públicas, em específico a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no contexto das políticas de Educação Superior, no período de 2003 a 2010.

Os objetivos específicos ficaram assim definidos: a) Identificar as características dos programas de permanência oferecidos pelo governo federal na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); b) Verificar os critérios de elegibilidade para concorrer a esses programas; c) Examinar como esses programas possibilitaram a permanência e a conclusão do curso superior.

Com base no problema focado nesta Dissertação, realizamos o levantamento do estado da arte sobre o conhecimento produzido nesse tema no período de 1996 a 2011, foi possível fazer um levantamento abrangente que nos possibilitou a elaboração de um quadro demonstrativo da produção do período, conforme o anexo 1.

Ao fazer o levantamento no site da UCDB, que oferece Programa de Pós-Graduação em Educação⁵, foi constatado desde o ano de 1996 um total de 256 Dissertações. Dentre os estudos destacam-se algumas pesquisas sobre a educação superior como: “Expansão Universitária em Mato Grosso do Sul- 1979-2001”, de Eloisa Bittencourt Fernandes, defendida em 2003, que teve como objetivo “verificar e analisar o processo de expansão da educação superior em Mato Grosso do Sul, nas quatro universidades existentes no estado: duas públicas, UFMS e UEMS, e duas privadas, UCDB e UNIDERP” (2003, p. 6). Segundo a autora, os dados recolhidos foram sistematizados e analisados de acordo com quatro características principais: “a comparação entre as universidades públicas e as privadas; o processo de interiorização dos cursos de graduação; o crescimento dos cursos noturnos e as áreas de conhecimento nas quais existe maior concentração de matrículas.” (2003, p. 6).

A autora constatou que o crescimento de matrículas até 2001 foi maior na iniciativa privada, mostrando, assim, características específicas no processo de expansão no estado de Mato Grosso do Sul. Evidenciou, ainda, que a reforma do Estado após a década de 1990 incentivou o crescimento da educação superior privada atendendo às exigências das políticas internacionais mostrando a desresponsabilização do Estado nos seus serviços. Os estudos de Fernandes são importantes para esta pesquisa, pois analisa a expansão de duas instituições públicas de Mato Grosso do Sul, uma delas, a UFMS, e discute a questão do papel do Estado em relação às universidades.

Como contribuição também relatamos a Dissertação intitulada “Políticas de Educação Superior e as Universidades Estaduais: um estudo sobre os cursos noturnos da universidade estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS”, de Eliane Terezinha Tulio Ferronato, em 2009, que analisa as características do ensino noturno na UEMS e sua relação com as políticas públicas de educação superior no Brasil, no ano de 2006.

A pesquisa estipulou o ano de 2006 para a coleta de dados para que as análises fossem realizadas em 2007 e 2008 (FERRONATO, 2009, p.6). Como resultado a autora concluiu que:

O período noturno é enfatizado nos programas do governo federal, como um meio de ampliar as vagas e o acesso à educação superior, porém, nenhuma das Universidades Estaduais do Centro-Oeste incluiu em seus Regimentos e Estatutos programas específicos que garantam a permanência do estudante-trabalhador do período noturno, apesar de todas elas disponibilizarem mais vagas no turno noturno do que no diurno. Conclui-se, inicialmente, que a UEMS, assim como as Universidades Estaduais do Centro-Oeste, cumprem seu papel ao

⁵Disponível em:< <http://www.ucdb.br/mestrados/>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

atender um contingente de jovens que residem no interior do estado se encontravam excluídos dos bancos universitários. No entanto, a autora chega a conclusão que para que essas universidades cumpram o seu papel social por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão são necessárias políticas que as fortaleçam do ponto de vista de sua autonomia e do financiamento público.(FERRONATO, 2009, p.6)

Outra Dissertação que contribuiu para esta Dissertação foi a de Maria Cleide L. P. Cavalcante, que analisa as “Políticas de Educação Superior: acesso e permanência de estudantes trabalhadores dos cursos noturnos (1996-2006)”, vinculado à pesquisa “Ensino Noturno – acesso e democratização da educação superior”, desenvolvido no âmbito do GEPPE/UCDB. A autora teve como objeto de pesquisa “o estudo das políticas de educação superior: acesso e permanência de estudantes trabalhadores de cursos noturnos, no período de 1996-2006.” (2008, p.7) Foi realizada uma pesquisa de campo, que contou com um formulário semi-estruturado executado a 79 concluintes de cursos de graduação oferecidos no turno noturno de uma IES privada na região norte de Mato Grosso do Sul. Obteve como conclusão que:

As políticas neoliberais continuam reforçando a seletividade e as formas de ingresso dificultando o acesso à educação superior. Concluí-se também que no país, como no estado de MS, dos que conseguem o acesso, apenas 12% permanecem e concluem sua formação. (CAVALCANTE, 2008, p.7)

Esse trabalho tem vinculação com nosso tema de estudo, pois a autora discute sobre políticas de educação superior e a relação com o acesso e a permanência do estudante, evidenciando que essas categorias nunca estiveram tão presentes nas agendas governamentais como atualmente.

Nas publicações da Revista Série-Estudos da UCDB⁶, foram encontrados três artigos, que se assemelham à temática do estudo e destacamos o artigo intitulado: “Política de Cotas para Negros na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – um estudo sobre os fatores da permanência”, de Mariluce Bittar, Maria José de Jesus Alves Cordeiro e Carina Elisabeth Maciel de Almeida, em 2007, que analisa a implantação da política de cotas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e teve como objetivo “identificar os fatores que

⁶ Disponível em: <<http://www.ucdb.br/serieestudos>>. Acesso em: 15 fev. 2012

contribuem para a permanência desses alunos na educação superior.” (2007, p. 143). As autoras informam que:

A UEMS implantou a reserva de 20% de vagas para negros por meio da Lei Estadual n. 2.605 de 2003, como resultante da pressão dos movimentos sociais. Apesar de encontrarem dificuldades econômicas para permanecerem em seus cursos de graduação, os entrevistados afirmaram que o sistema de cotas possibilitou o acesso e, principalmente, a reflexão sobre a identidade negra e a discriminação racial no ambiente acadêmico. Faz parte das funções da universidade atender a demanda por mais educação e o acesso de brancos, negros e índios. (BITTAR; ALMEIDA; CORDEIRO, 2007, p.143)

Esse artigo teve relevância para o nosso trabalho, pois discute a questão do acesso e permanência dos alunos cotistas na UEMS, em uma universidade pública.

Foram realizadas buscas também no site do GEPPE⁷, no qual encontramos o Trabalho de Conclusão de Curso, defendido por Aretha Fagundes de Oliveira e Simone Moraes da Gama, 2008, com o tema: “A Inclusão do Negro na Educação Superior: acesso e permanência na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)”. A pesquisa analisa “as dificuldades de permanência encontradas pelos alunos oriundos do Instituto Luther King, que hoje são acadêmicos de diversos cursos na Universidade Católica Dom Bosco, e quais as ações da Universidade para contribuir com sua permanência.” (2008, p.9)

A pesquisa demonstrou que mesmo com bolsas de estudos, sejam elas parciais ou não, os alunos se vêem obrigados a trabalhar para custear outras despesas, por exemplo, uma porcentagem da mensalidade, caso a bolsa seja parcial, além das dificuldades para adquirir materiais didáticos e pedagógicos, como livros, fotocópias e acesso à internet. As autoras concluíram que:

As maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos oriundos do Instituto têm relação direta com o fator socioeconômico e que, sem a bolsa de estudos, os alunos não estariam na Universidade. (GAMA; OLIVEIRA, 2008, p. 9)

Esse Trabalho de Conclusão de Curso também se vincula à nossa pesquisa, pois, apesar de a discussão ser referente a uma universidade privada, as autoras discutem a questão da permanência dos alunos na educação superior.

⁷ Disponível em: <www.geppes.ucdb.br>. Acesso em: 15 fev. 2012.

No Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁸ foram encontrados 15 trabalhos voltados para o tema da nossa pesquisa, entre eles destaca-se a Tese de Carina Elisabeth Maciel de Almeida, intitulada “O Discurso de Inclusão nas Políticas de Educação Superior (2003 – 2008)”. Com o objetivo “analisar como o discurso de inclusão é apresentado no conjunto de documentos referentes à educação superior do Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002 – 2008).” (2009, p.9) De acordo com a autora:

Os dados investigados mostram que o Brasil é um país em desenvolvimento que, embora venha apresentando, nos últimos anos, índices mais altos de crescimento econômico e social, ainda abriga grandes desigualdades sociais, o que representaria justificativa para a efetivação de políticas denominadas de inclusivas. Na educação superior, essas políticas são implantadas como ações afirmativas, por meio de programas e projetos propostos pelo governo federal. (2009, p.9)

Essa pesquisa colaborou para construção de nossa Dissertação no sentido de entender as políticas educacionais e o papel do Estado em relação a política de inclusão no governo Lula, o que trabalhamos quando relatado e analisado um dos programas de permanência para universidades públicas, sendo ele o Programa INCLUIR.

O levantamento realizado no GT11 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) resultou em 10 trabalhos voltados para a nossa temática, destacando-se o de Tereza Cristina M. A. Veloso e Edson Pacheco Almeida, intitulado: “Evasão nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Cuiabá – um processo de exclusão”, no qual analisa os cursos de graduação, com foco na análise da evasão, tendo como campo de estudo a Universidade Federal de Mato Grosso. Os autores afirmam que um dos motivos da evasão é a falta de tempo para poder trabalhar e contribuir no sustento da casa. Essa pesquisa também contribuiu para a construção desta Dissertação, pois a evasão é uma realidade da universidade pública, onde a falta da cobrança da mensalidade não garante a permanência do acadêmico na educação superior.

Esses trabalhos foram utilizados como suporte para a construção da Dissertação de Mestrado, pois, “A pesquisa teórica consiste numa elaboração da fundamentação teórica, necessária para compreender e se aproximar do objeto de estudo. Permite a análise das questões empíricas levantadas” (RODRÍGUEZ, 2004, p. 5).

⁸ Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>>. Acesso em: 18 fev. 2012.

O ponto de partida do trabalho inicia com a coleta e levantamento do que já foi escrito, todos nós partimos de algum conhecimento, e este levantamento é concretizado mediante as produções realizadas sobre o assunto, utilizando as diversas contribuições dos autores que já pesquisaram a respeito. (RODRÍGUEZ, 2004, p. 6)

Podemos afirmar, por meio do estado da arte levantado, que existem significativas produções e pesquisas científicas sobre o acesso e a permanência dos estudantes nas IES privadas, porém, no que diz respeito aos programas de permanência em IES públicas, percebemos a falta de pesquisas referente aos programas implantados, especialmente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, uma vez que para as IES privadas foi criado o Programa Universidade Para Todos (PROUNI).

O PROUNI foi criado como parte da meta da Reforma Universitária em 2004, por meio da Medida Provisória nº 213 de 19/09 e regulamentado em 2005, pela Lei 11.096, oferecendo bolsas de estudos parciais ou integrais em instituições privadas de educação superior (com ou sem fins lucrativos), para cursos de graduação e seqüenciais para alunos que concluíram o ensino médio em rede pública de educação ou em particular com isenção total das mensalidades.⁹

Entendemos que a questão da permanência na IES pública não se restringe à matrícula, mas também às condições econômicas para arcar com as despesas mínimas exigidas para cursar o ensino superior, como por exemplo: transporte, moradia, alimentação, vestuário, aquisição de material acadêmico, entre outros. Desse modo, situamos a relevância da temática aqui proposta como continuidade aos estudos desenvolvidos e, em especial, por avançar numa especificidade que ainda está pouco estudada.

Delimitamos, portanto, nesta pesquisa, a questão dos programas de permanência para os estudantes matriculados em cursos de graduação presencial nas IES públicas, no caso, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no período de 2003 a 2010, que corresponde ao momento da história política brasileira que se iniciou com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 1º de janeiro de 2003 e o término de seu mandato em 31 de dezembro de 2010.

Pretendemos, assim, contribuir para a ampliação e consolidação dessa área de pesquisa, em desenvolvimento, pelos pesquisadores do GEPPEs e do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado, da Universidade Católica Dom Bosco.

⁹ Disponível em < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3630.> Acesso em: 15 out. 2011.

A pesquisa teve ênfase na abordagem qualitativa que trata da compreensão de um fenômeno, objetivando explicar sua origem, relações e mudanças. Para compreender a realidade é necessário leituras e aprofundamentos, estabelecendo correlações entre aspectos importantes, percebendo os dados e eventos que se articulam (RODRÍGUEZ, 2004, p.7).

Analisar documentos é uma técnica importante porque pode mostrar aspectos novos de um tema e/ou completar informações obtidas por meio de outras técnicas de coleta de dados. Para Lüdke e André:

Os documentos constituem [...] uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte 'natural' de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto. (1986, p.39)

Com base nesse entendimento delimitamos o procedimento técnico-metodológico por meio das seguintes fases: a) pesquisa bibliográfica; b) organização e análise de fontes documentais, especialmente a legislação e os programas do governo no período de 2003 a 2010; c) levantamento de dados estatísticos do INEP/MEC especialmente relacionadas às universidades públicas; d) levantamento dos programas de permanência na educação superior do governo federal; e) realização de entrevista por meio de roteiro semi-estruturado com alunos que utilizam a Bolsa Ação Permanência ou Auxílio Alimentação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; f) classificação, categorização e análise dos dados.

Não tivemos acesso a relatórios, listagem e quantidade de alunos bolsistas da UFMS, porém, por meio de um Ofício encaminhado à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PREAE), responsável pelas bolsas da UFMS, a mesma nos disponibilizou o contato com 9 (nove) acadêmicos que utilizaram ou utilizam a Bolsa Ação Permanência ou Auxílio Alimentação para que a entrevista fosse realizada. Dos 9 (nove) alunos, conseguimos realizar a entrevista com apenas 3 (três)¹⁰, mas foram suficientes para a compreensão do objeto de pesquisa.

Um desses acadêmicos se formou no ano de 2010, e os outros dois se formaram no ano de 2011. As entrevistas nos permitiu uma espécie de mergulho em profundidade. De acordo com Lakatos (2007, p.98),

¹⁰ Quando efetuamos as ligações para dois acadêmicos o número do celular não mais correspondia ao dono e 4 (quatro) deles se recusaram a participar desse procedimento, totalizando 3 entrevistas.

A entrevista que visa obter respostas válidas e informações pertinentes, é uma verdadeira arte, que se aprimora com o tempo, com treino e com experiência. Exige habilidade e sensibilidade; não é tarefa fácil, mas é básica.

Os dados complementam as informações. Como afirmou Minayo: “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos (...) não se opõem. Ao contrário, complementam-se pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 1994, p. 21).

Em síntese, entendemos que com esses procedimentos, utilizamos o “[...] método, um caminho pelo qual se pode chegar mais facilmente ao que se procura.” (RODRÍGUEZ, 2004, p.1).

Esta Dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro “Política de Educação Superior no Brasil no Contexto das Políticas Educacionais Pós-LDB/1996” abordamos o Estado, no contexto das políticas neoliberais no período do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), a educação superior no Brasil pós-LDB/1996 bem como a política de educação superior durante o governo do ex-presidente Luíz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

No segundo capítulo “Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e os Programas de Permanência” relatamos o histórico da Instituição e sua importância para o estado de Mato Grosso do Sul. Por meio do levantamento dos programas de permanência, de caráter governamental para cursos de graduação presencial, destacamos cada um deles, mostrando seu público alvo, os critérios para concessão, entre outros, e desses quais foram os implementados pela UFMS e suas características.

No terceiro capítulo “Os Programas de Permanência para os estudantes da UFMS”, discutimos o Programa Bolsa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio do qual são oferecidas a Bolsa Ação Permanência, e a Bolsa Auxílio Alimentação na UFMS.

CAPÍTULO I

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PÓS-LDB/1996

O objetivo deste capítulo é tratar a questão do Estado no contexto das políticas de orientação neoliberal, nos anos 1990 a 2010, assim como a educação superior pós-LDB/1996. No último item discutimos as políticas da educação superior no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

1.1 - Estado e Políticas de Orientação Neoliberal dos anos 1990 a 2010

O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Segundo Anderson (1995, p. 9) o neoliberalismo “foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem estar”.

Após um período próspero de acumulação de capitais, o auge do fordismo e do keynesianismo¹¹ das décadas de 1950 e 1960, Hayek¹² e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos.

Segundo Anderson (1995, p. 10) “desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo, na realidade imprescindível em si.” O capitalismo passou então, a dar sinais de um quadro crítico, e ainda, de acordo com Anderson:

[...] a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quanto todo mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. (1995, p.10)

Os possíveis elementos para a sua queda foram: a tendência decrescente da taxa de lucro decorrente do excesso de produção; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; a crise do Welfare State ou do “Estado de Bem-Estar Social”; a desvalorização do dólar; a intensificação das lutas sociais (com greves, manifestações de rua) e a crise do petróleo.

O sistema de produção no mundo capitalista, tem uma significativa mudança a partir da década de 1970, especialmente na Europa quando há uma intensificação das empresas na busca e utilização de tecnologias que interferem diretamente no perfil dos trabalhadores, que devem ser melhor preparados e mais polivalentes em suas funções, bem como no número de vagas de trabalho oferecidas.

¹¹ Para Harvey, trata-se de “[...] um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que este conjunto pode com razão ser chamado de Fordista-Keynesiano. O colapso desse sistema a partir de 1973 iniciou um período de rápida mudança de fluidez e de incerteza. Não está claro se os novos sistemas de produção e marketing caracterizados por processos de trabalho e mercados mais flexíveis de mobilidade geográfica e de rápidas mudanças práticas de consumo garantem ou não o título de um novo regime de acumulação nem se o renascimento do empreendimento e do neoconservadorismo, associado com a virada cultural do pós-modernismo, garante ou não título de um novo modo de regulamentação.” (1992.p. 119).

¹² Frederick August von Hayek (1899 - 1992) foi um economista da Escola Austríaca. Hayek fez contribuições para a Psicologia, a teoria do Direito, a Economia e a Política. Disponível em:< http://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich_Hayek>. Acesso em: 18 jan 2012.

O quadro crítico do capitalismo, a partir dos anos 1970, em todo o mundo, afetou as relações sociais e o mundo do trabalho e, por consequência, atingiu também o Estado e as políticas públicas.

Nessa década é que a política neoliberal começa a ter eco no contexto mundial visando um Estado forte, no sentido de minimizar seu papel nas políticas educacionais, sendo capaz de romper com o poder dos sindicatos, de modo que exercesse controle sobre a moeda e minimizasse seus gastos e investimentos. Para que isso fosse possível seria necessário ter a estabilidade monetária como meta suprema para qualquer governo, um orçamento disciplinado e equilibrado. “Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com o bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos.” (ANDERSON, 1995, p. 11)

Com essa filosofia se pretendia equilibrar o mercado, restabelecer o crescimento econômico e pôr fim à crise do capitalismo ocidental.

Como o Estado está diretamente ligado aos meios de produção e consumo, necessita passar também por reformas, e é aí que tomam forças os ideais neoliberais de um Estado mais enxuto e com um papel mais controlador do que executor: diminuem-se as responsabilidades, e aumenta-se o controle. Mas para isso “o Estado deve ser forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia” (CHAUÍ, 2003, p. 212).

Desde a teoria econômica, o neoliberalismo é considerado como uma contra-revolução monetarista que propõe o dismantelamento das instituições sociais criadas pelo modelo de Estado Benfeitor e também procede das propostas keynesianas e neokeynesianas, ou seja, reduzir os riscos resultantes das flutuações que se produzem no funcionamento do livre mercado.

Porém, esta é uma expressão da crise estrutural do capital, ou seja, trata-se da crise desse padrão de acumulação, o fordismo/keynesianismo, no pós-guerra (1945- 1973), que se acentuou no período de 1965 a 1973, como assinala Antunes (1999, p. 31)

De fato, a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela eximia, em seu significado mais profundo, uma *crise estrutural do capital*, onde se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro, [...]. Era também a manifestação [...] tanto do sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da lei de *tendência decrescente do valor de uso* das

mercadorias, quanto da *incontrolabilidade* do sistema de metabolismo social do capital. Com o desenvolvimento de sua crise estrutural, começava também a desmoronar o mecanismo de ‘regulação que vigorou, durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente da Europa.

De acordo com Gomes (2005) como resposta à essa crise estrutural do capital intensificaram as mudanças estruturais, tecnológicas, produtivas e organizacionais caracterizadas pela reestruturação produtiva, para alavancar o processo de reprodução do capital e a reestruturação produtiva vem através de estratégias na organização no processo produtivo e na organização do trabalho.

Para Bianchetti (2001, p. 21) autores que analisam o neoliberalismo,

[...] o definem como um movimento político-econômico heterogêneo consolidado nos países capitalistas desenvolvidos na década de 1970, cuja proposta significa o retorno aos princípios ortodoxos do liberalismo [...] propostas da economia clássica como única alternativa de superação da crise pela qual passam a sociedade.

Para esse autor o neoliberalismo pretende converter-se no fundamento de uma nova ordem internacional, reformulada com base nas novas condições do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, implicando para o resto dos países, uma nova forma de domínio sobre aqueles que não desenvolveram o controle do mecanismo de produção. (BIANCHETTI, 2001)

No Brasil um dos principais representantes da corrente neoliberal foi o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), embora não declarasse oficialmente, mas seguia fielmente boa parte das recomendações do Consenso de Washington¹³, como disciplina fiscal, controle de gastos do governo, reforma tributária, abertura de mercado, privatização, entre outros.

Batista (1994) em sua última obra, relata o que foi o Consenso de Washington:

¹³ **Consenso de Washington** é um conjunto de medidas - que se compõe de dez regras básicas - formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C. [...] As dez regras básicas são: Disciplina fiscal; Redução dos gastos públicos; Reforma tributária; Juros de mercado; Câmbio de mercado; Abertura comercial; Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; Privatização das estatais; Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas) e Direito à propriedade intelectual. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Consenso_de_Washington.> Acesso em: 19 jan. 2012

Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?" era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subseqüentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington". (BATISTA, 1994, p.5)

O governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) agiu sob forte influência neoliberal, e a educação, principalmente a superior, entrou no processo de adaptação ao sistema de qualidade total, segundo destaque de Chauí (1999), é um período em que a universidade se torna uma Universidade Operacional, ou seja, uma instituição voltada para a formação de profissionais para o mercado, tendo ela mesma que tomar uma posição empresarial e submetida às leis de mercado, o que necessariamente se afasta de seu objetivo como instituição social.

A visão neoliberal de meritocracia, onde, o indivíduo passa a ser responsabilizado por seu sucesso ou fracasso, não mais o Estado em si, também recai sobre a sociedade como um todo, diminuindo as responsabilidades do Estado, de modo que por esse entendimento muitas empresas públicas são privatizadas, dando início a um extenso processo de particularizações em todo o país.

Para o Banco Mundial, segundo Simionatto (2001), o Estado pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), direciona recursos significativos em Seguridade Social, e, nem sempre estes 'altos' investimentos implicam na qualidade dos serviços prestados, pois prioriza a quantidade em detrimento da qualidade, não atendendo as necessidades dos segmentos populacionais mais pobres.

Para o Banco Mundial as principais funções do Estado têm como obrigação traduzir-se em medidas que atendam aos anseios dos grupos menos favorecidos. Porém, compreende-se que, o Estado provedor não atende às necessidades dos mais pobres tão pouco age de acordo com parâmetros da economia mundial globalizada, "pois as mudanças tecnológicas têm ampliado as funções dos mercados e obrigado as nações a assumirem competências novas" (SIMIONATTO, 2001, p.2).

Para o Banco Mundial as funções do Estado consistem em:

- a) Estabelecimento de um ordenamento jurídico básico;
- b) Manutenção de um conjunto de políticas macroeconômicas;
- c) Investimentos em serviços sociais básicos e infra-estrutura;
- d) Proteção dos grupos vulneráveis;
- e) Defesa do meio ambiente (SIMIONATTO, 2001, p. 2).

De acordo com o entendimento do Banco Mundial, o Estado passa a regular e a estabelecer suas funções e de acordo com a sua capacidade de investimento “O cumprimento dessa programática exige a ‘complementaridade entre Estado e mercado’, ou seja, a iniciativa privada aparece como o novo conteúdo na execução das funções públicas, invertendo as premissas do pacto keynesiano” (SIMINONATTO, 2001, p. 2)

Sendo assim, o Estado, ao investir em políticas públicas compartilha a responsabilidade com a sociedade civil com intuito em alcançar os mais necessitados. Onde as políticas públicas passam a ter um caráter compensatório tendo como função colaborar para corrigir distorções vivenciadas pelas camadas mais pobres da sociedade.

De acordo com Simionatto (2001), é fundamental diante da visão do Banco Mundial que a responsabilidade da sociedade civil seja tanto quanto a responsabilidade do Estado nas elaborações e aplicações de políticas públicas:

[...] provedores privados até então reservados ao setor público, o que tem levado os países a investir em políticas de saúde, educação e assistência aos segmentos mais pauperizados. Invoca aqui o Banco Mundial a necessidade de buscar a participação das empresas, dos trabalhadores, das instituições e dos grupos comunitários para o desenvolvimento das ações públicas. Afirma, ainda, que muitos países em desenvolvimento que desejam reduzir a magnitude de seu desmesurado setor estatal devem conceder prioridade máxima à privatização (BANCO MUNDIAL, 1997, *apud* SIMIONATTO, 2001, p.3).

Desse modo crescem os espaços privados e encolhe o espaço público, tendo maior abertura para a criação de instituições privadas, enquanto as públicas praticamente sofrem um processo de estagnação em matéria de investimentos.

O Estado de bem-estar social¹⁴, ou *welfare state*, outrora garantidor dos direitos do cidadão fora deixado de lado dando lugar ao Estado “mínimo” trazendo mudanças e consequências para a vida em sociedade. O Estado passa então a ser máximo para o mercado e mínimo para as políticas sociais. De acordo com Peroni (2003, p. 153)

[...] por um lado ele é chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação, mas por outro tem que criar um “bom clima de negócios”, para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos dos controles de câmbio) a fuga de capital para pastagens mais verdes e lucrativas.

As ações sociais do Estado diminuíram de forma significativa e a justificativa apresentada pelos neoliberais é a de que ele está em crise.

[...] A estratégia, portanto, é reformar o Estado ou diminuir sua atuação para superar a crise. O mercado é que deverá superar as falhas do Estado; assim, a lógica do mercado deve prevalecer, inclusive no Estado, para que ele possa ser mais eficiente e produtivo (PERONI; BAZZO; PEGORARO, 2006, p. 11).

A crise do Estado moderno é explicada da seguinte forma por Mézaros (2002):

A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno. Portanto, não é acidental que o encerramento da ascensão histórica do capital no século XX coincida com a crise do Estado moderno em todas as suas formas [...]. Compreensivelmente, a atual crise estrutural do capital afeta em profundidade todas as instituições do Estado e os métodos

¹⁴ Para designar o Social-liberalismo ou o Estado de Bem-Estar são usadas comumente expressões como: Estado Assistencialista, Estado Providência, Estado Previdência, Estado Protetor e Welfare State, na expressão inglesa. Para demonstrar o fato de o Estado ter deixado de ser produtor de bens e serviços para se transformar em regulador do processo de mercado existem expressões como: Estado-regulador, Estado-articulador, Estado-supervisor, Estado-avaliador e Estado-competidor. São todas denominações actuais e correntes na literatura especializada que expressam novas formas de actuação e diversas e profundas mudanças nos papéis do Estado; em qualquer dos casos quase sempre impulsionadas (e justificadas) por factores externos que dizem respeito, predominantemente, aos efeitos decorrentes da transnacionalização do capitalismo e da actuação de instâncias de regulação supranacional efeitos esses que são desigualmente sentidos consoante a situação de cada país no sistema mundial, embora sejam necessariamente (re)interpretados ou recontextualizados ao nível nacional. (AFONSO, 2001, p. 25)

organizacionais correspondentes. Junto com esta crise vem a crise política em geral, sob todos os aspectos, e não somente sob os diretamente preocupados com a legitimação ideológica de qualquer sistema particular de Estado. (MÉSZAROS, 2002, p. 106-107)

Se da assim, o início do processo do neoliberalismo e de acordo com Antunes (1999) “com o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal.”

De acordo com Peroni; Bazzo e Pegoraro (2006) o Estado passa a assumir como missão o ato de promover por meio da competitividade os direitos individuais e deixa de se constituir como garantidor dos direitos sociais. “A globalização, o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a redefinição do papel do Estado se caracterizam como partes indissociáveis de um mesmo processo em que pela re-configuração”

Para as agências de cooperação internacional, principalmente para o Banco Mundial, “o papel do Estado é fundamental para o processo de desenvolvimento econômico e social, porém, não enquanto agente direto do crescimento senão como sócio, elemento catalisador e impulsionador desse processo”. (BANCO MUNDIAL, 1997, p. 1, *apud* SIMIONATTO, 2001).

Para Souza e Oliveira (2003, p. 873) Um dos objetivos da reforma do Estado é torná-lo eficiente, isso por meio da atenção voltada para o mercado:

A conhecida crítica à ineficiência do Estado gerou diferentes formas de privatização. Uma que pode ser chamada de *strictu sensu*, tratou de transferir a propriedade de setores estatais para a iniciativa privada, numa perspectiva de enxugamento da ação econômica do Estado. A outra, mais matizada tratou de disseminar formas de gestão ancoradas na lógica de mercado. Nesse caso, não se discute a propriedade da empresa, mas se introduzem concepções privadas de gestão. Esta alternativa, quer seja pela natureza do procedimento, quer seja pela natureza da área não comportava uma transferência direta para o mercado, pelo menos em sua acepção mais ‘perfeita’.

Com o objetivo de intensificar o processo de abertura do Estado brasileiro com o mercado internacional, Fernando Henrique Cardoso afirma a importância de o Brasil se inserir no contexto globalizado da economia, relata isso em sua proposta de governo denominada “Mãos à Obra Brasil”:

Entre os instrumentos se incluía um cronograma de redução das tarifas de importação a ser implantado no período de 1991 a 1994, e o lançamento do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade. A média do imposto que se situava em 51% no início de 1988, foi reduzida para 14% a partir de julho de 1993; as alíquotas passaram a variar de 0 a 40%.[...] Entretanto, ainda há muito que avançar. [...] Por isso, o Governo Fernando Henrique vai definir e promover uma política industrial clara e abrangente, que considere o processo de globalização, a aceleração do ritmo do progresso tecnológico, a difusão de novos padrões tecnológicos e gerenciais e as experiências de integração regional, em especial o Mercosul. (CARDOSO, 1994. p. 72-73)

Definido o papel do Estado em sua campanha, FHC aponta de forma explícita, qual é o papel do Estado no processo da economia globalizada e propõe mudanças ao afirmar que:

Neste modelo, não caberá mais ao Estado um papel de produtor exclusivo de bens e serviços, mas normatizador e neutralizador das distorções do mercado, assim como de agente coordenador de investimentos. O aumento da competitividade é indispensável ao crescimento e dinamismo da economia para gerar muitos empregos, fortalecer e ampliar o mercado interno, possibilitando a produção de bens e serviços mais baratos e com qualidade, tanto para os brasileiros quanto para a exportação (CARDOSO, 1994, p.73).

Com a intenção de que se torne competitivo essas mudanças deverão estar voltadas para uma nova forma de administrar o país, não apenas para os brasileiros como também para o mercado externo. De acordo com as hipóteses do neoliberalismo, isso implicaria em:

[...] alterações no campo das políticas públicas, especialmente das políticas sociais, na medida em que estão em curso propostas e projetos que se configuram pela minimização do papel do Estado, marcado pela interpenetração das esferas pública e privada em detrimento da primeira. (DOURADO, 2002, p. 234)

Assim, mesmo que o processo de uma nova lógica de ação do Estado tenha se iniciado ainda no governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), as ações de mudança continuaram, passando pelo ex presidente Itamar Augusto Cautiero Franco (1992 – 1994) tendo em seu período de governo realizado o plebiscito sobre a forma de governo no Brasil,

obtendo como resultado a permanência da república presidencialista no Brasil e, durante sua incumbência, idealizado o Plano Real¹⁵, elaborado pelo Ministério da Fazenda, posteriormente sucedido pelo seu então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso. No período do governo de FHC, essas ações de mudança iniciadas no governo de Collor, continuaram e se intensificaram.

De acordo com Simionatto e Pfeifer (2006, p. 4) no primeiro mandato do governo FHC (1994 – 1997) “o Estado não é mais visto como provedor de serviços públicos, mas como promotor e regulador, devendo estabelecer suas funções de acordo com sua capacidade” E de acordo com Dourado (2002):

A crítica ao Estado intervencionista, efetivada pelos partidários do neoliberalismo, e a busca de minimização da atuação do Estado no tocante às políticas sociais, pela redução ou desmonte das políticas de proteção, são prescritas como caminho para a retomada do desenvolvimento econômico por meio da reforma do Estado. A defesa ideológica dessa reforma é implementada pelo discurso de modernização e racionalização do Estado, objetivando, desse modo, a superação das mazelas do mundo contemporâneo (desemprego, hiperinflação, redução do crescimento econômico...) e de adaptação às novas demandas pelo processo de globalização em curso. (DOURADO, 2002, p. 235):

Em novembro de 1995 é elaborado ainda na primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE).

O Plano de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) se constitui em um documento elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), sob a responsabilidade do ex- Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira; aprovado pela Câmara da Reforma do Estado e submetido ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em 21 de setembro de 1995. Este Plano “define objetivos e estabelece diretrizes para a reforma da administração pública brasileira” (BRASIL, 1995, p. 6).

¹⁵ O programa brasileiro de estabilização econômica é considerado o mais bem-sucedido de todos os planos lançados nos últimos anos para combater casos de inflação crônica. Combinaram-se condições políticas, históricas e econômicas para permitir que o Governo brasileiro lançasse, ainda no final de 1993, as bases de um programa de longo prazo. Organizado em etapas, o plano resultaria no fim de quase três décadas de inflação elevada e na substituição da antiga moeda pelo Real, a partir de primeiro de julho de 1994 (Disponível em <www.fazenda.gov.br/portugues/real/planreal.asp. Acesso em 16 jul. 2011).

Na apresentação do Plano, assinado até então pelo atual presidente, FHC tem-se a seguinte declaração:

A crise brasileira da última década foi também uma crise do Estado. Em razão do modelo de desenvolvimento que Governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por consequência a inflação. Neste sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim será possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1995, p.6).

O Plano de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) é justificado por meio do documento onde é exposto a diferença entre os termos: Estado e reforma do Aparelho do Estado.

Entende-se por aparelho do Estado a administração pública em sentido amplo, ou seja, a estrutura organizacional do Estado, em seus três poderes [...] e três níveis União, Estados-membros e Municípios [...] por um corpo de funcionários e pela força militar. O Estado, por sua vez, é mais abrangente que o aparelho, porque compreende adicionalmente o sistema constitucional-legal, que regula a população nos limites de um território (BRASIL, 1995, p. 12).

Por meio do PDRAE, é declarado a necessidade da reforma, juntamente com essa declaração é informado o papel do Estado:

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. [...] Para realizar essa função redistribuidora ou realocadora o Estado coleta impostos e os destina aos objetivos clássicos de garantia da ordem interna e da segurança externa, aos objetivos sociais de maior justiça ou igualdade, e aos objetivos econômicos de estabilização e desenvolvimento. (BRASIL, 1995, p. 12)

Neste documento é possível identificar que as propostas de mudança são para todas as políticas sociais brasileiras. Em meio à crise do capitalismo foi que ocorreram as

modificações no papel do Estado, crise essa que de acordo com os neoliberais foi denominada como crise do Estado pelo fato de que para se legitimar atendendo por meio de políticas sociais as demandas da população gastou mais do que podia.

Mas de acordo com o Plano, a crise estava no Estado e foi a partir do PDRAE que as políticas sociais deixam de ser consideradas exclusivas do Estado, passando a ser também de responsabilidade do público não estatal. Dando início então às parcerias entre a esfera pública e iniciativa privada, parcerias como por exemplo entre o Estado e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)¹⁶. De acordo com Almeida (2009):

Na formulação e aplicação das leis, o Estado tem papel fundamental e está diretamente relacionado aos rumos econômicos e políticos do país e, conseqüentemente, das políticas educacionais, conforme aponta Gomes (2003) em seus estudos a respeito dos rumos das políticas de educação superior. Nessas pesquisas, nota-se a interferência internacional nas políticas desenvolvidas para a educação superior no Brasil, uma vez que é por meio destas que os objetivos traçados pelos organismos internacionais se efetivam, justificando, assim, o financiamento advindo dessas instituições internacionais. (ALMEIDA, 2009, p. 107)

Dentre as principais mudanças do período do governo de FHC destacamos a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996), e do Plano Nacional de Educação (PNE-2001), ambos os documentos foram formulados sob os ditames da nova configuração do Estado, ocorrido pela Reforma do aparelho estatal de 1995, o que discutiremos no item a seguir, seguido das principais tendências da educação superior no governo de Luíz Inácio Lula da Silva.

Com o fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, um ex-operário, foi eleito e iniciou seu mandato em janeiro de 2003. O governo Lula tem em si um símbolo histórico de mudança para o cenário político representando uma vitória do povo, A presidência de Lula mantém características de governos anteriores porém, com

¹⁶Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). A Lei 9.790/99 foi elaborada com o principal objetivo de fortalecer o Terceiro Setor, que constitui hoje uma orientação estratégica em virtude da sua capacidade de gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar pessoas e recursos necessários ao desenvolvimento social do País. Nele estão incluídas organizações que se dedicam à prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e assistência social, à defesa dos direitos de grupos específicos da população, ao trabalho voluntário, à proteção ao meio ambiente, à concessão de microcrédito, dentre outras. Disponível em:< <http://www.direitosocial.com.br/oscip.htm>> Acesso em: 17 set. 2011.

mudanças no âmbito social e educacional, diminuindo características de governos adeptos de políticas neoliberais.

Segundo Faria (2010, p. 4) Lula assumiu o governo em um período difícil (2003), com ameaça da volta da inflação, aumento do desemprego, desprestígio internacional. Além disso, pouco era feito para mudar as condições de vida da maioria da população, o que agravava a situação de desigualdade social. O Estado brasileiro estava enfraquecido por anos de desmonte de suas estruturas e a privatização de boa parte de suas funções. Porém, no primeiro item de “Um novo Brasil é possível” do Plano Plurianual (PPA) 2004 – 2007 consta:

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o governo com o compromisso de mudar o País e melhorar a vida dos brasileiros. Sua eleição foi a da esperança de que um novo Brasil é possível. Desde o primeiro dia de mandato o novo governo se propôs a enfrentar o desafio histórico de eliminar a fome e a miséria que envergonham a Nação e atingem milhões de irmãs e irmãos. Construir uma sociedade dinâmica e moderna, tirar o país da letargia, gerar empregos e riquezas e estabelecer justiça social são objetivos que só serão alcançados com um crescimento firme e duradouro. Promover um desenvolvimento sustentado com equidade social requer grande união de esforços e a mobilização da sociedade brasileira. Cabe ao Estado utilizar todos os instrumentos e recursos disponíveis para dar o impulso indispensável à retomada do desenvolvimento. (PPA 2004-2007, 2004, p.3)

O PPA, Plano Plurianual 2004 –2007, intitulado “Gestão Pública para um Brasil de todos” propõe uma orientação estratégica de Governo e de ministérios, que definem os objetivos das políticas setoriais voltadas às concretizações dos compromissos de Governo.¹⁷

O PPA 2004-2007 teve como objetivo inaugurar as seguintes estratégias de longo prazo (2004, p.5):

a) inclusão social e desconcentração da renda com crescimento do produto e do emprego, b) Crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos e pela elevação da produtividade, c) E redução da vulnerabilidade externa através da expansão de atividades competitivas que viabilizem esse crescimento sustentado.

Segundo o documento do PPA 2004-2007 (2004)¹⁸ essas estratégias distribuem-se em cinco dimensões: social, econômica, regional, ambiental e democrática. Em 2004, o

¹⁷ Disponível em: http://www.sigplan.gov.br/arquivos/portallppa/15_%28PlanoBrasildeTodos%29.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2012.

¹⁸ Esse documento define que os problemas fundamentais a serem enfrentados são a concentração de renda e riqueza, a exclusão social, a baixa criação de emprego e as barreiras para a transformação dos ganhos de

debate sobre educação voltou-se para a reforma do ensino universitário, denominada Programa Universidade Para Todos (PROUNI), além da adoção do sistema de cotas nas instituições federais de ensino superior. De acordo com Haddad e Graciano¹⁹, o projeto de Lei que instituiu o PROUNI no ano de 2004, previu a ocupação da parte de 550 mil vagas ociosas em instituições de ensino superior privadas, por estudantes oriundos da rede pública, com renda familiar de até um salário mínimo, e professores da educação básica sem curso superior.

Em troca de isenção de impostos estabelecidos pela Constituição Federal exclusivamente para bolsas de estudos, propunha também que as instituições superiores filantrópicas destinassem 20% de gratuidade exigida por lei.²⁰

O PPA 2008-2011(2007b), intitulado “Desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade” tem como base três eixos: o “crescimento econômico”, a “educação de qualidade” e a “agenda social”. Os conteúdos desses eixos correspondem, respectivamente: ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) criado em janeiro de 2007, que orienta a política de infra-estrutura do segundo mandato do governo Lula, com destaque para as obras relacionadas aos setores energético e de transportes; ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que tem o objetivo de melhorar a qualidade da educação brasileira; e à Agenda Social, cuja principal política é a continuidade de programas focalizados de “transferência de renda”, como o Bolsa-família, e os investimentos na área de segurança pública.

Existem 306 programas orçamentários neste Plano Plurianual: 215 são classificados como finalísticos e 91 como de apoio às políticas públicas e áreas especiais. Os programas se desdobram em 4.300 ações. As ações informam sobre o quanto o governo vai gastar (R\$ 3,5 trilhões, o equivalente a US\$ 1,96 trilhão) e sobre as soluções para resolver os problemas e as reivindicações da sociedade. (PPA 2008-2011, 2007a, p. 6)

O PPA 2008-2011 (2007a, p.6) tem o papel de revelar a estratégia de desenvolvimento para o país. E é possível identificar a diferença entre o PPA do primeiro governo Lula e o de seu segundo mandato. “O primeiro mandato ficou a reboque de uma economia política contracionista, ou seja, que estava na tendência e de inspiração liberal.

produtividade em aumento de rendimentos da grande maioria das famílias trabalhadoras. Destaca-se a introdução de uma estratégia participativa na formulação do plano, com a incorporação várias contribuições de organizações da sociedade civil. Também foram realizadas consultas públicas e validação dos 26 estados e do Distrito Federal. (PPA, 2004, p. 4).

¹⁹ HADDAD, Sérgio, GRACIANO, Mariângela. A educação no Brasil na era Lula, um breve balanço. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Disponível em: <
<http://www.social.org.br/relatorio2004/relatorio031.htm>> . acesso em: 23 jan. 2012

²⁰ PÁGINA PRINCIPAL. Relatoria Nacional para o Direito à Educação. Disponível em: Acesso em 23 jan.2012.

Nunca o país passou por um período de encolhimento tão forte do gasto público, de baixos investimentos em infra-estrutura e em políticas sociais.”

De acordo com o PPA 2008-2011 (2007a, p.6) “A mudança do perfil ideológico e a melhora de indicadores econômicos de nomes-chave da equipe econômica resultaram em um projeto para o segundo mandato com características em maior desenvolvimento”. E ainda:

Para os anos que se passaram, o governo anunciou um círculo virtuoso e contínuo de crescimento na economia: o fortalecimento do consumo de massa, a elevação da qualidade da educação, o aumento da produtividade e da competitividade do mercado interno, mais lucros para as empresas e, finalmente, a elevação da renda dos trabalhadores, que alimentaria novamente o consumo interno. (PPA 2008-2011, 2007a, p.6)

De acordo com Baltar et al., (2010), analisando o conjunto de mudanças observadas no mundo do trabalho no Brasil, especialmente no período do governo Lula afirmam:

Além do crescimento econômico, o mercado de trabalho brasileiro recebeu impactos positivos da implantação de uma política de valorização do salário mínimo, da maior fiscalização do cumprimento da legislação do trabalho, das pressões e negociações sindicais, de políticas governamentais nas áreas social e do trabalho, de mudanças institucionais, ou seja, de um conjunto importante de transformações que não estavam asseguradas como consequências imediatas do crescimento econômico, mas que foram definidas nas relações de poder e nas negociações estabelecidas entre trabalhadores, empresários e governo. (2010, p.6)

Os autores seguem afirmando que a partir do segundo mandato do ex-Presidente Lula, nota-se mais claramente uma posição de governo diferente em relação ao crescimento econômico, tendo como um dos sintomas da mudança, a recusa em aprofundar o ajuste fiscal, recusando a implementação de uma política sugerida por economistas e segmentos conservadores da sociedade brasileira.

A implementação dessa política fiscal ainda mais restritiva, que tinha como objetivo gerar um superávit nominal nas contas públicas, era sugerida como forma de aproveitar a possibilidade de ampliar o superávit primário dada pelo maior ritmo de crescimento do PIB e da arrecadação tributária. Nessa perspectiva, o superávit nominal contribuiria para cobrir a totalidade do pagamento do serviço da dívida pública, acelerando a queda na relação entre esta dívida e o PIB, uma prioridade absoluta para os segmentos interessados no desenvolvimento e crescente sofisticação do setor financeiro, ainda que

isso dificultasse o desenvolvimento mais robusto da produção realizada no país. (BALTAR et al., 2010, p. 7)

Optou-se então, por lançar o PAC, no sentido de restaurar o quadro de pessoal e o nível dos salários dos funcionários públicos, que os autores tratam como “[...] muito sacrificados pelo esforço anterior de contenção da despesa pública” (BALTAR et al., 2010, p.8). Outra atitude que expressou a mudança de posição do governo foi sua reação diante da crise internacional no final do ano de 2008:

Embora com atraso, devido ao temor da desvalorização do Real repercutir no aumento da taxa de inflação, o Banco Central diminuiu a taxa básica de juros brasileira (Selic); relaxou o depósito compulsório dos bancos; usou as reservas internacionais para garantir o financiamento das exportações; reduziu temporariamente o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos bens duráveis de consumo (automóveis, eletrodomésticos, materiais de construção, móveis e outros produtos); lançou um programa de construção de habitações populares (Minha Casa, Minha Vida); reduziu o Imposto de Renda da classe média; usou os bancos públicos para garantir o atendimento da demanda de crédito e incorporar instituições financeiras fragilizadas pela crise; garantiu crédito dos bancos ao segmento constituído pelas micro e pequenas empresas. (2010, p. 8)

Esses direcionamentos das políticas sociais executadas pelo governo, conformaram um novo quadro, marcado pelo otimismo, e, também pela expectativa de mudança. O Governo Luiz Inácio Lula da Silva diferencia-se do governo Fernando Henrique Cardoso pela implementação de políticas públicas que tinham por objetivo minimizar as diferenças sociais tanto na área social quanto na educação, e para isso criou mecanismos para permitir que tal objetivo fosse alcançado.

Liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o ex-presidente Lula, em seus dois mandatos (2003 – 2006; 2007 - 2010) iniciou com a intenção de mudar o cenário do Brasil, transformar a nação em um dos principais países do cenário internacional, priorizando os interesses nacionais e regionais, buscando mudar a histórica desigualdade nas relações Norte-Sul do Brasil.

Os PPAs do governo Lula demonstram clara articulação com os PPAs do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), no que tange à adoção do planejamento estratégico e aos eixos do planejamento. No primeiro governo de FHC (PPA 1996-1999) vigorou a expressão da Reforma do Estado e das medidas iniciais para a estabilização econômica, associação à

“modernização”, ou melhor, ao choque de “governança”; no segundo governo de FHC (PPA 2000-2003) e primeiro governo de Lula (PPA 2004-2007), os eixos foram os mesmos: crescimento sustentado; geração de emprego; combate à pobreza; inclusão social e consolidação dos direitos humanos, da cidadania e da democracia. E no segundo governo Lula (PPA 2008-2011), os eixos das ações do Governo explicitados no PPA são: crescimento econômico, agenda social e educação de qualidade. A diferença significativa no último PPA é a centralidade dada à educação. (ARAÚJO, 2011, p.21)

Apesar do governo Lula ter chegado ao último ano de seu segundo mandato com índice de aprovação acima dos 80%, com evidente apoio da população às mudanças²¹ há autores que têm apresentado uma visão bastante crítica com relação a política educacional desse período, como Frigotto, Ciavatta e Ramos, que afirmam:

O controvertido percurso entre as propostas de governo anunciadas ao povo brasileiro durante a campanha de 2002 e as ações e omissões no exercício do poder revelam alguns saldos de boas intenções e estratégias que se tornam obstáculos ao avanço da efetiva democratização da educação nesse período de governo. (2005, p. 1104)

Há a necessidade de se ampliar no geral as condições de vida da população e o acesso à educação superior, apesar de se ter uma continuidade nas políticas, o papel do Estado precisa passar por uma mudança.

Um aspecto fundamental para examinar o caráter das políticas adotadas por um governo está relacionado com as mudanças provocadas na distribuição da renda. Nos últimos anos, em paralelo à melhor estruturação do mercado de trabalho nacional, diminuiu um pouco a desigualdade de renda, mensurada pelo índice de Gini (de 0,58 em 2003 para 0,55 em 2008). Certamente, continua sendo muito grande a desigualdade de renda prevalecente na sociedade brasileira, mas há uma clara tendência de avanços nesse campo, o que também pode ser mensurado pela razão entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres. (BALTAR et al., 2010, p. 26).

Por meio de programas de distribuição de renda e aumento do salário mínimo, brasileiros puderam sair da situação de miséria e pobreza, atingindo níveis de vida e de consumo que os colocam como integrantes da classe média, trazendo uma certa melhoria em relação à saúde, à educação, ao emprego e à auto-estima, além de abrir possibilidades de um futuro melhor para todos. É o que podemos analisar por meio da tabela a seguir:

²¹ Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Governo_Lula>. Acesso em: 25 jan. 2012.

Tabela 1. Indicadores de desigualdade de renda e de pobreza. Brasil 1999-2008

| Ano | Desigualdade de renda: Índice de Gini | Razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres | Pessoas em domicílios miseráveis (mil) | Pessoas em domicílios pobres (mil) | Renda domiciliar per capita (R\$ 2008) |
|------|---------------------------------------|--|--|------------------------------------|--|
| 1999 | 0.59 | 22.95 | 23,955 | 56,183 | 540.21 |
| 2001 | 0.60 | 23.34 | 25,406 | 58,489 | 547.70 |
| 2003 | 0.58 | 21.42 | 26,069 | 61,386 | 515.97 |
| 2004 | 0.57 | 19.91 | 23,326 | 59,542 | 528.08 |
| 2008 | 0.55 | 17.13 | 13,889 | 41,461 | 661.11 |

Fonte: IBGE-PNAD. Indicadores elaborados pelo IPEADATA. In: BALTAR et al. 2010, p. 26

Verificamos que o número de pessoas em domicílios pobres e miseráveis ainda é alto, porém desde o início do período do governo Lula essa relação tem diminuído. A contribuição para melhoria na distribuição de renda, redução da pobreza e a elevação da renda média das famílias foram possibilitadas pela retomada do dinamismo econômico e pelo impacto que este teve sobre a elevação do nível do emprego assalariado.

O salário mínimo legal, desde a implantação do Plano Real, em 1994, vinha registrando recuperação de seu poder de compra. Contudo, a valorização em termos reais ganhou impulso a partir de 2005, quando o Governo Federal assumiu um compromisso explícito de promover o crescimento do valor real do salário mínimo. A valorização verificada entre 2003 e 2008 excedeu em muito a taxa de inflação, propiciando ganhos reais expressivos (38,3%) aos trabalhadores que estão na base da pirâmide. (BALTAR et al. 2010, p. 27)

1.2 A Educação Superior no Brasil Pós-LDB/1996

Nos anos 1980 a educação superior foi marcada, de forma mais incisiva, pela implementação de políticas neoliberais excludentes. Mais precisamente no final dessa década, o Brasil começa a adaptar-se ao modelo neoliberal e foi nesse contexto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996), foi sancionada, especificamente no dia 20 de dezembro de 1996, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, e então, ministro da Educação Paulo Renato Souza.

Denominada oficialmente “Lei Darcy Ribeiro”, a LDB, apresentou grandes desafios para a educação superior brasileira, sendo necessário ocorrer transformações como consequência das políticas educacionais implantadas. Mesmo com a melhoria para o acesso à educação superior, Ristoff (2008, p.41) afirma que “a educação superior brasileira continua excludente e inacessível a uma parcela significativa da população brasileira, em especial para os jovens das classes trabalhadoras.”

Vieira (2000) analisa o processo de transição educacional pelo qual passou o Brasil no período de 1985-1995, destacando algumas instabilidades ocorridas no sistema educacional brasileiro. Governo de José Sarney (tempos de indefinição de rumos), governo de Fernando Collor de Mello (tempos de muito discurso e pouca ação), governo de Itamar Franco (tempos de tentativa de retomada) e o governo de Fernando Henrique Cardoso (tempos de definição de rumos).

Sarney ouve a escola, mas não transforma em proposições Collor se fecha nos gabinetes. Itamar propõe uma grande agenda de discussões, ouvindo os estados e a sociedade civil, dando os passos na direção de um acordo nacional. Com Fernando Henrique, o Ministério da Educação volta a assumir o comando. Talvez as gestões assumam, de fato, a marca de seus dirigentes – seja na negociação ou na arrogância. (VIEIRA, 2000, p. 221-222)

De acordo com Dourado (2008, p. 12), nos anos 1990, sobretudo no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), as políticas públicas são reformuladas por meio da Reforma do Estado, que causou modificações significativas nos padrões de intervenção estatal, redirecionando mecanismos e formas de gestão e, conseqüentemente, as políticas públicas e, particularmente, as políticas educacionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei 9.394/1996 não escapa dessa influência, pois foi aprovada no contexto neoliberal que favorece à mercantilização do ensino e a privatização da educação superior, influenciada também pelas agências internacionais, das quais se destacam o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A Conferência Nacional de Educação Para Todos, ocorrida em Brasília, entre 29 de agosto e 2 de setembro de 1994, com a participação do Ministério da Educação (MEC), da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME), do Conselho Nacional

dos Secretários de Educação (CONSED) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), como comissão organizadora da conferência, foi o cenário para o marco desse movimento.

Segundo Minto (2006, p.150) “a LDB é o instrumento legal que melhor expressa os parâmetros e a lógica de reestruturação da educação superior nos anos 1990.” E de acordo com Dourado e Oliveira (2003), a reconfiguração da educação superior acelerou o processo de privatização e mercantilização desse nível de ensino.

É importante saber que o que consta a respeito do dever do Estado com a educação na LDB, no art. 4º, é o mesmo que consta na Constituição Federal art. 208

[...]

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequando às condições do educando. (Brasil, 1988, p. 118)

O ensino superior, de 1997 a 2003, principalmente o ensino privado, viveu um período de crescimento exponencial. As regras para abertura de instituições tornam-se mais flexíveis a partir de 1995 e, em 1999, foi regulamentada a lei que permitiu a abertura de faculdades com fins lucrativos:

Art. 7º As pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior, previstas no inciso II do art. 19 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil ou comercial e, quando constituídas como fundações, serão regidas pelo disposto no art. 24 do Código Civil Brasileiro.

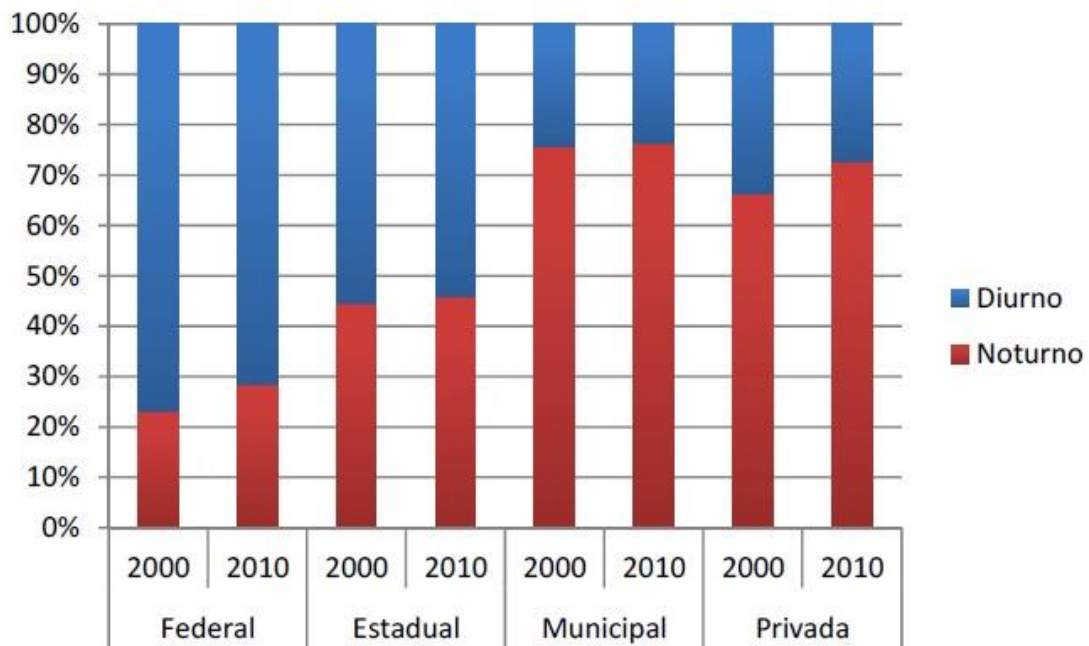
Parágrafo único. Quaisquer alterações estatutárias na entidade mantenedora, devidamente averbadas pelos órgãos competentes, deverão ser comunicados ao Ministério da Educação, para devidas providências. (BRASIL, 1999, s.p.)

“Amparada na própria legislação, a iniciativa privada logrou um grande crescimento quantitativo, que se intensificou com a aprovação da LDB, quando houve maior abertura das instituições educacionais com fins lucrativos”. (SAVIANI, 2004, p.12-13).

Diversos empresários investiram na abertura de instituições de educação superior com maior número de vagas no período noturno, ação essa que se reflete nos dias de hoje.

No gráfico a seguir podemos confirmar essa informação, baseada nos dados que demonstram a diferença de matrículas nos períodos diurno e noturno das IES públicas para as privadas.

Gráfico 1: Evolução da Participação de Matrículas dos Cursos Presenciais por Turno e Categoria Administrativa – Brasil – 2000-2010



Fonte: MEC/Inep, 2010, p. 15

Esse gráfico mostra a participação percentual das matrículas presenciais por turno, de 2000 a 2010. Por meio dele, podemos observar o aumento progressivo na participação dos cursos noturnos. No caso das instituições municipais, o atendimento noturno foi predominante ao longo de todo o período; em 2010, 76,2% das matrículas presenciais municipais são noturnas.

Nas instituições federais, diferentemente, predomina o atendimento diurno. Mas, é possível visualizar o aumento proporcional para o atendimento noturno que, em 2010, representa 28,4% das matrículas presenciais.

As instituições estaduais, segundo o gráfico, apresentam o atendimento mais equilibrado por turno; tendo em 2010, 54,2% matrículas no período diurno. Finalmente, no caso das instituições privadas, o atendimento noturno tem aumentado progressivamente desde

o início do período. É na categoria privada que as matrículas presenciais noturnas apresentam elevação mais expressiva, atingindo em 2010 o correspondente a 72,8% de seu atendimento.

Porém, não podemos ignorar a importância dos cursos noturnos nas IES privadas, uma vez que é identificada como sendo um meio para a expansão de vagas na educação superior.

A educação superior oferecida no período noturno é identificada como sendo um meio para a expansão das vagas desse nível de ensino, configurando mecanismo de acesso. Diante da evidência de maior oferta de vagas em cursos noturnos nas instituições privadas, percebemos uma contradição, uma vez que a grande maioria dos alunos que frequentam esse período são estudantes que trabalham, e que precisam, muitas vezes, custear o próprio estudo. (BITTAR; ALMEIDA; VELOSO, 2008, p. 107)

Apesar de as IES privadas e do período noturno colaborar na expansão de vagas, destaca-se uma característica de alunos que estudam nesse período, que é de serem trabalhadores durante o dia e estudantes no turno da noite. Diante dessa realidade é ressaltado padrões de qualidade para a educação superior e o papel do Estado, por meio da LDB (Lei nº 9394/1996), sobretudo para cursos oferecidos no período noturno, na tentativa de assegurar o mesmo nível de qualidade do ensino diurno ao noturno.

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 4. As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária. (BRASIL, 1996, p.14)

O Plano Nacional de Educação²² (2010) menciona a necessidade de expansão de vagas na educação superior, com ênfase no setor público:

²² O PNE, aprovado pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, é um plano do governo que estabelece diretrizes, metas e prioridades para o setor educacional brasileiro, tem como objetivos: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2006/elabpne.pdf>>. Acesso em 08 abr. 2011.

Há necessidade da expansão das universidades públicas para atender à demanda crescente dos alunos, sobretudo os carentes [...]Deve-se assegurar, portanto, que o setor público neste processo, tenha uma expansão de vagas tal que, no mínimo, mantenha uma proporção nunca inferior a 40% do total. [...]Ressalte-se a importância da expansão de vagas no período noturno, considerando que as universidades, sobretudo as federais possuem espaço para este fim, destacando a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que assegurem ao **aluno-trabalhador** o ensino de qualidade a que tem direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno. (BRASIL, 2010a, p.42, grifos nossos).

No Plano Nacional de Educação a expressão “aluno-trabalhador”, aparece explicitamente, assegurando que o ensino a ele ministrado no turno noturno, seja da mesma qualidade que o estudante do período diurno recebe, reforçando, portanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

É possível perceber nas instituições privadas de educação superior que no turno noturno os estudantes estão pressionados, de um lado, pelas forças produtivas desenvolvidas e, de outro, pela necessidade da formação superior no mercado de trabalho.

Por meio do gráfico 1 verificamos que o número de procura de vagas para os cursos de graduação vem crescendo constantemente, principalmente no período noturno. Os alunos querem estudar a noite para exercer uma atividade profissional remunerada durante o dia e garantir seu sustento financeiro (total ou parcial) durante os anos de estudo.

Martins (1994) pontua que o teor econômico possui um grande peso sobre o político, devido à apropriação dos meios de produção por um número reduzido de pessoas e venda barata da força de trabalho pela grande maioria.

Profissionais qualificados tem sido um dos requisitos mais solicitados pelos contratantes. Essa necessidade do capitalismo tem feito com que alunos que tem apenas o ensino médio busquem o mais rápido possível uma vaga na educação superior. Esses alunos são pessoas que necessitam trabalhar para ajudar a família e, por essa razão, buscam os cursos noturnos em universidades publicas, pois são gratuitos.

O ensino noturno é a solução encontrada por aqueles que precisam trabalhar e, ao mesmo tempo estudar. Os alunos das camadas médias e das camadas populares não

conseguem ter acesso à universidade pública, pois além de serem oferecidas poucas vagas no vestibular, não se encontram preparados adequadamente para concorrer a elas, pois em sua maioria concluíram o ensino médio em escolas públicas e não tiveram condições para pagar um cursinho pré-vestibular.

Levando em consideração que o vestibular tem um grau de exigência muito elevado, no qual poucos conseguem passar por não terem tempo para dedicar horas do seu dia aos estudos, tendo então que optar pelo ensino noturno privado, para poder ter acesso à educação superior.

O fato de pertencer a segmentos menos favorecidos economicamente da população, leva os estudantes a trabalhar em idade de escolarização obrigatória, restando a eles somente o estudo noturno. As atividades: trabalho e estudo, como duas atividades interligadas e presentes na vida dos estudantes-trabalhadores, tornando se impossível falar de um sem mencionar o outro, não apresenta uma correlação, mas um cotidiano sofrido. Segundo Bittar (2006, p. 200), estudante-trabalhador:

Refere-se à denominação atribuída aos estudantes de cursos superiores que, além de estudarem, estão inseridos no mundo do trabalho. Via de regra são estudantes de cursos noturnos, sobretudo de instituições particulares, pois são essas que oferecem o maior número de vagas nesse turno.

O que caracteriza a vida é o trabalho, ou seja, esta atividade que fixa os limites do estudo, do lazer e do descanso; o tempo assume um papel de vigilante na vida desses alunos, ou seja, o trabalho e o estudo assumem papel de guardiões em relação às outras atividades do cotidiano desses jovens.

Segundo Terribili (2008) a rotina diária de levantar cedo, trabalhar o dia todo, enfrentar as dificuldades de trânsito e transporte é a realidade de dezenas de estudantes no período noturno, alimentação inadequada e um percurso de volta a residência marcado pela insegurança.²³

Acresça-se ao cenário, reduzida quantidade de horas de sono, pouco lazer e a própria legislação trabalhista, que não oferece flexibilização de horário de trabalho para o estudante trabalhador e muitas vezes não propicia benefício-alimentação adicional, para que o estudante possa se alimentar antes das aulas, uma vez que se locomove diretamente do local

²³ TERRIBILI, apud, Disponível em: <<http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/a-dura-realidade-do-estudante-do-periodo-noturno-353698.html>>. Acesso em: 02 set. 2011

de trabalho para a instituição. De acordo com Bittar (2000, p. 165) a problemática que envolve esse tipo de estudante:

[...] que está inserido no mundo do trabalho e a ele se dedica quase integralmente, difere-se em muitos aspectos do acadêmico que somente se dedica à universidade e não necessita custear seus próprios estudos [...]; entre os aspectos que necessitam ser analisados para conhecer as características desse aluno, destacam-se: a sua origem sócio-econômica, sua idade, suas expectativas profissionais, sua condição de aluno e trabalhador e em que cursos está matriculado.

Geralmente o estudante trabalhador não trabalha apenas para pagar mensalidade da faculdade, mas em vários casos, é ele quem sustenta a família, paga as contas da casa, faz as compras, entre outros.

O Censo da Educação Superior de 2010 revelou aspectos importantes da atual situação da educação superior brasileira, como o crescimento nas matrículas de estudantes ingressantes. Em 2010, com relação ao ano de 2009, 333.224 novos alunos ingressaram no ensino superior (BRASIL, 2009 e 2010b, s.p.).

No total, o número de matrículas em 2009 foi de 5.115.896 e no ano de 2010 o número saltou para 5.559,120 alunos matriculados em cursos de graduação presencial.(BRASIL, 2009 e 2010b, s.p.).

O número de instituições públicas de 245 em 2009, foi para 278 no ano de 2010, contando com as esferas federal, estadual e municipal, enquanto o número de instituições privadas cresceu de 2.069 no ano de 2009 para 2.100 no ano de 2010. Apesar de ambas apresentarem a mesma tendência, as instituições privadas continuam predominantes na educação superior, com 88% do número total de IES. (BRASIL, 2009 e 2010b, s.p.)

O número de IES no Brasil vem crescendo constantemente, a distribuição de IES por categoria administrativa pode ser verificada na tabela a seguir. (BRASIL, 2010b, s.p.)

Tabela 2: Evolução do Número de Instituições, segundo a Categoria Administrativa – Brasil - 2003 e 2010

| ANO | Pública | | | Total IES públicas | Privada | Total IES privadas | Total Geral Pública e privada |
|------|---------|------|------|--------------------|---------|--------------------|----------------------------------|
| | Fed. | Est. | Mun. | | | | |
| 2003 | 83 | 65 | 59 | 207 | | 1652 | 1859 |
| 2010 | 99 | 108 | 71 | 278 | | 2100 | 2378 |

Fonte: Censo da Educação Superior/ MEC/INEP/DEED

No ano de 2010 consta um total de 278 instituições públicas, divididas entre federais, estaduais e municipais e 2100 instituições privadas. Os dados do Censo da Educação Superior demonstram ainda o crescimento que ocorreu do ano de 2003 a 2010, no período do governo Lula. No que diz respeito às IES privadas, o aumento foi de 27%, já nas públicas o crescimento gira em torno de 34% a mais de instituições na educação superior, o que retrata percentualmente o crescimento de IES no setor público.

Segundo Ferronato (2008, p.35) [...] as políticas educacionais formuladas na gestão dos governos neoliberais, apesar de enfatizarem a necessidade de se ampliar o acesso aos estudantes em todos os níveis escolares não mencionam o papel do Estado, deixando na mão do setor privado a responsabilidade da garantia de acesso aos níveis mais elevados.

Verifica-se que como a maior parte das vagas das universidades públicas é ofertada durante o dia, quem precisa trabalhar para manter seus estudos não tem alternativa a não ser optar por um curso noturno numa instituição paga, o que acaba dificultando ainda mais a permanência desse indivíduo na educação superior.

A reflexão necessária nos dias atuais sobre a importância da universidade, necessita estar ligada às transformações sociais. É necessário levar em consideração as mudanças da sociedade e do mercado de trabalho. Para Dourado:

O atual momento de ajuste do capitalismo cria um contexto de novas exigências, demandas e desafios à educação, em especial à educação superior [...] As transformações técnico-científicas, econômicas, políticas e culturais ocasionam, dentre outros: o desemprego estrutural e tecnológico; a globalização da produção, do consumo e do trabalho; [...] a exigência de novo perfil de trabalhador e, por conseguinte, de novo modelo de formação profissional. Um denominador comum fundamental dessas mudanças é, portanto, a reestruturação da produção e do trabalho que coloca, em destaque, o conhecimento, a qualificação e a formação de recursos humanos (1999, p.5).

Martins (1994) aborda que atualmente há duas versões de política educacional, a primeira é compreendida como linha platônica. Há a política educacional tecnocrática, não muito visível para a sociedade civil, aqueles que a elaboram são representantes do Estado, um pequeno grupo de pessoas que também desenvolvem atividades normativas sobre o sistema de ensino público, sem contudo ser responsável pelo fornecimento de ensino. Ela obedece uma orientação platônica sem ser flexível, não sofre mudanças de acordo com a dinâmica da realidade. Já na vertente aristotélica há a política educacional municipalizante que assegura recursos públicos desvinculados de posições partidárias e pressupõe participação, controle e comprometimento por parte da comunidade com a questão educacional.

A política educacional não cabe num conceito fechado, mas é um processo que envolve outros processos. “A política educacional é um dos instrumentos para se projetar a formação do tipo de pessoas de que uma sociedade necessita [...] canalizando a força criadora da educação para fins específicos”. (MARTINS, 1994, p. 9-10).

Para a autora, a educação é parte de qualquer agrupamento humano, independente de etnia, sexo, cor e classe social, que é tratado no âmbito da política educacional. A educação acontece entre as pessoas para tornar comum o saber, o conhecimento cultural historicamente acumulado, os costumes e usos de um grupo ou da sociedade. Mas, são as instituições e os seus representantes pela via da política pública que organizam e direcionam o que será ensinado e a quem será ensinado.

Martins (1994) enfatiza que a política educacional atua sobre a educação, mas sem obter o domínio sobre ela, enquanto a educação atua e pode interferir na política educacional.

Compreende-se que as políticas educacionais não se atêm ao sistema escolar, mas ela está além de seus muros, como esclarece a autora:

[...] ela se processa onde há pessoas imbuídas da intenção de aos poucos conduzir a criança a ser modelo social de adolescente e posteriormente de jovem e ser adulto idealizado pelo grupo social em que ela ocorre [...] ela não tem um lugar fixo e determinado, e o seu surgimento depende de um momento histórico, de uma conjuntura [...] pode ser clara e visível, ou então obscura e camuflada. (MARTINS 1994, p. 17).

Diante das evidências dos dados apresentados, indagamos sobre o papel da educação e principalmente o do governo federal em relação a educação superior, quais tem

sido as estratégias propostas e usadas de caráter governamental para a inserção e permanência dos alunos que procuram uma IES.

1.3 A Educação Superior no governo de Luíz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010)

Em função dos longos períodos de ajuste fiscal e das políticas de privatização de empresas públicas como forma de diminuir a máquina do Estado e a transferência de muitas funções para a sociedade, o ensino superior, decorrente das políticas neoliberais das últimas décadas, sofreu com um retrocesso nos investimentos públicos.

Com a diminuição dos investimentos na instituição pública, e um afrouxamento na legislação, criou-se um clima favorável ao crescimento de instituições privadas nos últimos quinze anos, como já se viu anteriormente, mas, a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002 gerou expectativas, por parte da sociedade civil, em torno de mudanças no âmbito das políticas sociais no Brasil, no sentido de romper com as limitações de gasto com a educação do governo anterior, especialmente a educação superior.

A eleição de Lula da Silva, numa coalizão de centro-esquerda, levantou expectativa de uma brusca mudança na política econômica e social, o que acabou não acontecendo. Mas por outro lado, introduziu importantes alterações na política social.

De acordo com Otranto (2006):

A Reforma da Educação Superior do governo Lula da Silva iniciou oficialmente o seu curso, com o Decreto de 20 de outubro de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O GTI foi composto por 12 membros, sendo dois representantes de cada um dos órgãos que se seguem: Ministério da Educação; Casa Civil; Secretaria Geral da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Fazenda. (OTRANTO, 2006, p.43)

No final de dezembro de 2003, o GTI, tendo como principal função a apresentação de propostas e planos para reestruturar o ensino superior no país, apresentou seu relatório final e o intitulou de Bases para o Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades brasileiras e Roteiro para a Reforma da Universidade Brasileira. (OTRANTO, 2006).

O texto reconhece logo no início a situação de crise da educação superior brasileira, em especial das universidades federais, devido a crise fiscal do Estado nos últimos anos. Em seguida, procura demonstrar que a crise está atingindo também as instituições privadas, que viveram uma expansão recorde nos últimos anos, sem o devido preenchimento das vagas, encontrando-se ameaçadas pelo risco da inadimplência generalizada do alunado e de uma crescente desconfiança em relação aos seus diplomas. Após esse preâmbulo, de acordo com Otranto (2006) aponta as soluções:

a) um programa emergencial de apoio ao ensino superior, especialmente às universidades federais; b) uma reforma universitária mais profunda com atenção aos quadros defasados de professores, mais vagas para estudantes, Educação a Distância (EAD), autonomia das universidades e sistema de financiamento. (BRASIL *apud* OTRANTO, 2006, p. 44)

Como solução os relatores afirmaram também ser preciso aumentar a carga horária dos professores, propondo que se aumente o número de alunos por sala e que se invista mais no sistema de educação a distância, possibilitando que mais pessoas possam estudar e ter acesso a educação superior.

A EaD é um ponto indicado pelo GTI, que representa uma educação mais barata e ainda pouco explorada pelo ensino público, mas que seria uma alternativa interessante como forma de contribuir para o aumento das vagas no ensino superior.

Posteriormente tendo sido criado pelo governo a Secretaria de Educação a Distância (SEED), responsável pela questão da informatização das escolas brasileiras, procurando dessa forma dar conta da demanda por informática no ensino.

Cristovam Buarque foi o primeiro Ministro da Educação no período de 01 de janeiro de 2003 a 27 de janeiro de 2004, no governo Luiz Inácio Lula da Silva e praticamente todo o tempo em que permaneceu no governo, trabalhou numa orientação de desenvolvimento do Fundamental, e do Ensino Médio, deixando a educação superior para terceiro plano.

No lugar de Cristovam Buarque, assumiu Tarso Genro, sendo Ministro da Educação no período de 27 de janeiro de 2004 a 29 de julho de 2005. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi aprovado em sua gestão no ano de 2004, considerado como um mecanismo de controle. O SINAES foi regulamentado:

[...] com a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de

avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados (SINAES, 2009, p. 17)

Com o SINAES o governo pretendeu gerar dados acerca das condições de ensino ofertadas, verificar o perfil do corpo docente, as condições da estrutura física das instituições e a organização didático-pedagógica. Como um dos procedimentos de avaliação do SINAES, foi criado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados. O exame é obrigatório para os alunos selecionados e condição indispensável para a emissão do histórico escolar. A primeira aplicação ocorreu em 2004 e a periodicidade máxima com que cada área do conhecimento é avaliada é trienal. (MEC²⁴)

Porém, as principais mudanças relacionadas aos programas voltados para a educação, sobretudo na educação superior, ocorreram no período do mandato do ex Ministro da Educação Fernando Haddad, que assumiu do período de 29 de julho de 2005 a 24 de janeiro de 2012.

Durante sua gestão no MEC criou o programa "Universidade para Todos" (ProUni), que em janeiro de 2012 atingiu a marca de 1 milhão de bolsas de estudos concedidas a estudantes de baixa renda em universidades privadas²⁵ e o Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Também durante sua gestão foi regulamentado o piso salarial nacional do professor e foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que avalia o desenvolvimento da educação básica no País.

Durante sua gestão, Haddad, aumentou de 139 mil para 218 mil o número de vagas nas universidades federais²⁶. Além de ter tornado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a porta de entrada em universidades federais e privadas. No período de seis anos e meio à frente do Ministério da Educação, Fernando Haddad marcou sua gestão com a

²⁴ Disponível em:<

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=313&id=181&option=com_content&view=article>. Acesso em: 18 out. 2011.

²⁵ Disponível em:< <http://blog.planalto.gov.br/prouni-ja-concedeu-1-milhao-de-bolsas-de-estudo-em-universidades-particulares/>>. Acesso em 11 abr. 2012.

²⁶ Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17422:gestao-de-haddad-atendeu-a-todos-os-niveis-da-educacao-&catid=222>. Acesso em 11 abr. 2012.

implantação de uma visão sistêmica²⁷ da educação, que consistiu em contemplar, com ações do Governo Federal, todos os níveis de ensino, da creche à pós-graduação. A partir da definição de metas e objetivos em todos os ciclos de ensino, foi criado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), fundamentado no tripé avaliação, financiamento e gestão.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, também foi instituído em seu período de gestão, pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, ao definir como um dos seus objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o PDE.

A expansão da educação superior e a avaliação foram temas centrais para que a política de educação superior do governo de Luiz Inácio Lula da Silva começasse a ser efetivamente construída, especialmente a partir do Decreto que criou o GTI.

As diretrizes presentes nos documentos do GTI foram precursores de um conjunto de medidas para a educação superior, sintetizada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Referente a Educação Superior, o PDE define os seguintes princípios complementares entre si:

I) expansão da oferta de vagas; II) garantia de qualidade; III) promoção de inclusão social pela educação; IV) ordenamento territorial, levando o ensino superior às regiões mais remotas e V) fortalecer o desenvolvimento econômico, seja como formadora de recursos humanos altamente qualificados, seja na produção científico-tecnológica. (BRASIL, 2007a, p. 25)

As principais ações do governo Lula são: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais -2007 (REUNI), o Plano Nacional de Assistência Estudantil - 2008 (PNAES) que é apresentado como instrumento de consolidação do REUNI²⁸, visando a garantir condições de apoio à presença do estudante nas universidades, especialmente aqueles mais carentes, e o sistema, Universidade Aberta do Brasil - 2005(UAB). Ainda no âmbito da educação superior, o PDE destaca o Programa

²⁷ A visão sistêmica é formada a partir do conhecimento do conceito e das características dos sistemas. Segundo Martinelli (2006, p. 3) a abordagem sistêmica foi desenvolvida a partir da necessidade de explicações complexas exigidas pela ciência.

²⁸ Discutiremos detalhadamente sobre o Programa REUNI e PNAES no próximo capítulo.

Universidade para Todos - 2004 (PROUNI) e a regulamentação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - 1999 (FIES)²⁹.

O REUNI busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior; de acordo com as Diretrizes Gerais do programa, o REUNI tem como objetivo:

Criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Universidades Federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior. (BRASIL, 2007b, p. 10)

O REUNI (2007b, p. 4) tem como meta alcançar a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos presenciais para 90% (atualmente no Brasil é de 60%)³⁰. As ações prevêem, além do aumento de vagas medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão.

Em relação ao PNAES, o objetivo é apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Educação Superior. “O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.”³¹

O PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento.

O Sistema UAB, é uma rede de educação à distância constituída dentro das universidades federais, voltadas principalmente para a oferta de cursos de licenciatura.

O programa busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância. A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados. Também pretende ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública. Outro objetivo do

²⁹ Nosso foco neste trabalho é discutir os programas de permanência de caráter governamental para universidades públicas nos cursos presenciais, portanto, não analisaremos minuciosamente o PROUNI e o FIES, uma vez que é voltado para universidades privadas e o sistema UAB voltado para ensino a distância.

³⁰ Disponível em: < http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/desenv_educ_de_lula_eh_por_decreto.htm>. Acesso em: 24 jan. 2012.

³¹ Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=607&id=12302&option=com_content>. Acesso em 24 jan. 2012.

programa é reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância. Há polos de apoio para o desenvolvimento de atividades pedagógicas presenciais, em que os alunos entram em contato com tutores e professores e têm acesso a biblioteca e laboratórios de informática, biologia, química e física. Uma das propostas da Universidade Aberta do Brasil (UAB) é formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade. (MEC³²)

O PROUNI foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, sendo o primeiro programa de expansão de vagas na educação superior promovido pelo governo Lula, com finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos seqüenciais de formação específica em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. O PROUNI é:

Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos, o Prouni conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Enem - Exame Nacional do Ensino Médio conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. (MEC³³)

O FIES é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

Para educação profissional e tecnológica, o PDE destaca a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) como “modelos de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente” (BRASIL, 2007a, p. 32)

Houve a revogação do Decreto presidencial de nº 9.649/98, que definia os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) segundo o qual a expansão da oferta de educação

³² Disponível em:>

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12265:universidade-aberta-do-brasil-uab&catid=248:uab-universidade-aberta-do-brasil&Itemid=510>. Acesso em: 24 jan. 2012.

³³ Disponível em:> http://pruniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124>. Acesso em: 24 jan. 2012)

profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderia ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações, que passariam a ser os responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino, para a sanção da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET).³⁴

Os Institutos Federais são, portanto, instituições que apresentam uma estrutura diferenciada, uma vez que foram criadas pela agregação/transformação de antigas instituições profissionais. Já as demais instituições da nova rede, com exceção da Universidade Tecnológica, são aquelas que decidiram pela não integração a um Instituto Federal e se mantiveram com a estrutura administrativa que as caracterizavam. Cada grupo reagiu de forma diferente à proposta governamental de mudança, divulgada inicialmente pelo Decreto nº 6.095/2007, que traçou as primeiras diretrizes e fundamentos dos IFETs, por esse motivo optou-se por uma análise diferenciada das Escolas Agrotécnicas, CEFETs e Escolas Vinculadas às Universidades Federais. (OTRANTO, 2010, p. 93)

A educação, que é dever da família e do Estado, tem, nos termos do art. 2º da LDB (Lei 9.394/1996) tríplex finalidade: a) o pleno desenvolvimento do educando (evolução do nível cognitivo da pessoa, voltando-se para a assimilação de conhecimentos e operações mentais, inclusive moral e ética); b) o preparo para o exercício da cidadania (centra-se na condição básica da pessoa ser considerada cidadã e exercer seus direitos e deveres); c) qualificação para o trabalho (inserir o aprendizado como forma de produtividade).

Não é demais ressaltar a importância de um país possuir uma população educada e preparada para fazer face aos desafios do desenvolvimento. Além disso, a educação é vista como promotora de desenvolvimento econômico e indutora da redução das desigualdades sociais e regionais do país.

A importância de políticas públicas que tratem dos alunos que já estão estudando e não possuem condições para sua permanência é de suma importância. O Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE) lançado em dezembro de 2010³⁵, estabelece 20 metas a

³⁴ Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/462983.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

³⁵ O projeto de lei que cria o Plano Nacional de Educação (PNE) para vigorar de 2011 a 2020, foi enviado pelo governo federal ao Congresso em 15 de dezembro de 2010. O novo PNE apresenta dez diretrizes objetivas e 20 metas, seguidas das estratégias específicas de concretização. O texto prevê formas de a sociedade monitorar e cobrar cada uma das conquistas previstas. As metas seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tanto as metas quanto as estratégias premiam iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. Além disso, há estratégias específicas para a inclusão de minorias, como alunos com deficiência, indígenas, quilombolas,

serem alcançadas pelo país até 2020, a meta 12 de acordo com o Projeto de Lei³⁶ diz respeito a elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e como uma das estratégias apontadas no mesmo Projeto de Lei, estabelece:

12.5 - Ampliar, por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico. (Projeto de Lei – PNE)

Até o momento do trabalho ressaltamos a realidade da educação superior no Brasil, o contexto do aluno-trabalhador onde os dados nos subsidiaram demonstrando o crescimento das IES, seja elas públicas ou privadas e a proporção das matrículas no período diurno e noturno, evidenciando o ensino noturno em uma IES privada, identificamos também as principais ações em relação a educação superior no período do governo Lula.

Em meio a essas informações é que questionamos o papel da educação e principalmente o do governo federal em relação aos **programas de permanência** oferecidos aos alunos desprovidos de condições para cursar em uma IES pública, uma vez que as dificuldades encontradas pelos estudantes, como forma de se manter, não se limitam a mensalidade que não é cobrada, mas transporte, conciliação do horário de trabalho e estudo, sustento da família, entre outros, uma vez que a maioria dos cursos e matrículas nas IES públicas são oferecidas no período diurno e muitos desses alunos para se manter precisam trabalhar em algum período diferente ao de estudo.

Conforme tabela a seguir, podemos verificar em números a quantidade de matrículas para IES distribuídos em turnos.

estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107. Acesso em:> 24 jan. 2012.

³⁶ Disponível em:< <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/831421.pdf>>. Acesso em 24 jan. 2012.

Tabela 3: Número de Matrículas na Graduação Presencial por Categoria Administrativa, segundo o Turno Brasil – 2010

| 2010 | Pública | | | Total Públicas | Privado | Total Geral Público + Privadas |
|---------------------------------------|---------|----------|-----------|-------------------|------------------------------|--------------------------------------|
| | Federal | Estadual | Municipal | | Particular/ Confessionais | |
| Diurno | 597.350 | 284.611 | 24.496 | 906.457 | 1.085.183 | 1.991.640 |
| Noturno | 236.584 | 240.087 | 78.568 | 555.239 | 2.902.241 | 3.457.480 |
| Total Diurno e Noturno | 833.934 | 524.698 | 103.064 | 1.461.696 | 3.987.424 | 5.449.120 |

Fonte: Censo da Educação Superior/ MEC/INEP /DEED

Destacamos a diferença das matrículas das IES públicas para as privadas, porém, diante dos dados, não tem como não nos atentarmos e discutirmos à questão da quantidade de matrículas das IES privadas e públicas, pois o total de matrículas na IES pública tanto diurno quanto noturno (1.461.696) não alcançam ao menos o total de matrículas somente do período noturno na IES privadas, sendo (2.902.241).

As IES privadas possuem maior concentração de número de matrículas em geral totalizando 73% enquanto as IES públicas 27%. Desse montante a questão que levantamos é referente às matrículas do período noturno nas IES públicas representando 16% e em relação ao mesmo período, as IES privadas representa o equivalente a 84% das matrículas. Enquanto as IES públicas disponibilizam a maioria de suas vagas no turno diurno, as particulares investem no período noturno a fim de atender os jovens que trabalham.

Melhorar as condições do ensino como um todo, significa melhorar as próprias condições do país, condições essas culturais, econômicas, científicas, entre outros. Os programas de permanência caracterizam-se como passo importante no processo de formação do estudante, sendo para alguns a única forma de conclusão da educação superior sendo em uma IES privada, ou em uma IES pública.

Verificaremos no capítulo seguinte, os programas de caráter governamental destinados a permanência dos alunos de instituições públicas, pois observamos que em sua maioria as matrículas para IES públicas são no período diurno o que dificulta que o aluno trabalhe para colaborar no sustento da casa e do próprio estudo. Questionamos, portanto, o que o governo tem feito em relação a esse aluno que entra em uma IES pública e estuda no

período diurno, quais são os programas que tem colaborado na permanência e conclusão do curso para esse acadêmico.

CAPÍTULO II

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL E OS PROGRAMAS DE PERMANÊNCIA

Este capítulo tem como objetivo relatar o histórico da UFMS e sua importância, para o estado de Mato Grosso do Sul; em seguida verificar e identificar os Programas caracterizados como de permanência, implementados no período do Governo Lula e suas especificidades. Desses programas, analisamos aqueles que foram aderidos pela UFMS destacando suas características.

2.1 - A UFMS e sua importância para o estado de Mato Grosso do Sul

Contextualizando a história, no plano político, de acordo com Bittar, Rodríguez e Almeida (2006, p. 25) afirmam que nos anos 1960, o antigo estado de Mato Grosso estava marcado por disputas acirradas pela hegemonia de poder político e econômico, entre o sul e o norte, representados pelas cidades de Campo Grande e Cuiabá. Os jornais da época colocavam a cidade de Campo Grande em um alto patamar, como se não existisse no estado outro município capaz de superá-lo em questão de desenvolvimento.

O tom político da petição divisionista advinha, originalmente, da questão econômica. Dirigir o aparelho de Estado era tarefa adequada aos sulistas: eis o que transparece na ideologia do divisionismo. A classe economicamente dominante no sul não tolerava mais ser subordinada ao governo plantado em Cuiabá e, na sua luta pela conquista de um aparelho de Estado seu,

construiu o discurso da secessão ancorado na distinção entre um povo já desenvolvido (o progresso) daquele que ainda não realizara o processo civilizatório (o atraso). Em outros termos: o norte ainda não havia sido totalmente integrado ao modo de produção capitalista, o que era encarado como não civilização, tanto pelo prisma da geopolítica de Golbery do Couto e Silva, quanto, pelos objetivos de autonomia da classe dominante sul-mato-grossense. (BITTAR, *apud* BITTAR, RODRÍGUEZ; ALMEIDA, 2006, p. 26).

Essa disputa atingiu diversos setores da sociedade mato-grossense, tanto é que no ano de 1962 os sulistas criaram os cursos de odontologia e farmácia³⁷, com o intuito de fundarem uma universidade pública na região sul de Mato Grosso. Porém, os governos militares já tinham como objetivo a criação de universidades públicas nas capitais de todas as unidades da federação, o que naturalmente seria possível Cuiabá ser receptora também de uma universidade pública.

Mas o então governador Pedro Pedrossian, favorável à divisão, e que de acordo com Bittar (1997) movimento esse liderado pela classe dominante sul-matogrossense, tinha como fatores sócio-econômicos determinantes para o nascimento de “idéias autonomistas” do sul para divisão do estado o:

[...] distanciamento do sul em relação ao centro decisório; falta de comunicação eficiente entre as duas porções do estado, bem como favorecimento de municípios e políticos nortistas pela proximidade a Cuiabá; além do controle da burocracia pelo norte, foram fatores que propiciaram o nascimento de idéias autonomistas no sul. Na verdade, tão logo consolidou-se o seu povoamento iniciaram-se os conflitos, de tal forma que as raízes históricas da divisão aí se encontram. (BITTAR, 1997, p. 32)

Como estratégia Pedro Pedrossian formou uma comissão encarregada de estudar a criação e implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), evidentemente com a sede em Campo Grande.

Estimulado pelos políticos do sul e, atendendo à demanda dessa região, o governador Pedro Pedrossian pressionou o governo central a autorizar a implantação de uma Universidade Federal em Cuiabá, a capital, seguindo a lógica dos governos militares, e uma Universidade Estadual em Campo

³⁷ Além de outros já existentes, de acordo com Bittar (2003) “na primeira metade da década de 50, dois jovens padres salesianos, traziam de suas últimas paragens, as terras goianas, além dos sonhos e muitos livros, a vontade de continuar trabalhando no ensino superior, tal como haviam feito na cidade de Goiânia. Depois de muitas idas e vindas à antiga capital federal – Rio de Janeiro – viram aprovada a proposta de criação dos dois primeiros cursos – Pedagogia e Letras - na cidade de Campo Grande. Nascia então a FADAFI – Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras, pioneira na oferta de ensino superior no sul de Mato Grosso”. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev21/mariluce.htm>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

Grande, prevalecendo, de certo modo, uma estratégica política de conciliação entre as duas regiões. (BITTAR; RODRÍGUEZ; ALMEIDA, 2006, p. 26).

Com a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG) e a homologação da Lei Estadual nº 2.620, em 26 de julho de 1966, esses cursos (Odontologia e Farmácia) foram absorvidos, ocorrendo uma reformulação da estrutura anterior, instituindo departamentos e a criação do curso de Medicina.

Em 1967 foi criado pelo governo de estado de Mato Grosso, o Instituto de Ciências Humanas e Letras em Três Lagoas e o Instituto Superior de Pedagogia na cidade de Corumbá, ampliando assim a rede pública estadual de ensino superior. Com a finalidade de expandir a educação superior, Pedro Pedrossian criou a Universidade Estadual do Mato Grosso (UEMT), integrando os Institutos de Campo Grande, Três Lagoas e Corumbá, em 16 de setembro de 1969, pela Lei Estadual nº 2.947, no ano seguinte, em 1970 foram criados e incorporados a UEMT, mais dois Centros Pedagógicos na cidade de Aquidauana e Dourados³⁸.

Por meio do Decreto Presidencial nº 67.484, de 4 de novembro de 1970, assinado pelo Presidente Emílio Garratazu Médici e pelo Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, foi autorizado o funcionamento da UEMT.

Após anos de luta pela divisão do estado de Mato Grosso, em 11 de outubro de 1977, o governo do Presidente Ernesto Geisel sancionou a Lei Complementar nº 31 aprovada pelo Congresso Nacional e o então estado de Mato Grosso foi desmembrado em dois estados, um denominado Mato Grosso, que ficou com a região norte, e o outro ficou com a região sul, sendo denominado estado de Mato Grosso do Sul. “Desse modo concretizavam-se os sonhos das elites dirigentes do Sul de Mato Grosso que viam, na divisão, a possibilidade de progresso econômico e ocupação do poder político”. (BITTAR; RODRÍGUEZ; ALMEIDA, 2006, p. 28).

Mas esse ato foi oficialmente concretizado em janeiro de 1979, com a posse do primeiro governador de Mato Grosso do Sul, Harry Amorim Costa. A divisão do Estado proporcionou mudanças para a Universidade Estadual de Mato Grosso, a instituição sofreu alterações e foi federalizada com a promulgação da Lei Federal nº 6.674, de 05 de julho de 1979 ganhando a nomenclatura de Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e

³⁸ Perfil Institucional UFMS. Disponível em:<
<http://www.pdi.ufms.br/manager/titan.php?target=openFile&fileId=477>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

o Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

A UFMS está relacionada a processo de expansão, pela via da interiorização, na medida em que Campo Grande passa a ser a capital do estado com a sua separação de Mato Grosso. De acordo com Fernandes (2003, p. 86) “O processo de expansão e interiorização da educação superior em Mato Grosso do Sul contou inicialmente com a ação da UFMS que se “expandiu” no “interior” com abertura de seus *campi*”.

A UFMS teve sua origem no ano de 1962, e como já citado, iniciou-se com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, na cidade de Campo Grande, sendo o embrião da educação superior no sul do então estado de Mato Grosso, e no início da década de 1980 foi federalizada por meio da divisão do estado.

De acordo com Sguissardi esse período, década de 1980, foi marcado pela estagnação no crescimento das IES públicas no Brasil. Em 1980 havia 56 IES públicas federais, em 1998 o número era de 57. A grande maioria das universidades federais foram criadas na década de 1950 e 1960. A partir daí o crescimento foi moderado (SGUISSARDI, 2000, p.16).

A região centro-oeste possuía até 1998 um total de sete universidades públicas, sendo quatro universidades federais e duas estaduais (INEP, 1998) das quais duas estavam localizadas em Mato Grosso do Sul, uma de natureza federal – UFMS e outra estadual – UEMS³⁹.

Antes da interiorização os alunos do interior tinham dificuldades para ter acesso a educação superior, se viam obrigados a deixar suas cidades em busca de um curso superior gratuito, se deslocavam para Campo Grande, ou até mesmo para outro estado da federação. De acordo com Nantes (2009, p. 72-73).

[...] o acesso ao ensino superior era dificultado pela distância entre parte da demanda e as instituições, ocasionando na necessidade da interiorização da oferta nesse nível de ensino para possibilitar o acesso e conseqüentemente a democratização. Com o desenvolvimento das cidades do interior de Mato Grosso do Sul o processo de interiorização se expandiu, propiciando entre outros fatores o desenvolvimento social e econômico dessas cidades.

³⁹ A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS - foi criada pela Constituição Estadual de 13 de junho de 1979 e instituída pela Lei Estadual nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993, credenciadas pela Deliberação CEE/MS nº 4787 do Conselho Estadual de Educação, na gestão do então governador Pedro Pedrossiam, que tomou as medidas necessárias para sua instalação definitiva no Município de Dourados, escolhido por se destacar entre os municípios de maior população no estado. (CASTRO, Luciane Andreatta de. Disponível em: <<http://www.uems.br/portal/historia.php>>. Acesso em: 29 jan. 2012.

Até o ano de 1992 a UFMS era a única universidade de Mato Grosso do Sul. Hoje, além da sede em Campo Grande, em que funcionam oito unidades setoriais: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET), Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), Faculdade de Computação (FACOM), Faculdade de Direito (FADIR), Faculdade de Medicina (FAMED), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FAMEZ) e Faculdade de Odontologia (FAODO).

O setor público se expande pelas diversas regiões mediante uma estratégia de criação de *campi*, pólos e universidades, a UFMS mantém *campis* em Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, Campus do Pantanal (Corumbá) descentralizando o ensino para atender aos principais pólos de desenvolvimento do Estado. A UFMS e seus *campis*, conta com 120 cursos de graduação⁴⁰.

Além dos cursos de graduação a UFMS possui cursos de pós-graduação, presenciais e a distância, que englobam os cursos de especialização oferecendo 34 cursos, o programas de Mestrado com 30 cursos e o Doutorado com 8 cursos.⁴¹

A UFMS também conta com um setor chamado Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PREAE), criada no ano de 2004 com a missão de:

Construir e consolidar uma relação transformadora Universidade-Sociedade pela integração da cultura, da ciência, da tecnologia e dos conhecimentos populares, firmando-se como instituição capaz de interagir na busca de soluções para o desenvolvimento do cidadão, da sociedade e da região sul-matogrossense.⁴²

A PREAE é responsável por selecionar acadêmicos regularmente matriculados em cursos de graduação presencial da UFMS, para concessão de bolsas de extensão, contribuindo para a permanência do acadêmico, até a conclusão do curso.⁴³

A UFMS, desde sua implantação, contribui para o crescimento intelectual da população sul-matogrossense, por meio da interiorização da educação superior pública se tornou mais acessível àqueles que buscavam se formar em alguma área, porém, o acesso a universidade muitas vezes não se caracteriza como problema, e sim a questão da permanência, pois entre todos os que entram, poucos conseguem sair num prazo razoável, muitos desistem e a grande maioria que frequenta as IES sofre para concluir o curso.

⁴⁰ Disponível em: < <http://www.sien.ufms.br/>>. Acesso em 29 jan. 2012.

⁴¹ Disponível em: < <https://sistemas.ufms.br/sigpos/portal/>>. Acesso em 29 jan. 2012.

⁴² Disponível em: < <http://www.preae.ufms.br/?section=institution>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

⁴³ Disponível em: < <http://www.preae.ufms.br/?section=institution>>. Acesso em 25 nov. 2011.

Analisando o censo da educação superior em relação a matrículas e conclusões na UFMS, os dados apresentados nos chamaram atenção e podemos verificar por meio da tabela a seguir:

Tabela 4: Matrículas em cursos de graduação presencial, nas universidades e localização (Capital e Interior/Mato Grosso do Sul e Brasil) - 2003 e 2010

| ANO | Mato Grosso do Sul | | | | BRASIL | |
|------|--------------------|----------|-------------|----------|----------------------|-------------|
| | Matrículas | | Concluintes | | Matrículas | Concluintes |
| | Capital | Interior | Capital | Interior | (Capital e Interior) | |
| 2003 | 6053 | 8607 | 1051 | 1379 | 567.101 | 84.341 |
| 2010 | 6451 | 11.430 | 867 | 1054 | 833.934 | 93.442 |

Fonte: Censo da Educação Superior/ MEC/INEP/DEED

O início do governo Lula começou com o total de 567.101 matrículas na educação superior em nível de Brasil, mediante os programas de acesso implementados ou regulamentados em seu período presidencial, houve aumento de 47% de matrícula durante seus oito anos de governo, passando de 567.101 para 833.934 matrículas na educação superior.

Em relação a capital, sendo UFMS o número de matrículas no ano de 2003 era de 6053, no ano de 2010 esse número passa para 6.451, ou seja, 6,5% a mais de matrículas. E o que diz respeito a conclusões no ano de 2003 tem-se 1051 alunos concluintes na capital e no ano de 2010 esse número diminui para 867 alunos que concluíram a educação superior.

O que nos chama atenção é referente ao número de concluintes no ano de 2010 na capital, pois em relação ao ano de 2003 para 2010 houve aumento de matrículas, porém o número de concluintes não acompanhou o crescimento do acesso.

Outro dado que nos chama atenção no ponto positivo é referente a interiorização, que apresenta 2.823 matrículas a mais no ano de 2010 em relação ao ano de 2003, ou seja aumento de 32% de matrículas nas cidades do interior de Mato Grosso do Sul. O número de matrículas tem aumentado, o governo tem contribuído para o acesso em uma IES como podemos observar, porém é necessário criar mecanismos que possibilitem ao acadêmico uma chance a mais de não apenas matricular-se na educação superior, mas também de poder concluir sua graduação.

De acordo com a pesquisa realizada por Veloso e Almeida (2002) onde analisam os Cursos de Graduação, com foco da análise na evasão, considerada, a exemplo do relatório

MEC/SESu, a saída definitiva do aluno de seu curso de origem sem concluí-lo tendo como campo de estudo a Universidade Federal de Mato Grosso, observou-se que um dos motivos para o fenômeno da evasão é a falta de tempo para poder trabalhar e a necessidade de contribuir no sustento da casa.

Nos aspectos referentes ao aluno, o nível sócio-econômico, traduzido como a necessidade do aluno exercer uma atividade remunerada para sustentar não só seus estudos, mas contribuir para a renda familiar, independente do aluno estar cursando o curso noturno ou diurno, está sempre presente na justificativa das respostas. Constatamos então que o aluno evadido é um trabalhador estudante. Conseqüência da necessidade de estar no mercado, passa a não ter disponibilidade de tempo para o estudo. (VELOSO, ALMEIDA, 2002, p.139)

Essa é uma questão a ser discutida na educação superior, cabendo questionamentos sobre as políticas públicas voltadas para a realidade brasileira, de forma que contribua na democratização, na questão da permanência.

A democratização para acontecer de fato, precisa de ações mais radicais - ações que afirmem os direitos dos historicamente excluídos, que assegurem o acesso e a permanência a todos os que seriamente procuram a educação superior, desprivatizando e democratizando o campus público. (RISTOFF, 2008, p. 45)

De acordo com o MEC é necessário que haja estratégias de combate às desigualdades sociais e regionais, assim como a importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos acadêmicos do ensino superior público. No item a seguir verificaremos que estratégias o governo tem utilizado para contribuir para a permanência do acadêmico.

2.2 Programas de permanência para Instituições Públicas de Educação Superior no período do governo de Luíz Inácio Lula da Silva (2003-2010)

O estudo das categorias acesso e permanência relacionam-se ao paradigma da igualdade, uma vez que a gratuidade da matrícula e mensalidade não é suficiente para garantir o acesso físico e a manutenção do estudante na universidade (SARKIS, 2004).

Sarkis (2004, p. 96) ainda destaca que:

[...] no Brasil, [...] a equidade de acesso só é válida se houver também condições de permanência no ensino superior, que não discrimine as condições sociais, econômicas e culturais do estudante [...], pois, mesmo com a classificação feita no vestibular à evasão é elevada atingindo mais intensamente as classes sociais menos favorecidas.

De acordo com Oliveira, et alii (2008), a categoria acesso, quando relacionada à igualdade é um desafio permanente para as IES, sobretudo públicas, que continua a ser o de construir processos seletivos que contribuam para a democratização do acesso e para a melhoria da qualidade de ensino. Mas questionam:

No entanto, como vislumbrar essa mudança quando os princípios de igualdade de oportunidade, de demonstração das capacidades e de livre concorrência continuam a ser claramente indicados como balizadores para as novas formas de seleção, conforme explicita o Parecer no 95/98 do Conselho Nacional de Educação (CNE)? (OLIVEIRA, et alii, 2008, p.82)

Os autores ainda afirmam que “na maior parte dos processos seletivos para o ingresso no ensino superior, existentes no país, o ideário das aptidões e capacidades naturais e a meritocracia estão na base da seleção dos melhores” (2008, p. 82).

Os princípios do art. 206, inciso 1 e art. 208, inciso V, da Constituição Federal de 1988, onde: “art. 206, inciso 1 – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e “art. 208, inciso V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” sendo obedecidos, o processo seletivo não implicaria em desigualdades, não se voltaria para elite econômica e culturalmente privilegiada, obrigando àqueles que não tiveram oportunidade de se preparar adequadamente, por causa do trabalho, da família, entre outros, para o processo seletivo, tendo como única alternativa recorrer a uma instituição privada.

Para a permanência relacionada a igualdade, destacamos as políticas públicas que proporciona aos acadêmicos a permanência, não se pode negar que os estudantes da classe trabalhadora ou estudantes de período integral acabam tendo como solução, mesmo que parcial, os programas assistenciais disponibilizados pelas políticas de governo.

Para Zago (2006) “A origem social exerce forte influência no acesso às carreiras mais prestigiosas, pois a ela estão associados os antecedentes escolares e outros “tickets de entrada” (2006, p. 232).

A autora reforça ainda a importância da permanência na educação superior. “Se o ingresso no ensino superior representa para esse grupo de estudantes ‘uma vitória’, a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso” (2006, p. 233).

As políticas educacionais formuladas na gestão dos governos neoliberais enfatizam a necessidade de ampliar o acesso dos estudantes sem mencionar as condições para a sua permanência e conclusão dos cursos em que estão matriculados.

Para Bittar, Almeida e Veloso, as categorias “acesso e inclusão” nas políticas educacionais, têm caráter ambíguo:

[...] pois ao mesmo tempo em que são preconizadas pelas políticas educacionais e pelos organismos internacionais, significa também uma conquista dos movimentos sociais, ou seja, é uma solicitação presente nas lutas desses movimentos que lutam pela garantia de direitos, em uma sociedade profundamente desigual (2008, p.13).

Ainda para essas autoras, a inclusão na educação superior é compreendida por essas mesmas políticas, apenas como possibilidade de acesso a um curso de graduação.

Zago (2006) refere-se a um estudo do observatório universitário da Universidade Cândido Mendes revelando que 25% dos alunos universitários são tão carentes que não têm condições de entrar no ensino superior, mesmo se ele for gratuito. Esses estudantes para serem incluídos no sistema de educação superior, dependerão bem mais do que a gratuidade. Necessitam de bolsas de estudos, bolsas de extensão, de restaurantes universitários, de moradias estudantis, entre outras (2006, p.09).

Destaca-se como uns dos principais programas para permanência dos estudantes da educação superior: o Programa Universidade Para Todos (ProUni) implantado no governo Luiz Inácio Lula da Silva, considerado um programa de permanência, que foi criado pela Medida Provisória nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), criado pela Medida Provisória nº 1.827, de 27 de maio de 1999, instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 e reformulado pela Portaria nº 2.729, de 8 de agosto de 2005. Porém, esses programas são para universidades privadas, nosso questionamento é sobre os programas para as IES públicas.

A posse de Lula em janeiro de 2003 representou a perspectiva de mudanças, em relação ao papel do Estado predominante nos anos 1990:

O Estado desviava-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por consequência, da inflação.⁴⁴

Com a posse de Lula pode até não ter ocorrido uma ruptura radical com o modelo neoliberal vigente, mas, o conjunto de ações do governo no âmbito das políticas sociais, demonstrou um deslocamento em favor do “público”, dentro da histórica oscilação das políticas estatais brasileiras entre o público e o privado.

Com o objetivo de minimizar as diferenças raciais e sociais no acesso a uma vaga de educação superior, o governo Lula, em seus dois mandatos, (2003-2006 e 2007-2010) implementou algumas modificações na educação, como a adoção de políticas públicas e para isso criou mecanismos.

O projeto educacional do governo Lula pautou-se na implantação e incentivo da educação à distância, na educação profissionalizante com a implantação do Programa de Ensino Profissionalizante (PEP), além de outras especificidades, proporcionando maior acesso a educação superior, mas, nesta Dissertação discutimos os programas voltados para os cursos presenciais nas IFES. Conforme Ristoff (2008):

Se a palavra de ordem da década passada foi expandir, a desta década precisa ser democratizar. E isto significa criar oportunidades para que os milhares de jovens de classe baixa, pobres, filhos da classe trabalhadora e estudantes das escolas públicas tenham acesso à educação superior. Não basta mais expandir o setor privado – as vagas continuarão ociosas; não basta aumentar as vagas no setor público – elas apenas facilitarão o acesso e a transferência dos mais aquinhoados. (RISTOFF, 2008, p. 45)

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva foram implementados programas de educação superior para possibilitar a permanência dos estudantes nesse nível de ensino, os programas identificados foram: a) o Programa de Educação Tutorial (PET); b) Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES); Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G); c) d) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); e) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID); f) (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), g) Programa de

⁴⁴ Disponível em: < <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf> >. Acesso em 30 jan. 2012

Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR) h) O Programa de Extensão Universitária (ProExt); i) Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O PET, criado em 1979, na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foi instituído oficialmente somente pela Lei 11.180/2005 e regulamentado pelas Portarias nº 3.385/2005, nº 1.632/2006, nº 1.046/2007, nº 591/2009 e 976/2010. O Programa foi criado tanto para as universidades privadas quanto para as públicas, no sentido de apoiar as atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Constitui-se em uma modalidade de investimento acadêmico em cursos de graduação que tem sérios compromissos epistemológicos, pedagógicos, éticos e sociais.

Com uma concepção baseada nos moldes de grupos tutoriais de aprendizagem e orientado pelo objetivo de formar globalmente o aluno, o PET não visa apenas proporcionar aos bolsistas e aos alunos do curso uma gama nova e diversificada de conhecimento acadêmico, mas assume a responsabilidade de contribuir para sua melhor qualificação como pessoa humana e como membro da sociedade. (BRASIL, 2006, p. 4-5)⁴⁵

As diretrizes que estabelecem a execução do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES) foram lançadas por meio da Portaria nº 3.167, publicada em 15 de setembro de 2005 e de acordo com o MEC⁴⁶, o PROMISAES oferece o valor de um salário mínimo mensal a estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação de instituições federais participantes do PEC-G, após passarem por seleção. A universidade para aderir ao programa, precisa estar vinculada ao PEC-G e receber, regularmente, estudantes estrangeiros por meio desse programa.

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), também destinado as IES privadas e públicas, foi criado de acordo com o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80, Lei 6.964/81 e Decreto nº 86.715/81) e oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais ou culturais.

Desenvolvido pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Educação (MRE), Divisão de Temas Educacionais (DTE); Ministério da Educação (MEC); Secretaria de Ensino Superior (SESu); Instituições de Ensino Superior (IES) em parceria com universidades

⁴⁵ Este foi um dos Programas adotados pela UFMS, portanto será discutido de forma mais ampla no item a seguir, assim como o PIBIC e o PIBID.

⁴⁶ Disponível em:<

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12284:promisaes&catid=256:promisaes&Itemid=545>. Acesso em: 30 jan. 2012.

públicas federais e estaduais e particulares, o PEC-G seleciona estrangeiros, entre 18 e 25 anos, com ensino médio completo, para realizar estudos de graduação no país.

As informações encontradas no site do PEC-G⁴⁷ nos permitem afirmar que o processo seletivo consiste na análise das candidaturas recebidas do exterior por uma Comissão de Seleção, instituída pela portaria do MEC e composta de professores provenientes de IES de cada uma das regiões da Federação. Compete à Comissão a distribuição das vagas oferecidas pelas IES entre os candidatos dos países participantes. Não existe reserva de vagas ou quotas específicas para cada país, sendo o critério da seleção o mérito acadêmico.

De acordo com MEC o aluno estrangeiro selecionado cursa gratuitamente a graduação. Em contrapartida, deve atender os critérios que entre eles se destacam: provar que é capaz de custear suas despesas no Brasil, ter certificado de conclusão do ensino médio ou curso equivalente e proficiência em língua portuguesa, no caso dos alunos de nações fora da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Destaca-se também entre as metas:

Como participante do PEC-G, o estudante deve atender aos objetivos e metas do Programa: vir ao Brasil, estudar, graduar-se e retornar ao seu país. Nos termos do Protocolo, o estudante-convênio é aluno de tempo integral, para que possa integralizar o curso em tempo hábil. (BRASIL, 2000, p. 27)

A formação gratuita pelo PEC-G pode ser feita em qualquer área de conhecimento, contanto que haja oferta em instituições de ensino superior (IES) cadastradas no programa. Atualmente, são 89 IES participantes⁴⁸, os cursos mais procurados pelos estrangeiros no Brasil, por meio do PEC-G, são medicina, engenharia, administração e relações internacionais.

O aluno precisa ter condições de bancar suas despesas durante o período de graduação. Se ele encontrar dificuldades para isso, pode tentar obter o auxílio do PROMISAES.

O projeto (PROMISAES) tem o objetivo de fomentar a cooperação técnica-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais mantém acordos, segundo o MEC em especial os africanos, nas áreas de educação e cultura.

⁴⁷Disponível em: <<http://www.aip.ufv.br/pecg/programa.php>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

⁴⁸Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/educacao-para-estrangeiros/programa-pec-g>>. Acesso em: 24 nov. 2011.

Atualmente, segundo o site do governo federal⁴⁹ quase 600 estudantes de graduação em instituições federais recebem mensalmente a ajuda financeira do programa. A maioria dos estrangeiros que solicita o benefício é de países africanos, como Guiné-Bissau, de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe.

Para participar do programa, o interessado preenche um formulário e o entrega em sua universidade. Após uma pré-seleção, esse formulário é encaminhado à Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação (Sesu/MEC), junto com outros documentos, como histórico escolar e carta do estudante justificando sua necessidade de apoio financeiro.

Formados, esses cidadãos que utilizaram a bolsa PEC-G com os recursos da Bolsa PROMISAES retornam ao seu país de origem com objetivo de contribuir na área em que se graduaram no Brasil e, assim, incentivar o desenvolvimento de sua terra natal.

O PIBIC é um Programa do CNPq cujo objetivo é contribuir para a formação de novos talentos em todas as áreas do conhecimento, por meio da concessão de cotas de bolsas de iniciação científica (I.C) diretamente às Instituições de Educação Superior que mantêm programas de pesquisa. As cotas concedidas anualmente são administradas pelas próprias Instituições participantes, sob a supervisão do CNPq.

O Programa é voltado exclusivamente a alunos de graduação, sem vínculo empregatício e deve servir de incentivo à formação de novos pesquisadores, privilegiando a participação ativa de bons alunos em projetos de pesquisa com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada, a participação do programa não é voltada para questão socioeconômica do acadêmico e sim por mérito.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), de acordo com site da CAPES tem como objetivo a “Concessão de bolsas de iniciação à docência para alunos de cursos de licenciatura e para coordenadores e supervisores responsáveis institucionalmente pelo PIBID e demais despesas a ele vinculadas”⁵⁰.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior, de acordo com as Diretrizes Gerais do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O REUNI tem por objetivo criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de

⁴⁹ Disponível em:< <http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/educacao-para-estrangeiros/promisaes>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

⁵⁰ Disponível em:< <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespid>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

recursos humanos existentes nas Universidades Federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior.⁵¹

O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR), regulamentado pelo Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, lança, desde 2005, editais para cumprir o disposto nos decretos nº 5.296/2004 e nº 5.626/2005, onde propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às Instituições Federais de Educação Superior (IFES). Seu objetivo principal é de fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidades nas IFES, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

O Programa de Extensão Universitária (ProExt) instituído pelo Decreto n. 6.495, de 30 junho de 2008, e de acordo com o mesmo, tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para o implementação de políticas públicas, o ProExt abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social⁵².

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), de acordo com o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010⁵³, apóia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

O Programa PET assim como o INCLUIR, PROEXT E PNAES são programas de permanência que foram aderidos pela UFMS, portanto, serão discutidos de maneira mais ampla no item a seguir.

É possível afirmar que o governo tem se colocado em uma posição de cooperação com as instituições, elaborando programas, que colaborem no processo de democratização da educação superior, Como afirma Ristoff:

⁵¹ Também será discutido de forma mais ampla no item a seguir bem como o programa INCLUIR, PROEXT E PNAES.

⁵² Decreto n. 6.495, de 30 de junho de 2008. Institui o Programa de Extensão Universitária (PROEXT). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm>. Acesso em 30 jan. 2012.

⁵³ Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 30 jan. 2012.

O PROUNI, a criação de novos campi nas instituições federais de ensino superior (IFES), a proposta, sempre tímida, de expansão do ensino noturno público, a criação de novas universidades federais, a proposta de conversão da dívida dos Estados em investimentos na educação, a criação da Universidade Aberta, a expansão da educação a distância, a criação de bolsas permanência, a retomada das contratações de docentes e técnicos, são algumas das ações que apontam para o caminho da democratização. (2008, p. 45)

A ampliação do acesso e da permanência está acontecendo, podemos observar por meio do levantamento desses programas que foram implementados ou reformulados para as IFES, que as mudanças necessárias na realidade da educação superior são possíveis com o amparo das políticas educacionais, por meio de maior investimento do Estado, no sentido de implementar políticas públicas que efetivamente possibilitem o acesso e a permanência democrática à educação superior. Esses programas de permanência tem se caracterizado como políticas públicas que tem favorecido a permanência para esses acadêmicos.

2.3 Características dos programas de permanência implantados na UFMS

A criação de políticas educacionais é uma forma de compensar as lacunas deixadas pelo sistema capitalista, de maneira que efetivamente façam frente aos problemas da educação superior. Os programas que a seguir serão abordados como já citados, são os de caráter governamental e implementados pela UFMS.

A regulamentação do PET define como o programa deve funcionar, qual a constituição administrativa e acadêmica, além de estabelecer as normas e a periodicidade do processo de avaliação nacional dos grupos.

O PET é um programa de longo prazo que visa realizar, dentro da universidade brasileira, o modelo de indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Assim, além de um incentivo à melhoria da graduação, o PET pretende estimular a criação de um modelo pedagógico para a nossa universidade, de acordo com os princípios estabelecidos na Constituição Brasileira e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). (BRASIL, 2006c, p. 6)

O PET proporciona aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do

estudante e atendem às necessidades do próprio curso de graduação. Os objetivos do programa consistem em:

Art. 2º

I - desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar;

II - contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação;

III - estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica;

IV - formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país; e

V - estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior. (BRASIL, 2010, p.1)

Para participação do grupo PET é necessário atender aos seguintes requisitos:

Art. 17º

I - estar regularmente matriculado como estudante de graduação;

II - não ser bolsista de qualquer outro programa;

III - apresentar bom rendimento acadêmico de acordo com os parâmetros fixados pelo colegiado máximo de ensino de graduação da IES; e

IV - ter disponibilidade para dedicar vinte horas semanais às atividades do programa [...]. (BRASIL, 2010, p. 6)

De acordo com o último edital nº 141 , de 12 de setembro de 2011, no que diz respeito ao processo seletivo do programa de educação tutorial, para a UFMS, foi disponibilizado o total de 24 bolsas, distribuídas entre os cursos de Física, Engenharia, Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia Elétrica, Matemática, Química, Pedagogia, Ciências Sociais e Zootecnia e o aluno atendendo a esses requisitos, de acordo com o art. 19, receberá a bolsa no valor de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) o que não se caracteriza como salário mínimo, mas contribui na renda do acadêmico.

Em convênio com a UFMS, o PIBIC é voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação do ensino superior. Busca contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa; contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional e contribuir para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação.

O Programa tem como objetivos:

- Despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação.
- Contribuir para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores.
- Propiciar à instituição um instrumento de formulação de política de iniciação à pesquisa para alunos de graduação.
- Estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação.
- Contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa.
- Contribuir de forma decisiva para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação.
- Estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação nas atividades científica, tecnológica e artística-cultural.
- Proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.⁵⁴

O programa de iniciação científica visa também estimular os pesquisadores da UFMS a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica, tecnológica, profissional e artístico – cultural. A Instituição conta com três modalidades: Bolsas CNPq, Bolsa UFMS e Voluntários.

O PIBIC conta com uma cota de bolsas pagas pelo CNPq e uma contrapartida da UFMS. O número de bolsas que compõem a cota do CNPq é definida anualmente pelo CNPq, com base na avaliação do programa PIBIC, por consultores externos e no número de Programas de Pós-Graduação e de Doutores da Instituição, enquanto a cota da UFMS é definida anualmente pela Pró-Reitoria de Pesquisa e PósGraduação, com base no orçamento da Instituição. Na tabela de valores de Bolsas e Taxas no País disponível no site do CNPq⁵⁵ é estabelecido o valor de R\$ 300,00 para IC.⁵⁶

Os requisitos e compromissos do aluno bolsista são:

- Estar regularmente matriculado em curso de graduação.
- Não ter vínculo empregatício e dedicar-se integralmente às atividades acadêmicas e de pesquisa.
- Ser selecionado e indicado pelo orientador.
- Apresentar no seminário anual sua produção científica, sob a forma de pôsteres, resumos e/ou painéis.
- Nas publicações e trabalhos apresentados, fazer referência a sua condição de bolsista do CNPq.

⁵⁴ Disponível em:< <http://www.cnpq.br/programas/pibic/index.htm>>. Acesso em 14 abr. 2012.

⁵⁵ Disponível em:< http://www.cnpq.br/normas/rn_06_026.htm#pais>. Acesso em: 12 abr. 2012.

⁵⁶ O valor da Bolsa de IC estipulado pela UFMS não foi localizado por meio de editais.

- Estar recebendo apenas esta modalidade de bolsa, sendo vedada a acumulação desta com bolsas de outros Programas do CNPq ou bolsas de outras instituições.
- Devolver ao CNPq, em valores atualizados, a(s) mensalidade(s) recebida(s) indevidamente, caso os requisitos e compromissos estabelecidos acima não sejam cumpridos.⁵⁷

Dessa forma, o Programa além de contribuir para a permanência do acadêmico na IES com um valor de bolsa, contribui também para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação do ensino superior.

O PIBID teve início na UFMS no ano de 2009, com a implantação de sete projetos (encerrados em janeiro de 2011): quatro projetos em Matemática (Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas e Paranaíba), um em Física (Campo Grande), um em Química (Campo Grande) e outro em Ciências Biológicas (Aquidauana).

No ano de 2010, foram implantados oito novos grupos dos quais três na Coordenadoria de Educação à Distância e Continuada (CED/UFMS: Pedagogia, Letras e Matemática), dois na cidade de Três Lagoas (História e Pedagogia), Ciências Biológicas em Campo Grande, além de Matemática em Ponta Porã e Aquidauana.⁵⁸

De acordo com Decreto 7219/10 para participar do PIBID, o acadêmico da UFMS deve cursar uma das Licenciaturas que fazem parte do projeto e ter bom aproveitamento acadêmico, além, naturalmente, de ter disponibilidade de tempo (o programa exige 20h semanais). As atividades desenvolvidas pelos diferentes grupos cobrem desde ações de regência, passando pelo desenvolvimento de materiais instrucionais, até a discussão de aspectos de natureza gerencial das escolas envolvidas no projeto.

Art. 1º. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, executado no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira. (BRASIL, 2010d, s.p.)

O acadêmico selecionado para o PIBID recebe uma bolsa da CAPES no valor de R\$ 400,00 mensais. Também de acordo com BRASIL/Decreto 7219/10d, o programa oferece

⁵⁷ Disponível em: < http://www.cnpq.br/normas/rn_06_017_anexo3.htm>. Acesso em: 12 abr. 2012.

⁵⁸ Disponível em: < <http://www.dfi.ufms.br/pibid/>> Acesso em: 12 abr. 2012.

bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública.

O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública, onde as IES devem firmar convênio ou acordo de cooperação com as redes públicas de educação básica, tanto dos municípios quanto estados, prevendo a participação dos bolsistas do PIBID nessas escolas. Com essa iniciativa, o PIBID faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais.

O Programa ProExt visa aprofundar uma política de fortalecimento e institucionalização das atividades de extensão nas instituições públicas de ensino superior. Entre os recursos orçamentários destacados anualmente pelo MEC para cobertura dos projetos e programas contemplados, há rubrica para o pagamento de bolsas de extensão a alunos de graduação que participem dos projetos selecionados.

São objetivos do PROEXT:

- I - centralizar e racionalizar as ações de apoio à extensão universitária desenvolvidas no âmbito do Ministério da Educação;
- II - dotar as instituições públicas de ensino superior de melhores condições de gestão das atividades acadêmicas de extensão, permitindo planejamento de longo prazo;
- III - potencializar e ampliar os patamares de qualidade das ações de extensão, projetando-as para a sociedade e contribuindo para o alcance da missão das instituições públicas de ensino superior;
- IV - fomentar programas e projetos de extensão que contribuam para o fortalecimento de políticas públicas;
- V - estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior;
- VI - contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira por meio do contato direto dos estudantes com realidades concretas e da troca de saberes acadêmicos e populares;
- VII - propiciar a democratização e difusão do conhecimento acadêmico; e
- VIII - fomentar o estreitamento dos vínculos entre as instituições de ensino superior e as comunidades populares do entorno. (BRASIL, 2008^a, s.p.)

De acordo com Andrés (2011) o Programa apóia as instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de programas e/ou projetos de extensão que contribuam para a implementação e para o impacto de políticas, potencializando e ampliando patamares de qualidade das ações propostas, projetando a natureza das mesmas e a missão da universidade pública.

Segundo o edital N° 04 do PROEXT (2011) consta que:

5.3 as instituições de ensino superior poderão concorrer ao financiamento de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por projeto.

5.4 as instituições de ensino superior poderão concorrer ao financiamento de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por programa. (EDITAL n. 4, 2011, p. 20)

Desses recursos as instituições federais poderão conceder bolsas de extensão para alunos de graduação, conforme previsto na Lei n° 12.155, de 23 de dezembro de 2009 regulamentada pelo decreto n° 7.416, de 30 de dezembro de 2010.

Art. 1° A concessão das bolsas previstas nos arts. 10 e 12 da Lei no 12.155, de 23 de dezembro de 2009, por instituições federais de educação superior a estudantes de cursos de graduação para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária, será promovida nas modalidades de:

I - bolsas de permanência, para a promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica; e

II - bolsas de extensão, para o desenvolvimento de atividades de extensão universitária destinadas a ampliar e fortalecer a interação das instituições com a sociedade.

Art. 2° As bolsas de permanência e de extensão serão pagas mensalmente e adotarão como referência os valores das bolsas correspondentes pagas pelas agências oficiais de fomento à pesquisa. (EDITAL n. 4, 2011, p. 22)

Portanto, pudemos observar que entre os recursos orçamentários direcionados as instituições para cobertura dos projetos e programas contemplados, há rubrica para o pagamento de bolsas de extensão a alunos de graduação que participem dos projetos selecionados, abrangendo programas e projetos de extensão universitária com ênfase na inclusão social, visando aprofundar uma política de fortalecimento e institucionalização das atividades de extensão nas instituições públicas de ensino superior proporcionando a permanência para esse acadêmico participante.

Os temas desenvolvidos pelo Programa, de acordo com Edital n.4 (2011, p. 2) são divididos em linhas temáticas a saber:

- Educação
- Tecnologias para o Desenvolvimento Social
- Cultura e Arte
- Pesca artesanal e aquicultura familiar

- Promoção da Saúde
- Desenvolvimento Urbano
- Desenvolvimento Rural
- Redução das desigualdades sociais e combate à extrema pobreza
- Geração de Trabalho e Renda por meio do apoio e fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários
- Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro
- Direitos Humanos
- Promoção da Igualdade Racial
- Mulheres e relações de gênero

Cada linha temática é composta por subtemas, da qual, os programas e projetos podem concorrer e abranger em um ou mais dos subtemas. O programa apóia as instituições Federais e Estaduais de educação superior, no desenvolvimento de programas e projetos de extensão, potencializando e ampliando patamares de qualidade da ações propostas, estimulando o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação pautada na cidadania e na função social da educação superior, contribuindo também para a melhoria da qualidade da educação brasileira.

De acordo com resultado final do Edital n. 4 do PROEXT 2011, foram encaminhados 21 projetos/programas da UFMS, desses, 11 foram classificados e com contemplados com recursos, 8 foram classificados, porém não contemplados e 2 desclassificados.⁵⁹

Dessa forma podemos afirmar que o ProExt garante a Extensão como parte integrante do Tripé Universitário composto por Ensino, Pesquisa e Extensão, da qual, apresentam-se no âmbito das universidades brasileiras, como uma das suas maiores virtudes e expressão de compromisso social.

O Programa INCLUIR, promove a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, de comunicações e a efetivação da política de acessibilidade universal, as universidades que podem participar apresentando propostas são as Instituições Federais de Educação Superior (IFES), incluídos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com cursos de nível superior. De acordo com PNE (2001):

⁵⁹ Disponível em:<

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=490&id=12243&option=com_content&view=article>. Acesso em 02 jan. 2012.

A Constituição Federal estabelece o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III). A diretriz atual é a da plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de duas questões – o direito à educação, comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas escolas “regulares”. (BRASIL, 2001, p. 120)

O Programa constitui-se em uma iniciativa da Secretaria de Educação Superior e da Secretaria de Educação Especial do MEC que visa a implementação de política de acessibilidade para pessoas com deficiência. O Programa tem como objetivos:

- 1.1. Implantar a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva na educação superior.
- 1.2. Promover ações para que garantam o acesso, permanência e sucesso de pessoas com deficiência nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES).
- 1.3. Apoiar propostas desenvolvidas nas Instituições Federais de Educação Superior para superar situações de discriminação contra esses estudantes.
- 1.4. Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que favoreçam o processo de ensino e de aprendizagem;
- 1.5. Promover a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e de comunicações. (EDITAL nº 8, 2010, s.p.)

Cada instituição pode concorrer com apenas um projeto que contemple ações previstas no edital e as instituições que apresentarem comprovadamente o número de estudantes com deficiência matriculados, e que não tenha projeto já financiado pelo Programa Incluir, tem prioridade na avaliação dos projetos.

De acordo com edital n. 8, de 6 de julho de 2010 a aplicação de recursos orçamentários e financeiros , não reembolsáveis, é no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sendo R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) de investimento e R\$ 3.000.000,00 (três, milhões de reais) de custeio.⁶⁰ E desses, o valor descentralizado é de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para apoiar 1 (um) projeto por instituição, sendo até R\$ 80.000,00 para investimento e R\$120.000,00 para custeio.

Ainda de acordo com o edital n. 8⁶¹, fica claro no item 6.3 que “A aplicação dos recursos orçamentários e financeiros deverá ser destinada a ações compatíveis com a missão

⁶⁰ Disponível em:< http://sigproj1.mec.gov.br/edital_blank.php?id=320>. Acesso em 02 jan. 2012.

⁶¹ Idem.

da universidade pública, especialmente na formação e qualificação profissional e educacional”.

Com esses recursos, os núcleos melhoram o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas. De acordo com Almeida (2009):

O processo de inclusão é um mecanismo que pode ser usado como estratégia política, social e econômica e, por isso mesmo precisa ser estudado, discutido e modificado, não podendo simplesmente ser ignorado. Como mecanismo político, a inclusão é enfatizada pela sua abrangência a diferentes grupos excluídos, o que a torna um processo social que busca favorecer parcela da população, geralmente desfavorecida, social e economicamente. Como mecanismo econômico, a inclusão é meio para diminuir as profundas diferenças originadas pelo poder econômico de cada grupo social. (ALMEIDA, 2009, p. 58)

O programa INCLUIR caracteriza-se como permanência por proporcionar aos acadêmicos por meio das instituições a reestruturação de núcleos de acessibilidade, como rampas, corrimãos, pisos táteis, elevadores, sinalizadores e alargamento de portas, aquisição de equipamentos, como teclados de computadores, impressoras, máquinas de escrever em braille, entre outros, além de aquisição de material didático específico para acessibilidade, como livros em áudio, Braille, entre outros.⁶²

A expansão da educação superior conta também com o REUNI, que busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior tendo como uma das metas:

Art. 4º § 1º [...] a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. (BRASIL, 2007b, p. 3)

As ações prevêem, além do aumento de vagas medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número professor por aluno, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão que colabora na ampliação e no acesso a permanência na educação superior.

⁶² Mais informações. Disponível em: < <http://www-nt.ufms.br/>>. Acesso em 02 jan. 2012.

[...] apresenta a proposta de “melhor aproveitamento da infraestrutura física e de recursos humanos das universidades federais”, e determina às IFES aderentes o cumprimento de metas definidas pelo MEC que visam, especificamente, a ampliação de vagas no ensino da graduação, o aumento da taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e a relação aluno/professor para a razão 18/1. (CHAVES; ARAÚJO, 2011, p. 67).

A meta é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, desde 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação⁶³. De acordo com Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007, o programa tem como Diretrizes:

Art. 2º

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007b, p.1)

O REUNI permite uma expansão democrática do acesso ao ensino superior, o que aumentará expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública. (BRASIL, 2007c, p. 26).

De acordo com BRASIL/PDE (2007a) engana-se, não obstante, quem tomá-lo apenas como abertura de um espaço orçamentário para que cada instituição melhore seus indicadores quantitativos – embora essa seja uma resposta importante aos renitentes críticos da universidade pública e gratuita.

É certo que, nesse aspecto, há como avançar, e o REUNI é o instrumento que permite expandir e defender a universidade pública. Contudo, mais do que

⁶³ Disponível em:<

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&Itemid=1085&msg=1>. Acesso em 02 jan. 2012.

isso, o REUNI propicia que cada instituição encontre, autonomamente, seu caminho de desenvolvimento no momento em que, em plena revolução científica, as fronteiras entre áreas do conhecimento tornam-se tênues e novas possibilidades de formação vão se delineando. (BRASIL, 2007c, p. 27-28)

Com relação aos recursos financeiros, o Decreto deixa claro em seu Art. 3º:

Art. 3º O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

I - construção e readequação de infra-estrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

§ 1º O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1º, § 1º.

§ 2º O acréscimo referido no § 1º tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3º O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação. (BRASIL, 2007b, p. 1)

Ainda de acordo com BRASIL/PDE (2007c, p. 28) A exata compreensão dos fins do programa, portanto, exige atenção quanto aos meios a serem empregados: a expansão dos cursos noturnos, a ampliação da mobilidade estudantil, a revisão da estrutura acadêmica e a diversificação das modalidades de graduação. Itinerários rígidos, desperdício de créditos, imobilidade e especialização precoce são incompatíveis com uma estrutura universitária à altura dos novos desafios da ciência. A reestruturação que se espera, portanto, é acadêmica e, como tal, qualitativa.

Tanto o programa REUNI como o programa INCLUIR, são programas que em seus relatórios, Decretos, editais encontramos a categoria **permanência**, porém, não podemos deixar de relatar que a permanência que esses programas garantem não são de caráter socioeconômico para os acadêmicos, os recursos recebidos não são disponibilizados e repassados aos acadêmicos como forma de bolsas. São recursos destinados as IES da qual, por meio de melhoramentos na infra-estrutura, aumento de vagas no caso do REUNI especialmente

no período noturno como afirma o Art 2º do Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007, entre outros, possibilitam o combate a evasão e contribuem para a permanência do acadêmico.

O PNAES, implantado em 12 de dezembro de 2008, é uma das ações oriundas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) elaborado e implantado no primeiro mandato do governo Lula, tendo como objetivo atender aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial, das IFES, visando a promover o apoio à permanência e conclusão dos alunos de baixa condição socioeconômica.

Esse programa oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento.

O PNAES é o programa que possibilita à IFES definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados com recursos financeiros para colaborar na permanência, e, a utilização dos recursos repassados, é feito de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial.

No capítulo a seguir discutiremos de forma minuciosa este programa, por ser responsável a repassar os recursos recebidos pelo governo para a IFES, no caso a UFMS, onde por meio desses recursos foram criados os programas Bolsa Ação Permanência e o Auxílio Alimentação na UFMS. De acordo com Edital da UFMS nº005/2011⁶⁴ tem como objetivo:

1.1. A Ação Bolsa Permanência é regida por Regulamento aprovado pela Resolução nº 7, Coun, de 7 de fevereiro de 2011, e tem por objetivo atender o acadêmico em necessidade socioeconômica, auxiliando-o financeiramente, propiciando meio de integração teórico-prática na sua área de formação, despertando hábitos e aptidões compatíveis com sua futura atividade profissional, possibilitando integração com a Comunidade Acadêmica, garantindo dessa forma sua permanência na Universidade; e

1.2. A Ação Auxílio-Alimentação é regida por Regulamento aprovado pela Resolução nº 6, Coun, de 7 de fevereiro de 2011, e tem por objetivo subsidiar financeiramente a alimentação do acadêmico em necessidade socioeconômica.

Subsidiaremos-nos de dados mediante os questionários e entrevistas que realizamos com acadêmicos que usufruem desse tipo de bolsa, onde relataram aspectos importantes que puderam garantir a permanência e para alguns a conclusão do curso superior.

⁶⁴ Disponível em:< <http://www-nt.ufms.br/news/view/id/1413>>. Acesso em: 02 jan. 2012.

CAPÍTULO III

OS PROGRAMAS DE PERMANÊNCIA PARA OS ESTUDANTES DA UFMS

Neste capítulo analisamos o Programa Bolsa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio do qual são oferecidas a Bolsa Ação Permanência, e a Bolsa Auxílio Alimentação na UFMS. E verificamos a necessidade desses programas para a permanência do estudante na educação superior.

3.1 - O Programa Bolsa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e sua relação com a Bolsa Ação Permanência e a Bolsa Auxílio Alimentação na UFMS

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi formulado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE).

Esse Fórum foi criado por ocasião no III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, realizado de 21 a 23 de outubro de 1987, na cidade de Manaus/AM, congregando os Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil e sua finalidade está pautada no Regimento do Fórum.

Art. 3º - O Fórum tem por finalidade contribuir para a integração das IFES, na busca de um constante aperfeiçoamento e desenvolvimento da Educação Superior devendo:

a) Assessorar permanentemente a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES);

- b) Formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o fornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional;
- c) Participar ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica, e comprometida com a sociedade que a mantém;
- d) Promover e apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência, realizar congressos, conferências, seminários e eventos assemelhados.⁶⁵

Segundo o histórico do FONAPRACE, a construção de um Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior (PNAES) constitui um de seus desafios e metas. A proposta do PNAES procura responder aos desafios apontados na Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES brasileiras, realizada pelo FONAPRACE, de 1996 a 1997 e 2003 a 2004.

Para traçar o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES que representou um universo de 469.378 estudantes dessas IFES, foi adotado o critério da Associação Nacional de Empresa de Pesquisa (ANEP) e constatou-se que 43% dos estudantes pertencem as categorias C, D e E. Estas categorias englobam estudantes provenientes de famílias cujos chefes têm atividades ocupacionais que exigem pouca ou nenhuma escolaridade, resultando em baixo poder aquisitivo, cuja renda familiar média mensal é de no máximo R\$ 927,00.⁶⁶

De acordo com a pesquisa, os estudantes classes C, D e E⁶⁷ não dispõem de recursos para suprirem suas necessidades básicas, e ainda menos, para as despesas típicas do universitário. Segundo o Plano Nacional de Assistência Estudantil (2008, p. 8)

Para o desempenho do seu papel social, o estudante precisa de livros, equipamentos de aprendizagem prática, acesso à informação, participação em eventos acadêmicos e culturais. Soma-se a essas desvantagens o baixo capital cultural representado pela insuficiência de acesso a cultura como, por exemplo, o nível baixo de escolaridade do chefe da família e até mesmo o acesso ao estudo de uma língua estrangeira.(BRASIL, 2008b, p.8).

⁶⁵ Disponível em:<

http://www.fonaprace.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=55.>

Acesso em: 06 dez. 2011.

⁶⁶ Para mais informações. Disponível em:<

http://www.fonaprace.andifes.org.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=1:nacional&Itemid=102>. Acesso em 7 fev. 2012.

⁶⁷ De acordo com Perfil dos Estudantes de Graduação das IFES. São considerados aqueles estudantes pertencentes às classes B2, C, D e E, que tem renda média familiar mensal variando de R\$ 207,00 a R\$ 1.669,00. Disponível em:< <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/perfil/perfil.html>>. Acesso em 7 fev. 2012.

O PNAES foi formulado pelo FONAPRACE com base no conhecimento do perfil dos estudantes das Universidades Federais e de estudos e debates ocorridos no âmbito daquele Fórum, bem como da mobilização de estudantes e de outros setores da comunidade universitária. Sua primeira versão foi publicada em outubro de 1998, tendo como alicerce a primeira pesquisa do perfil socioeconômico do estudante de graduação presencial das Universidades Federais de 1997.

Em seu primeiro relatório, o FONAPRACE apresentou de forma clara o seu posicionamento sobre a necessidade de uma política pública para a assistência estudantil universitária: “O processo de democratização no sistema educacional brasileiro particularmente nas universidades públicas passa necessariamente pela incorporação de estudantes oriundos de famílias de baixa renda. Não basta, entretanto, assegurar-lhes o acesso: é preciso considerar que o compromisso efetivo do estado com a democratização do ensino superior pressupõe a criação de condições concretas de permanência de todos os estudantes na universidade, até a conclusão do curso escolhido através da formulação de programas que busquem atenuar os efeitos das desigualdades existentes provocadas pelas condições da estrutura social e econômica” (FONAPRACE, 1997)⁶⁸

O PNAES então se efetivaria por meio de ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão destinadas aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Universidades Federais, tendo como finalidade a ampliação das condições de permanência e conclusão de curso dos jovens na educação superior pública federal. (ANDIFES, 2011, p. 11)

O PNAES foi continuamente acompanhado e aperfeiçoado pelo FONAPRACE, sobretudo após a pesquisa de 2004, de modo a tornar-se exequível em todas as Universidades Federais, respeitando as características e perfis específicos. O PNAES foi adotado e lançado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) em agosto de 2007, como busca de solução dos problemas relativos à permanência e à conclusão de curso por parte dos estudantes em vulnerabilidade

⁶⁸ Disponível em:<

http://www.fonaprace.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=55>. Acesso em: 6 dez. 2011.

socioeconômica das Universidades Federais, por meio da articulação de ações assistenciais na perspectiva de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida.

Em 12 de dezembro de 2007, por meio da Portaria Normativa nº 39 do Ministério da Educação, o PNAES foi instituído no âmbito da Secretaria de Educação Superior (SESu). Como política de governo, o PNAES foi prontamente posto em prática, logo a partir do mês de janeiro de 2008, com descentralização de recursos da ordem de R\$ 125.000.000,00. Os recursos foram ampliados nos anos seguintes para R\$ 200.000.000,00 em 2009 e R\$ 295.000.000,00 em 2010. (ANDIFES, 2011, p. 11).

Em 19 de julho de 2010 o PNAES, que era uma portaria do MEC, foi transformado no decreto presidencial nº 7234. No decreto foram relacionados os objetivos do programa que são:

I- democratizar as condições de permanência nas IFES; II- minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III- reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV- contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010e, s.p.)

O plano foi consolidado como medida de governo⁶⁹ e instituído no âmbito do Ministério da Educação (MEC), sendo convertido em Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), mantendo a mesma sigla. O investimento aumentou para a casa dos R\$ 395.000.000,00 em 2011. (ANDIFES, 2011, p. 11)

Ainda de acordo com Relatório da ANDIFES (2011, p.11), o aumento sistemático do volume de recursos para o PNAES revela a avaliação positiva da SESu/MEC, em relação ao papel estratégico exercido pela assistência estudantil nas metas de redução da retenção e melhoria das condições de permanência dos estudantes.

A consolidação do PNAES pelo Governo Lula é o reconhecimento de sua importância estratégica para ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, reafirmando os seguintes objetivos contidos no Art. 2º do Decreto nº 7.234/2010:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

⁶⁹ Para informações sobre a diferença entre políticas de governo e políticas de Estado, ler: BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em Direito. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). **Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
 IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010e, s.p.)

O PNAES estabelece que sejam atendidos, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Estabelece também por meio de eixos prioritários que as ações de Assistência Estudantil deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;
 II – alimentação;
 III – transporte;
 IV - atenção à saúde;
 V - inclusão digital;
 VI - cultura;
 VII - esporte;
 VIII - creche;
 IX - apoio pedagógico; e
 X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.(BRASIL, 2010e, s.p.)

Portanto, as ações de assistência estudantil estabelecidas pelo PNAES apontam ter como prioridade a viabilização da igualdade de oportunidades e contribuição para a melhoria do desempenho acadêmico do aluno, contribuindo de forma que minimize as situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição.

Em relação ao financiamento, fica determinado, por meio do Decreto nº 7234/2010 que a verba deve ser repassada às IFES, pois são responsáveis pela implantação das ações e pela definição dos critérios de seleção dos alunos que são beneficiados pelos projetos. Apesar de indicar os eixos prioritários, fica a cargo da universidade distribuir e aplicar a verba. Conforme, Art. 7º “Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º.” (BRASIL, 2010e, s.p.)

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de

estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. (BRASIL, 2010e, s.p.)

O PNAES, na UFMS, é representado pela **Ação Bolsa Permanência** e **Ação Auxílio Alimentação**. A Ação Bolsa Permanência integra a Política de Assistência Estudantil da UFMS e destina-se aos estudantes comprovadamente de baixa renda, regularmente matriculados em um dos cursos de graduação presencial da UFMS. O setor responsável na UFMS pelas bolsas é a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PREAE).

Segundo a Resolução Nº 7, de 7 de fevereiro de 2011, vigorada durante o período da pesquisa com os acadêmicos entrevistados⁷⁰, onde aprova o regulamento da Ação Bolsa Permanência da UFMS, aponta como objetivos:

Art. 2º

I - atender, com prioridade, ao acadêmico de baixa renda, auxiliando-o financeiramente para sua manutenção e do seu curso garantindo, dessa forma, sua permanência na Universidade, ao mesmo tempo em que contribuindo para sua formação integral;

II - propiciar meio de integração teórico-prática na área de formação do acadêmico;

III - despertar no acadêmico, hábitos e aptidões compatíveis com sua futura atividade profissional; e

IV - possibilitar a integração entre o corpo discente, docente, e técnico-administrativo da UFMS.

A Ação Auxílio Alimentação tem por objetivo subsidiar a alimentação dos alunos de comprovada carência socioeconômica dos Cursos de Graduação, presencias, da UFMS.

As condições de bolsistas, em atividades de extensão, monitoria ou estágio remunerado, conforme convênio entre a universidade e outras instituições, transformam-se em uma vantagem para o estudante, pela possibilidade de utilizar computador, internet, espaço físico para estudar, além de estar em contato permanente com a instituição, pois se sabe o quanto essa condição pode representar para a sua vida acadêmica. Em geral, esses estudantes permanecem todas as jornadas na universidade e apropriam-se com maior intensidade da cultura acadêmica.

⁷⁰ Pois todos os anos uma nova Resolução é entrada em vigor, revogando a do ano anterior.

Trataremos desses programas ressaltando sua importância, especificações e critérios para participação no item a seguir.

3.2 Programas de permanência na UFMS: a Ação Bolsa Permanência e Ação Auxílio Alimentação

Deste item em diante analisamos as entrevistas realizadas com os acadêmicos da UFMS que utilizaram ou utilizam a bolsa Ação Permanência e Auxílio Alimentação, para isso, por meio da entrevista foi possível traçar o perfil de cada um deles.

O edital nº 005/2011-PREAE, que foi aberto para seleção de acadêmicos para participação nas ações bolsa permanência e auxílio-alimentação, para o segundo semestre do ano de 2011, traçou como objetivo:

1.1. A Ação Bolsa Permanência é regida por Regulamento aprovado pela Resolução nº 7, Coun, de 7 de fevereiro de 2011, e tem por objetivo atender o acadêmico em necessidade socioeconômica, auxiliando-o financeiramente, propiciando meio de integração teórico-prática na sua área de formação, despertando hábitos e aptidões compatíveis com sua futura atividade profissional, possibilitando integração com a Comunidade Acadêmica, garantindo dessa forma sua permanência na Universidade.

A Ação Bolsa Permanência possibilita ao estudante desenvolver atividades como forma de garantir o custeio da vida acadêmica, proporcionando complemento à formação acadêmica e ainda tem o direito de receber o auxílio financeiro.

Artº 4.

§ 2º a atividade que o acadêmico deverá desenvolver constará em um Plano de Atividades e será de livre opção conforme o perfil, interesse e habilidade de cada um, priorizando sua área de formação, podendo integrar projetos nas áreas de ensino, pesquisa ou extensão, como também vincular às ações que permitam o aproveitamento de suas habilidades nas áreas da cultura e do desporto, favorecendo ambiente universitário agradável e vivências acadêmicas produtivas. (Resolução Nº 7, de 7 de fevereiro de 2011).

Os acadêmicos entrevistados para esta pesquisa foram: O acadêmico A, que tem 23 anos, cursa o 8ª semestre do curso de Enfermagem sendo período integral, é solteiro e atualmente mora com os pais, não trabalha e recebe ajuda da família, da qual a faixa de renda

mensal é de 3 a 10 salários mínimos, cursou todo o ensino médio em escola pública e entrou na universidade com 19 anos, dentro da taxa líquida para Educação Superior.

O acadêmico B, concluiu o curso de Artes, em período integral, no mês de dezembro de 2010, tem 48 anos, é casado, sendo o principal responsável pelo sustento de sua casa, onde residem 6 pessoas vivendo com renda mensal de 3 a 10 salários mínimos, cursou também todo o seu ensino médio em escola pública e entrou na universidade com 43 anos de idade.

E por fim, a acadêmica C, cursa o 8ª semestre do curso de Enfermagem, período integral, tem 22 anos, casada, não trabalha e recebe ajuda da família, em sua residência moram três pessoas que sobrevivem com renda de 3 salários mínimos, entrou na universidade com 19 anos, tendo cursado todo o ensino médio em escola pública.

Questionado sobre o que significava estudar em período integral, o acadêmico B que é o principal responsável pelo sustento da família, afirmou:

A partir de quando eu comecei a receber a bolsa a vida facilitou, o primeiro ano era muito difícil para mim, como eu era um artista autodidata eu poderia trabalhar em qualquer horário, então isso aí, unia uma coisa a outra, mas só que é muito difícil, mesmo você sendo um artista, pra sobreviver da sua arte, é uma própria arte, e aí se você não tem tempo para se dedicar você tem que arrumar um jeito, o jeito que arrumei foi de ir produzindo as telas, não tinha muito tempo. [...] Mas foi uma facilidade muito grande pra mim quando recebi a bolsa [...] eu não precisei mais produzir aquelas telas que me custavam muito tempo, **pude me dedicar mais tempo para participar dos programas de extensão dos projetos que a universidade oferecia**, todos que surgiram durante os anos que eu estava dentro da universidade, eu participei, eu consegui participar, então eu tive em 2008 ou 2009 eu tive 408 horas de monitoria da disciplina de pintura, onde pude auxiliar o professor na sala de aula, onde pude auxiliar os alunos fora da sala de aula, também, no ano de 2010 eu pude participar além de um projeto de extensão que foi exposição no corredor da universidade, participei da monitoria, e pude participar do programa do 2º encontro dos bolsistas permanência que apresentei dois trabalhos e um com a participação do público. (Entrevista, acadêmico B, grifos nossos, 2011)

O acadêmico relata que antes da concessão da bolsa por ser um artista autodidata poderia fazer o seu próprio horário de trabalho, porém, o tempo que tinha “vago” durante o período do curso era reservado para a elaboração de novas telas a fim de colaborar no sustento da casa, onde afirma que “para sobreviver de sua arte, é uma própria arte” deixando claro suas dificuldades financeiras e a falta de tempo para se dedicar aos estudos.

Por meio dessa entrevista é possível perceber a importância da Bolsa, pois, além de contribuir com recursos financeiros para a permanência e conclusão do curso, proporciona também maior relação com a própria área de estudo do acadêmico, podendo desenvolver planos, projetos, atividades relacionadas ao interesse de seu curso, colaborando na sua formação.

Sobre os recursos financeiros recebidos pelos acadêmicos, segundo a Resolução Nº 7/2011 o Artº 3, parágrafo único, informa que: “O valor da bolsa será fixado em 67% (sessenta e sete por cento) do salário mínimo vigente”. Ou seja, por meio da Lei 12.382/2011, o valor do salário mínimo correspondente ao ano em que realizamos a pesquisa era de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais), o aluno bolsista recebia então o valor de R\$ 365,15 (trezentos e sessenta e cinco reais e quinze centavos) por mês.⁷¹

É esclarecido também a origem dos recursos, no Artº 6 da Resolução 7/2011 “ Os recursos financeiros, para o pagamento dos bolsistas, serão do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)”. As vagas para bolsas são conforme disponibilidade orçamentária prevista no PNAES.

No edital nº 005/2011-PRAE, foi disponibilizadas o total de 300 vagas destinadas aos acadêmicos. O acadêmico participante da Ação Bolsa Permanência deve dispor de doze horas semanais para desenvolvimento de atividades de livre opção conforme o perfil, interesse e habilidade de cada um, priorizando sua área de formação, podendo integrar projetos nas áreas de ensino, pesquisa ou extensão, como também vincular às ações que permitam o aproveitamento de suas habilidades nas áreas de cultura e do desporto. Essas atividades são elaboradas juntamente com um tutor, docente ou técnico-administrativo da UFMS, e constarão do Plano de Atividades, o qual deverá ter ciência do Coordenador de Curso correspondente.

A bolsa me dá o valor de financiamento, e tenho que cumprir uma carga horária, essa carga horária, no nosso currículo em relação ao curso integral, é impossível da gente trabalhar em relação uma unidade, por exemplo, um setor da universidade, então, o planejamento é você que constrói junto com seu tutor, a minha tutora é minha Professora de Enfermagem e eu trabalho com ela, na parte de levantamento bibliográfico, então esse é um serviço que eu posso estar fazendo em um período que não estou em aula, como uma Iniciação Científica. (Entrevista, acadêmico A, 2011)

⁷¹ Esse valor é correspondente ao ano que em realizamos a pesquisa (2011), hoje por meio do Decreto nº 7.655, de 23 de dezembro de 2011, desde o dia 1º de janeiro de 2012 o salário mínimo passou a ser no valor de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7655.htm>. Acesso em: 19 abr. 2012.

A escolha do Tutor para a supervisão das atividades da Ação Bolsa Permanência é de responsabilidade do acadêmico; O acadêmico beneficiário da Ação Bolsa Permanência não poderá ter vínculo empregatício, formal ou informal, nem mesmo atividade autônoma, ou qualquer outra atividade, durante a vigência da Ação.

De acordo com a Resolução Nº 7, de 7 de fevereiro de 2011, os candidatos inscritos submetem-se a um processo seletivo divididos em várias etapas, cada uma delas eliminatória e consiste em:

Artº. 11

§ 4º I - Preenchimento e análise do questionário socioeconômico; e

II – entrevista ou visita domiciliar, caso haja necessidade.

§ 6º Entre os critérios adotados para seleção levar-se-á em conta:

I – o baixo poder aquisitivo do acadêmico, tendo como critério para recebimento da bolsa, o valor de até um salário mínimo e meio per capita familiar;

II – alcançar, no mínimo, média 5 (cinco) após somatória de todas as disciplinas cursadas no último semestre/ano, com prioridade ao acadêmico que estiver matriculado em maior número de disciplinas;

III – os bolsistas que não alcançarem média 5 (cinco) serão avaliados por equipe técnica específica, que determinará qual procedimento deverá ser adotado;

IV – não será considerado o rendimento escolar para o acadêmico que solicitar o benefício pela primeira vez;

V – a disponibilidade de carga horária, sem prejuízo do desenvolvimento regular das atividades acadêmicas; e

VI – não ser detentor de diploma de curso superior.

Observando os critérios para concessão do benefício, é possível verificar que são rigorosos. A acadêmica C confirma essa informação relatando por meio da entrevista, quando a questionamos sobre aos critérios para aquisição da bolsa, tendo como uma das principais avaliações, a questão socioeconômica, como foi possível observar por meio do art.º 11 da Resolução Nº7/2011.

Então, eles têm assim, tem um questionário enorme que você deve preencher, dados socioeconômicos, um monte de coisas e no final tem uma mini redação que você faz: (caso você queira colocar coisas que você ache pertinente para sua avaliação coloque aqui). E eu coloquei toda essa questão que eu já tinha te falado, a questão de eu ser mãe, tal, [...] Então, a gente colocou assim, que a gente precisava muito do auxílio alimentação porque nós temos que comer na faculdade. E da bolsa permanência também, que pra gente poder sobreviver além de tudo, tem o detalhe de que o acadêmico da área de saúde é mandado pra fazer estágios em vários lugares de Campo Grande e não é oferecido passe de ônibus, não oferece nada, nem um subsídio, então eu colocava tudo isso, o fato de eu ser mãe e o fato do curso

ter essas peculiaridades. Tem a questão do material e roupas, jaleco, porque no hospital você tem que ir de branco, roupa branca, sapato branco. (Entrevista, acadêmica C, 2011)

O acadêmico B também relata os rigorosos critérios necessários para a concessão da bolsa:

Eram vários critérios, eles perguntam até a sua residência, onde você mora, que tipo de moradia você tem, se é alugado, se é próprio, a renda per capita, eu acho que isso é que influencia né? os valores que a família recebe por mês, então, eles foram bastante assim, é um critério bastante rigoroso eu acho que isso é fundamental. (Entrevista, acadêmico B, 2011)

Para fazer jus ao recebimento da Bolsa Permanência, o acadêmico tem também como dever, apresentar Relatório Mensal das atividades executadas no mês como informações de estágios, eventos, reuniões, entre outros, na Divisão de Apoio e Assistência Acadêmica (DIAA/CAE/Preae), na Cidade Universitária, ou Comissões Permanentes de Apoio e Assistência Acadêmica (CPACs), nos campi e ter presença confirmada nas reuniões de acompanhamento e avaliação previstas pela DIAA/CAE/Preae e respectivas CPACs. (Anexo 4).⁷²

A Bolsa Auxílio Alimentação, segundo Resolução nº 6, de 7 de fevereiro de 2011, tem como objetivo subsidiar a alimentação dos alunos de comprovada carência socioeconômica dos Cursos de Graduação, presenciais, da UFMS.

A Ação Auxílio-Alimentação é regida por Regulamento aprovado pela Resolução nº 6, Coun, de 7 de fevereiro de 2011, e tem por objetivo subsidiar financeiramente a alimentação do acadêmico em necessidade socioeconômica. (EDITAL nº 005/2011-PREAE).

O Auxílio financeiro mensal repassado ao acadêmico é de 33% (trinta e três por cento) do salário mínimo vigente, ou seja, R\$ 179,85 (cento e setenta e nove reais e oitenta e cinco centavos) correspondente ao salário mínimo vigente no ano de 2011.

O auxílio alimentação, ele não tem assim uma obrigatoriedade em relação a carga horária como a bolsa permanência, mas você recebe o benefício hoje em dinheiro, que ano passado era em cartão de alimentação, então você só poderia utilizar ele em alguns lugares restritos, hoje com o dinheiro você pode almoçar onde quiser, mas não temos a obrigatoriedade em relação a

⁷² Modelo de relatório mensal encontrado no site da UFMS, Disponível em: <<http://www.prae.ufms.br/?section=norm&itemId=66>> Acesso em: 19 abr. 2012.

carga horária. O valor corresponde a R\$ 8,30 por dia. Isso aí é praticamente a salvação do mês. (Entrevista, acadêmico A, 2011)

Sabe-se que uma alimentação saudável contribui para a melhor qualidade de vida e essa alimentação está relacionada diretamente ao estilo de vida do indivíduo. A falta de cuidados com a alimentação pode interferir no desempenho mental, aumentando os riscos de déficit de memória e até de doenças degenerativas.⁷³ O aprendizado acaba sendo comprometido para aquele acadêmico que não usufrui de uma alimentação saudável, colocando em risco sua formação.

Alguns estudos revelam que os principais determinantes das escolhas alimentares realizadas pelos jovens universitários são a falta de tempo disponível, a conveniência, o custo, o sabor, o estado de saúde, o ambiente social e físico, bem como as preocupações com o controle de peso corporal. A alimentação típica de um jovem adulto caracteriza-se por um consumo excessivo de energia e predominância de alimentos ricos em gordura total, gordura saturada, colesterol e sódio e pobre em grãos completos, alimentos ricos em cálcio, frutas e produtos hortícolas. A ingestão alimentar dos estudantes universitários normalmente não satisfaz as recomendações para a maioria dos grupos de alimentos e para os principais micronutrientes, o que constitui motivo de preocupação para profissionais de saúde uma vez que os comportamentos, crenças e conhecimentos sobre a alimentação desenvolvidos e exibidos durante este período de vida podem repercutir-se na idade adulta e influenciar o estado de saúde futuro. (MARTINS, 2009, p. 3-4)

A universidade configura um lugar de ensino e aprendizagem auto-responsável que promove um verdadeiro choque de mudanças na vida de muitos jovens que se afastam de casa e mudam amplamente seus hábitos devido ao afastamento do ambiente familiar, principalmente os acadêmicos com dedicação exclusiva, da qual seu curso é de período integral.

Dessa forma, muitos hábitos novos são adquiridos e reforçados nessa fase refletindo num molde para o estilo de vida relacionado á saúde que esses acadêmicos podem levar para o resto de suas vidas ou neles permanecer por tempo suficiente para afetar a sua saúde, tanto positivamente quanto negativamente. É nesse sentido que pautamos a

⁷³ Disponível em:< <http://esclerosemultipla.wordpress.com/2008/05/12/alimentacao-e-atividade-cerebral/>>. Acesso em 26 fev. 2012.

importância do Auxílio-Alimentação, que proporciona uma refeição adequada por meio de subsídios financeiros.

Para concessão do benefício o Art. 6º da Resolução afirma que “A inclusão dos acadêmicos selecionados obedecerá a uma escala de prioridade, conforme o nível de dificuldade financeira apresentado, e devidamente comprovado.” O Art. 7º coloca: “Excepcionalmente, os casos que comprovem extrema situação de carência, e que surjam após o prazo de seleção, poderão ser atendidos com prioridade.” Ou seja, são selecionados aqueles que possuem maior índice de vulnerabilidade social⁷⁴.

O acadêmico interessado deve se inscrever mediante preenchimento do formulário socioeconômico disponível no site da PREAE, apresentar cópia dos documentos exigidos, juntamente com o formulário socioeconômico devidamente respondido, que em seguida devem ser entregues e protocolados no DIAA/CAE/Preae e CPACs, onde o processo seletivo é realizado.

De acordo com o Art. 12, o processo seletivo é feito pela DIAA/CAE/Preae, e nos Câmpus, a pré-seleção é feita pela CPAC, seguida da seleção final pela Divisão de Apoio e Assistência Acadêmica (DIAA).

§ 1º A Pré-seleção consiste em excluir os formulários apresentados sem a documentação exigida.

§ 2º Os candidatos inscritos submeter-se-ão a um processo seletivo que constará das seguintes etapas, sendo, cada uma delas, eliminatória:

I – preenchimento e análise do questionário socioeconômico; e

II – entrevista ou visita domiciliar, caso haja necessidade.

§ 3º Entrevistas e visitas domiciliares são procedimentos complementares de análise dos casos, podendo ser realizadas sem aviso prévio.

Os critérios de inclusão se caracterizam segundo a Resolução Nº 7 da seguinte forma:

Art. 13. O critério básico para a inclusão do acadêmico, nesta Ação, é a análise das informações e dos documentos anexados ao formulário

⁷⁴ De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 2004, vulnerabilidade e risco são situações que decorrem de: “perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.” Disponível em: <<http://www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00000877.pdf>> Acesso em: 23 maio 2012.

socioeconômico, procedendo a relação da renda familiar, despesas mensais e situação atual de dificuldades socioeconômica, fixando como parâmetro de análise, a seguinte ordem:

I – apresentar todos os documentos solicitados no Formulário para Solicitação de Benefícios;

II – estar inserido em família cuja renda per capita seja de até um salário mínimo e meio;

III – não ser detentor de diploma de cursos superior; e

IV – alcançar, no mínimo, média 5(cinco) após a somatória de todas as disciplinas cursadas no último semestre/ano, com prioridade ao acadêmico que estiver matriculado em maior número disciplinas; não sendo considerado o rendimento escolar para o acadêmico que solicitar o benefício pela primeira vez.

§ ocorrendo demanda maior que o número de vaga oferecido, será utilizado o critério de classificação para preenchimento das vagas, priorizando o candidato cuja família tiver a menor renda per capita.

Com relação às dificuldades financeiras para manter-se em seu curso, o acadêmico A relatou:

pelo curso ser período integral, tenho dificuldade principalmente na parte da alimentação, porque o período de você sair da aula, acaba 11:30 - 12:00 dependendo , ir para casa voltar 13:00 é complicado, não tenho carro, não tenho moto, tem que ser transporte coletivo mesmo e até ir em casa e voltar para universidade, não dá tempo, então na instituição não tem até então não tem o restaurante universitário, aí a gente acaba almoçando lá em volta da instituição, e aí tem que comprar em valor bem mais alto, cerca de R\$8,00, então pra você pagar todos os dias R\$8,00 pesa, aí você acaba lanchando comendo salgado, dividindo lanche, essas coisas. (Entrevista, acadêmico A, 2011)

No que diz respeito se houveram outras dificuldades, além da financeira tivemos como resposta:

Dificuldade eu consideraria mais o financeiro mesmo, porque em outros aspectos a Instituição é bastante aberta para você, livros, por exemplo, livros didáticos que eu até hoje não adquiri nenhum, apesar de a gente precisar, mas eu não adquiri porque na universidade tem a biblioteca, você pode estar pegando os livros, né, mas as dificuldades encontradas mesmo até agora foi essa questão, é alimentação que pegou bastante desde o primeiro ano que é integral, é a parte de roupa branca, porque você precisa realmente, estar no estágio de roupa branca, né, jaleco, todos os trabalhos tem que estar impresso, então são esses gastos, né que a gente tem durante o decorrer da universidade. (Entrevista, acadêmico A, 2011)

Como pudemos observar, o acadêmico A relata como sua principal dificuldade as condições financeiras, e levanta como questão a necessidade da alimentação, aquisição dos

materiais, roupas, trabalhos impressos, porém, por meio da bolsa ação permanência e auxílio alimentação, esses materiais solicitados no decorrer do curso, podem ser adquiridos. É o que verificamos em seu relato quando questionado sobre como superou essas dificuldades: “Superei com a ajuda da bolsa, do programa de permanência”

Já a acadêmica C, quando questionada se encontra outras dificuldades além da financeira, relata:

Encontro dificuldades, porque no meu caso além da dificuldade de ser integral e não ter tempo de trabalhar eu sou casada, eu casei no primeiro ano da faculdade, e tive filho no segundo ano da faculdade, e meu marido, ele ainda não entrou na faculdade, curso superior, ele voltou a estudar depois do casamento, portanto, está terminando o ensino médio, vai prestar o vestibular ainda este ano, então o salário que ele recebe no trabalho de nível médio não é um salário muito bom, então pesa para sustentar uma família e me sustentar, vamos dizer assim, na faculdade, com relação às coisas da faculdade. É difícil, é meio perigando mesmo, a gente vende o almoço pra comprar a janta. (Entrevista, acadêmica C, 2011)

Além das dificuldades enfrentadas dentro do campo acadêmico, existem também as dificuldades do cotidiano, as obrigações dentro de casa, como mãe e ainda com o curso que é de período integral. A acadêmica C, relata: “Se com o benefício já é difícil, não gostaria nem de imaginar se não tivesse ele”. Essas são questões de políticas educacionais, mas que de acordo com Saviani (2004) a política educacional é uma política social, onde esclarece que:

Política Educacional diz respeito, pois, às medidas que o Estado, no caso, o governo brasileiro, toma relativamente aos rumos que se deve imprimir à educação no país. No âmbito do organograma governamental, essas medidas se situam na chamada ‘área social’, configurando, pois, uma modalidade da ‘política social’ (SAVIANI, 2004, p.1).

Quando falamos de Políticas Educacionais, falamos das medidas como leis, decretos, resoluções, planos e programas que o Estado e de modo específico o governo brasileiro formula e implementa em relação a educação do país, e que podem estar situados no âmbito da área social.

A expansão do PNAES para instituição de ensino abriu portas para estudantes que tem dificuldades em permanecer na educação superior. O Programa atende aqueles que realmente necessitam da bolsa, necessitam da colaboração do Governo não apenas para o acesso, mas para garantir a conclusão do Curso.

As dificuldades com as quais os beneficiados se deparam são inúmeras, muitas das quais acabam prejudicando o rendimento. Porém, mesmo passando por todas as dificuldades acima citadas os bolsistas têm grandes expectativas com relação ao curso escolhido e ao futuro, é o que abordaremos a seguir.

3.3 Relação Entre os Benefícios Sociais e a Permanência do Estudante na UFMS

As transformações ocorridas no mercado de trabalho levam estudantes a procurarem vagas em uma Instituição de Educação Superior e de ensino público. Muitos acreditam que passando na “temida” seleção para o acesso à universidade, tem seus problemas acabados, como verificamos ao realizar a entrevista com o Acadêmico B, quando ele afirmou:

[...] na hora que passei no vestibular, não me passou pela cabeça, somente quando entrei, quando as aulas começaram fui me dando conta de que passaria dificuldade se eu não fizesse nada para arcar com as despesas, mas deu tudo certo, graças a bolsa. (Entrevista, acadêmico B, 2011).

O que temos visto em pesquisas recentes e em matérias jornalísticas como a que saiu no portal do site da Globo no início do ano de 2011 refletem o que tem acontecido com alunos que ingressam na universidade e não adquirem apoio institucional ou do governo para contribuir na permanência:

Os dados do censo mostram que de 2008 para 2009, um total de 896.455 estudantes abandonaram a universidade, o que representa uma média de 20,9% do universo de alunos. Nas instituições públicas, 114.173 estudantes (10,5%) largaram os cursos. [...] Cada estudante custa por volta de R\$ 15 mil ao ano na universidade pública e em média R\$ 9 mil ao ano na instituição privada, de acordo com o pesquisador, que é ex-diretor do Instituto de Física do campus São Carlos da Universidade de São Paulo (USP). [...] O pesquisador explica que o cálculo é uma média e tende a ser maior, já que há outros custos envolvidos na educação, como alimentação e transporte.⁷⁵

⁷⁵ Disponível em: <<http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2011/02/pais-perde-r-9-bilhoes-com-evasao-no-ensino-superior-diz-pesquisador.html>>. Acesso em: 08 dez. 2011.

A universidade pública deve atender a todos sem distinção, e, primordialmente apresentar os programas de bolsas oferecidos pelo governo, que amplamente divulgados, provocam expectativas naqueles que, ao entrar em uma IES pública se deparam com dificuldades para permanecer e buscam qualquer recurso para a conclusão de seu curso.

Trazendo novamente a pesquisa realizada por Veloso e Almeida (2002) no qual verificam os cursos de graduação, com foco na análise da evasão, tendo como campo de estudo a UFMT, onde afirmam que um dos motivos da saída do aluno é a falta de tempo para poder trabalhar e contribuir no sustento de casa, os Coordenadores de curso entrevistados relataram que:

[...]o aluno evadido, [...] é o trabalhador aluno, aquele que necessita trabalhar para sua sobrevivência e que, **no momento que não encontra no ambiente universitário condições para a sua permanência**, opta pelo abandono do curso. (VELOSO, ALMEIDA, 2002, p. 146-147, grifos nossos)

Em um determinado momento da entrevista, o acadêmico B, levantou a questão que confirma o que foi relatado na pesquisa realizada por Veloso e Almeida (2002).

[...] A UFMS mesmo sendo uma universidade federal sem mensalidade, é complicado a permanência para quem não tem uma bolsa de estudos, principalmente para o meu curso que era de período integral, e mesmo que fosse noturno, eu acho que o aluno que trabalha durante o dia e estuda durante a noite é muita carga para o aluno, é mais difícil ainda a absorção do conteúdo que o curso oferece. (Entrevista, acadêmico B, 2011)

E continuou relatando sobre a experiência de sua filha:

A minha filha, que está terminando o curso de administração agora, que acho que é uma conquista muito grande pra ela, por ter trabalhado durante esse período todo que ela estava estudando, e ela não trabalhou com um salário bom, ela trabalhou como estagiária, então não tinha um salário bom, não tem benefício nenhum, não conta tempo como benefício de INSS não tem recolhimento de nada disso, foram 4 anos da vida dela recebendo o que praticamente uma bolsa paga, só que como esse aluno que trabalha de estágio em uma empresa qualquer que tem as mesmas exigências, que os outros funcionários tem, vai chegar na universidade a noite e poder estudar? E que horário ela pode se dedicar? ela está conseguindo se formar, mas eu não sei se o aprendizado dela é suficiente para que o curso ofereceu, porque eu acho que o aluno que trabalha durante o dia e estuda durante a noite, é

muita carga para um aluno. Então se ela tivesse participado de um programa desses, se ela tivesse a sorte de ter participado de um programa como desse ela teria muito mais condição de se dedicar ao curso e hoje estar se formando em administração com mais competência para se inserir no mercado de trabalho. E além da competição, tem o problema da vivência também, porque não sobra tempo para o indivíduo se relacionar, ter convivência, as vezes passa 4 , 5 anos da vida só estudando e trabalhando e não tem tempo para ela mesmo, então o tempo passa né. (Entrevista, acadêmico B, 2011).

Com este relato fica evidente a importância de Programas que colaboram para permanência no curso superior, tanto para o estudante do período diurno, quanto para o estudante do período noturno. O Programa em análise possibilita dedicação ao curso, aprimoramento naquilo em que está se profissionalizando, recursos para colaborar no sustento financeiro, entre outros, pois, ambos passam por dificuldades socioeconômicas no decorrer do curso, o que pode enfatizar a desistência. Por meio desse relato, a questão do período noturno é levantada, demonstrando que os acadêmicos que frequentam uma IES no período diurno em determinado aspecto são diferentes dos frequentadores do período diurno. De acordo com Bittar, Almeida e Veloso:

Ressalta-se que a forma de organizar o ensino no período noturno não pode ser igual à do período diurno, principalmente ao se considerar o perfil dos alunos que frequentam tais cursos e que se configuram, na grande maioria como estudantes-trabalhadores. Nesse sentido, os cursos noturnos deveriam ter uma organização específica e um modo de funcionamento diferente daquele que se imprime aos cursos diurnos, os quais recebem uma demanda com diferenças significativas em seu perfil. (2008, p. 92)

Porém, todas as pessoas independentemente de suas condições econômicas, têm direito de frequentar a educação superior e no período da qual decidir. Garantir a permanência dos estudantes nos cursos de graduação é essencial para uma universidade;

Muitos acadêmicos sem os benefícios oferecidos pela instituição não teriam condições para cursar a educação superior, é o que podemos observar por meio dos relatos quando perguntados: “Sem a concessão do financiamento que utiliza, seria possível concluir o curso superior? Por quê?”

Olha, por conta da minha família ser estruturada em relação a estar estimulando o ensino, eu acredito que sim, que seria possível, sempre a gente da um jeito né? só que a dificuldade realmente existe, tem coisa que assim, estágio mesmo, eu venho, recebo passe, são dois passes, daqui até em casa da uns 20 minutos a pé, então tem dois períodos que eu faço e venho a pé pra cá, porque eu não tenho como pagar R\$5 e mais um pouco de passe

entendeu? aí eu venho a pé, volto de ônibus, no período que está mais sol. No 2º ano da faculdade eu fiz estágio, saúde coletiva e aí teve um momento que eu tive que ir na universidade ver a possibilidade de uma ajuda de custo, em relação ao passe, porque até então a gente não estava recendo a alimentação[...]. (Entrevista, acadêmico A, 2011)

O acadêmico B afirma:

Olha, por eu ter provado o sabor de estudar novamente, eu não iria desistir, mas eu tenho certeza que a minha dificuldade seria muito grande, seria com muita dificuldade, quando eu comecei o curso eu já imaginava assim: puxa será que eu vou agüentar 4 anos dentro da universidade? E hoje eu to tranqüilo porque já terminei, graças a Deus, acho que seria muito difícil, eu tenho certeza que esse programa, ele vai se tornar uma coisa muito mais importante ainda, porque eu acho que ele vai conseguir abranger um número maior de acadêmicos, e vai se organizar de uma forma que vai poder contribuir mais com os acadêmicos, que vai poder, participar mais, que vai envolver eles e toná-los capazes de já sair da universidade inseridos no mercado de trabalho. Acho que esse deve ser o papel principal da instituição, não só ensinar, mas, proporcionar a inserção no mercado de trabalho. (Entrevista, acadêmico B, 2011)

De acordo com o resultado dos Editais encontrados no site da PREAE⁷⁶, pudemos observar a evolução da quantidade de bolsa destinada aos alunos da cidade universitária (campus Campo Grande), com referência no ano de 2008 e 2011.

Tabela 5. Evolução de bolsas de Permanência na UFMS. Ano 2008 e 2011

| Especificação | 2008 | 2011 |
|------------------------|-------------|-------------|
| Bolsa de Alimentação | 120 | 337 |
| Bolsa Ação Permanência | 40 | 93 |

Fonte: elaborado pela autora com base em Editais da UFMS do ano de 2008 e 2011

Essas Bolsas são consideradas políticas de permanência, onde a Instituição por meio de processos seletivos proporciona o acesso, e os programas desenvolvidos nas IES colaboram para a permanência desses acadêmicos.

A acadêmica C quando questionada em relação a conclusão do curso, caso não fosse contemplada com a bolsa relata:

⁷⁶ Disponível em: < <http://www.preae.ufms.br/?section=news&itemId=866>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

Olha não é assim, nossa! mas quebra um galho, [...] a renda do meu marido se não tivesse a minha renda, para fazer essas coisas extras da faculdade, já nossa, meu Deus o que vou fazer, ele já está lá para comprar leite, sustentar a casa, me ajuda, no que precisa na faculdade, me ajuda nossa 100% alimentação então , a que eu sinto mais repercussão é a bolsa alimentação, porque antes disso era muito difícil, não tinha como, a gente fazia vaquinha para comer salgado, tinha vezes que a gente não comia [...]. (Entrevista, acadêmica C, 2011)

Diante do fenômeno da globalização o que também vem incomodando os acadêmicos é sua inserção no mercado de trabalho e a importância da qualificação profissional para defrontar-se com o campo e melhorar o orçamento familiar. Informação esta que podemos identificar como uma das evidências da globalização, que de acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi:

A globalização é uma tendência internacional do capitalismo que, com o projeto neoliberal, impõe aos países periféricos a economia de mercado global sem restrições, a competição ilimitada e a minimização do Estado na área econômica e social. O resultado mais perverso desse empreendimento tem sido o crescimento do desemprego e a exclusão social. (2008, p. 115)

Afirmam ainda que “A desqualificação passou a significar exclusão no novo processo produtivo”. (2008, p. 110). Segundo Martins (1994) nessa ótica economicista a educação é tida como ponto de partida para a mudança da sociedade, uma vez que tem em si o locus privilegiado para a disseminação de um novo paradigma. Quando questionada sobre as expectativas com o término do curso, a acadêmica C relata:

Eu tenho amigos que pensam assim, eu vou fazer um mestrado, eu quero, eu gosto muito de pesquisa, desse primeiro ano eu poderia ter aproveitado mais, mas eu comecei a gostar mais no terceiro ano, eu queria realmente sair, e fazer o mestrado, especialização, mestrado essas coisas, estão no meu coração de verdade, mas agora como estou, nessa situação estou pretendendo procurar trabalho, urgentemente, concurso, eu penso assim, fazer concurso, entrar, estabilizar, e aí me afastar para um mestrado, ou antes do concurso se eu tiver condição para fazer uma especialização também não sei se vou ter. Sabe, porque aí tá nisso, você faz um concurso agora, e aí junto com você tem uma pessoa que tem a pós-graduação, aí a pessoa entra e você não, então, seria bom fazer uma pós-graduação sim , mas e o dinheiro para fazer a pós? Só com o emprego. Mas eu tenho tudo isso em mente, minha expectativa então assim que me formar é ir para o mercado de trabalho. (Entrevista, acadêmica C, 2011)

Tendo em vista que a educação superior apresenta para esses estudantes um investimento para ampliar suas chances no mercado de trabalho cada vez mais competitivo, os estudantes procuram se dedicar o máximo possível para obter uma boa qualificação.

Como afirma Terribili:

Atualmente vê-se nos cursos de graduação e, sobretudo, na obtenção de diploma de curso superior, o mais provável viabilizador da inserção no mercado de trabalho em nível mais elevado, capaz de trazer ao estudante, uma melhor condição de vida, uma mudança na sua condição socioeconômica. (2007, p. 51)

De acordo com Terribili (2007) A agregação de conhecimentos obtidos durante o curso superior, o diploma, a riqueza da vivência pessoal e os relacionamentos estabelecidos com colegas e professores, podem propiciar ao estudante maior facilidade para participar do mercado de trabalho após a conclusão do curso.

Diante dessas evidências sobre o mercado de trabalho trazemos o relato do acadêmico B quando questionado se houve momentos em que teve que fazer uma escolha entre trabalho e estudo:

Não porque a universidade é realmente um universo novo e ela abre uma nova porta na vida do ser humano, eu gostaria que todas as pessoas que entrassem na universidade tivesse essa visão, é uma pena porque as vezes a gente observa; principalmente a Universidade Federal, não é fácil você entrar em uma universidade, mas se não é fácil você entrar é muito mais difícil ainda você terminar o curso. (Entrevista, acadêmico B, 2011.)

Apesar de todas as dificuldades, as respostas fornecidas pelos alunos indicaram que eles chegaram ao final do curso satisfeitos, pois realizaram mais um sonho, que é apenas o início de tudo, que não querem parar, mas continuar estudando. Em relação a essa afirmação, o acadêmico B que concluiu seus estudos em dezembro/2010, confirma respondendo, quando questionado: O que significa concluir um curso superior?

O meu curso não foi licenciatura, foi bacharelado , mas através do conhecimento adquirido dentro da instituição eu tenho capacidade hoje e tenho um título que eu posso utilizar e que me garante estar ministrando aula com capacitação, com conhecimento, com, é, autonomia, **uma coisa é você dizer: eu ensino o que eu aprendi no dia a dia da vida, outra coisa é você dizer que eu ensino o que aprendi no dia a dia da vida, mas com o curso**

de graduação em uma universidade, numa instituição seja ela, pública ou privada.[...] (Entrevista, acadêmico B, 2011, grifos nossos).

A educação superior é o caminho para aqueles que vêm nela, o reconhecimento social, a formação profissional e a obtenção de um diploma, e procuram alcançar esse objetivo em uma IES da qual lhe proporcione subsídios para arcar com os estudos.

Esses acadêmicos entrevistados, nos repassaram por meio da entrevista, que realmente sem a concessão da bolsa, o decorrer do curso, seria muito mais difícil, impossibilitando de chegar ao último semestre, e por meio dos relatos foi possível perceber que esses acadêmicos fizeram o real aproveitamento dos recursos destinados à eles.

Podemos fechar esse item com a continuação da entrevista do acadêmico B, em relação a importância da conclusão do curso superior:

[...] eu pretendo, tenho muita vontade de conseguir fazer um mestrado, se eu conseguir eu não quero mais me desligar da área da educação porque eu acho que ela mudou a minha concepção de vida, mudou a minha relação com as pessoas, mudou a minha relação com a minha família, então eu acho que ela só trouxe valores para mim, **o estudo na universidade só me trouxe valores que são assim valores que não tem dinheiro que pague**, que são coisas não só ligadas a área do conhecimento específico, mas a área da educação da sua compreensão de vida da sua, da sua relação com o ser humano. **A educação transforma**, aí é um ponto importante eu acho. Eu gosto do que eu faço, sei que posso viver uma vida digna com o meu trabalho, com o que eu ganho. (Entrevista, acadêmico B, 2011, grifos nossos).

A “educação transforma”, como afirma o acadêmico, e os programas de permanência são como mecanismos que proporcionam essa transformação para todos aqueles que não possuem seus próprios mecanismos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta Dissertação lembramos seu objetivo geral, que foi de investigar os programas de permanência implementados nas universidades públicas, em específico a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no contexto das políticas de Educação Superior, no período de 2003 a 2010. Bem como identificar as características dos programas de permanência oferecidos pela UFMS; os critérios de elegibilidade para concorrer a esses programas e examinar como esses programas possibilitaram a permanência e a conclusão do curso superior.

Percebe-se que nos anos 1990, período em que se intensificou a implementação de políticas de caráter neoliberal, a problemática da saturação entre a demanda e a oferta de vagas na educação superior foi transferida do poder público para a iniciativa privada. A ampliação no processo de privatização, caracterizou a educação como grande negócio; o Estado desresponsabilizou-se de seu dever destinando verba da iniciativa pública para a iniciativa privada, característica essa que teve continuidade até os anos 2000.

O sucateamento da educação pública superior e a mercantilização do sistema educacional era a principal política educacional do governo FHC, proporcionando o aumento de vagas nas IES privadas e a estagnação de vagas nas IES públicas.

Sob esse prisma é notável que a política econômica tenha sido o eixo que comanda todos os setores que mantêm a sociedade, principalmente a educação que está inserida na política social. Que como estratégias promovidas com base no nível político, as políticas sociais compõem-se de planos, projetos e diretrizes específicas em cada área de ação social, que são: saúde, educação, cultura, previdência, seguridade, informação, habitação, defesa do consumidor.

O governo Lula, por meio de uma política de consenso das políticas neoliberais, no campo da educação superior, reverteu o processo de sucateamento das estruturas públicas, em especial das federais, por meio de programas de governo, dentre os quais destaca-se o REUNI, que propõe a reestruturação e expansão das universidades federais.

Expressas nos programas implementados pelo Estado nos últimos anos, as alterações têm sido legitimadas pelas políticas públicas, que de acordo com Shiroma, Moraes e Evangelista (2004, p. 9) “particularmente as de caráter social, são mediatizadas pelas lutas, pressões e conflitos entre elas [...] estrategicamente empregadas no decurso dos conflitos

sociais expressando, [...] a capacidade administrativa e gerencial para implementar decisões de governo.”

Nos editais do REUNI encontramos a categoria permanência, porém, os recursos recebidos não são repassados à alunos como forma de bolsa, mas são direcionados as IES com o objetivo de melhoramento na infra-estrutura, aumento de vagas e principalmente no período noturno, o que pode contribuir para o combate da evasão, favorecendo a permanência do acadêmico que precisa trabalhar no período diurno para se manter. O papel do Estado em garantir a educação como consta no Art. 6º da Constituição Federal, não se limita em apenas possibilitar o acesso à educação, mas sim criar mecanismos para a permanência na mesma.

Nesta perspectiva evidencia-se a importância da educação, dentro das políticas públicas de caráter social, e a necessidade da democratização da educação superior. Democratização essa voltada não apenas à ampliação do acesso à universidade pública, mas também aos mecanismos para a permanência, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

Com a realização desta pesquisa verificamos os programas existentes de caráter governamental, elaborados ou reestruturados no período do governo Lula, que colaboram para a permanência dos acadêmicos que ingressam em uma IES pública, são eles: a) o Programa de Educação Tutorial (PET); b) Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES); Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G); c) d) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); e) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID); f) (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), g) Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR) h) O Programa de Extensão Universitária (ProExt); i) Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Todos esses programas se caracterizam como de permanência, alguns disponibilizando recursos financeiros para o acadêmico e, outros, recursos financeiros para a Instituição com o objetivo de melhorar as condições estruturais da IES de forma que também garanta a permanência do acadêmico como, por exemplo, o programa INCLUIR.

Desses programas, os implementados pela UFMS foram: O programa PET, PIBIC, PIBID, PROEXT, INCLUIR, REUNI e PNAES. Cada programa tem o seu critério de elegibilidade definido, os acadêmicos que desejam ser beneficiados além de passarem pelos processos seletivos para entrarem na IES, precisam também passar por mais um “funil” o de

ter suas características pessoais como caráter socioeconômico, de acordo com as exigências para concessão da bolsa.

As características dos programas foram levantadas e relatadas no decorrer da Dissertação, porém, nos apropriamos para trabalho o programa PNAES. Que apóia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das IFES, tendo como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

Por meio da entrevista realizada com estudantes que utilizaram os recursos oriundos do PNAES, foi possível perceber sua importância como programa de permanência e, as barreiras relatadas por eles, são recorrentemente percebidas como desafios e até mesmo estímulos.

O traço comum entre esses acadêmicos são as necessidades e as formas com que driblaram as limitações, para impulsionar as chances da conclusão que são resultantes de escolhas voluntárias, buscas individuais de superar limitações estruturais, que evidenciam a característica da sociedade capitalista, desigual e excludente.

A implantação do PNAES representa um marco para a educação superior e para a vida desses acadêmicos, pois os estudantes de baixa condição socioeconômica, acabam abandonando o curso em decorrência da insuficiência de recursos financeiros para sua manutenção, sendo então, obrigados a submeterem-se a subempregos de baixa remuneração como recurso de sobrevivência, abandonando, em alguns casos, em definitivo, a chance de qualificação profissional.

Entendemos que a questão da permanência demonstra um desafio para a educação superior, pois as políticas públicas realizadas ao longo dos anos conduziram a resultados reduzidos de alunos que concluem seu curso, levando a perceber que os desencontros entre a legislação e a realidade demonstrados na pesquisa, indicam uma necessidade genérica de ações para os estudantes que hoje freqüentam as instituições superiores públicas. "Estudo recente do Observatório Universitário da Universidade Cândido Mendes revela que 25% dos potenciais alunos universitários são tão carentes que 'não têm condições de entrar no ensino superior, mesmo se ele for gratuito'" (PACHECO; RISTOFF, 2004, p. 9).

Nota-se que a efetiva democratização da educação requer certamente políticas públicas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, necessitando de ações efetivas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional.

A pesquisa demonstrou que a permanência na IES pública não se restringe à matrícula, mas às condições econômicas para arcar com as despesas mínimas exigidas para cursar o ensino superior, não basta garantir o acesso, é necessário propiciar também a permanência.

Pode-se afirmar que o acesso somente se efetivará se um conjunto de ações favorecerem a permanência dos alunos e garantirem o término de seu curso. O mercado de trabalho tem sido cada vez mais exigente, e os jovens buscam, por meio da educação superior, o reconhecimento social, a formação profissional e a obtenção de um diploma para melhorar sua condição social e procuram alcançar esse objetivo em uma IES que lhes proporcionem subsídios para arcar com os estudos, como exemplo, os programas caracterizados como de permanência.

Chegamos, portanto, à conclusão que os programas de caráter governamental são de vital importância para combater a evasão na educação superior, o que tem sido motivo de pesquisa e um problema que tem afligido as instituições de educação superior em geral. As questões sócio-econômicas e educacionais revelam-se como fatores preponderantes, pois são elas que tem influenciado muitos acadêmicos a desistirem do curso de educação superior.

Entendemos que há muito a ser abordado sobre o assunto, e que as considerações não se esgotam aqui, deixando ainda um campo aberto e muito fértil para o desenvolvimento de outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

A) Livros, Artigos, Dissertações e Teses

AFONSO. Almerindo Janela. **Reforma do Estado e Políticas Educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional.** In: **Educação e Sociedade.** Revista Educação e Sociedade. Campinas. v. 22, n. 75, 2001.

ALMEIDA. Carina Elisabeth Maciel. **O Discurso de Inclusão nas Políticas de Educação Superior (2003-2008).** Tese de Doutorado, Campo Grande, UFMS, 2009

ANDERSON. Perry. **Balanço do neoliberalismo.** In SADER, Emir & GENTILLI Pablo (orgs). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANDRÉS, Aparecida. Financiamento estudantil no ensino superior. Consultoria Legislativa, Brasília, 2011. Disponível em:< http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema11/2011_2085_1.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAUJO, Carla Busato Zandavalli Malluf de. A avaliação da educação superior e os planos plurianuais do Estado brasileiro nos anos 2000. **Educação e Fronteiras On-Line,** Dourados/MS, v.1, n.1, p.18-31, jan/abr. 2011.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade et al. Trabalho no Governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. *Global Labour University Working Papers*, n. 9, GLU, may 2010.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington:**a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Gráfica e Peres, 1994.

BITTAR, Mariluce. Estudante-Trabalhador: reflexões sobre o curso de Serviço Social. In: **Anais do VII ENPESS – O Serviço Social e a Questão Social: direitos e cidadania.** Brasília: UnB: ABEPSS, 2000, p. 165-172.

BITTAR, Mariluce. A educação e a presença salesiana na região centro-oeste. Revista de Educação Pública, Cuiabá: UFMT, v. 12, p. 177-190, 2003. Disponível em:< <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev21/mariluce.htm><. Acesso em: 28 jan. 2012.

BITTAR, Mariluce. Educação Inclusiva – estudante-trabalhador/cursos noturnos. p. 200 – 201. In. MOROSINI, Marília Costa. **Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Ensino noturno e expansão do acesso de estudantes-trabalhadores à educação superior. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Orgs.). *Educação Superior no Brasil: 10 anos Pós-LDB*. Brasília: Inep, 2008.

BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina E. Maciel de; VELOSO, Tereza Christina M.A. O Ensino Noturno nas Políticas de Educação Superior: Estratégia de Acesso para o Estudante-Trabalhador. p. 295-316. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SILVA JR, João dos Reis. (Orgs.). **Educação Superior no Brasil e Diversidade Regional**. Belém: EDUFPA, 2008.

BITTAR, Mariluce; CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves; ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de. Política de Cotas par Negros na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – um estudo sobre os fatores da permanência. In: **Série-Estudos**. Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande: n. 24, p. 143-156, 2007.

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira. **Ensino Noturno: acesso e democratização da educação superior**. Projeto de Pesquisa. Campo Grande:UCDB, 2007.

BITTAR, Mariluce; PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. **Acesso e Permanência no Processo de Expansão da Educação Superior – Pós-LDB/1996**. Projeto de Pesquisa. Campo Grande - Belo Horizonte: UCDB-UFMG, 2009.

BITTAR, Mariluce; RODRÍGUEZ Margarita Victoria; ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de. Educação Superior em Mato Grosso do Sul: 1991-2004. In RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime (Org). **Educação superior brasileira 1991-2004: Mato Grosso do Sul**. Brasília: INEP, 2006.

BITTAR, Mariluce; SOUZA, Débora Juliana Nepomuceno. Programas de Permanência do Estudante do Ensino Noturno na UCDB. In: **XII Encontro de Iniciação Científica**, 2008, Campo Grande. XII Encontro de Iniciação Científica , 2008.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1997.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção Questões da Nossa Época).

CAVALCANTE, Maria Cleide L. P. Políticas de Educação Superior: acesso e permanência de estudantes trabalhadores dos cursos noturnos (1996-2006). Dissertação de Mestrado, Campo Grande, UCDB, 2008.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 13 ed. São Paulo: Ática, 2003.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; ARAÚJO, Rhoberta Santana de. Política de Expansão das Universidades Federais via Contrato de Gestão – uma análise da implantação do

DOURADO, Luiz Fernandes. A Reforma do Estado e as Políticas para o Ensino Superior no Brasil nos anos 90. In: **Educação e Sociedade**. Revista Educação e Sociedade. Campinas: CEDES, v. 23, n. 80, 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes. (Orgs.) **Universidade pública: políticas e identidade institucional**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

FARIA, Glauco. O Governo Lula e o novo papel do Estado brasileiro. **Brasil em debate**. Fundação Perseu Abramo, vol. 3, São Paulo, 2010

FERNANDES, Eloisa Bittencourt. Expansão Universitária em Mato Grosso do Sul – 1979-2001. **Dissertação de Mestrado**, Campo Grande, UCDB, 2003.

FERRONATO, Eliane Terezinha Tulio. Políticas de educação superior e as universidades estaduais: um estudo sobre os cursos noturnos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. **Dissertação de Mestrado**, Campo Grande, UCDB, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. Revista Educação e Sociedade. Campinas, v. 26, n. 92, out. 2005, p.1087-1113

GAMA, Simone Moraes; OLIVEIRA, Aretha Fagundes. A Inclusão do Negro na Educação Superior: acesso e permanência na Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande/MS, 2008. **Trabalho de Conclusão de Curso (BACHAREL)**. Universidade Católica Dom Bosco.

GIDDENS, Antony. A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOMES, Alfredo Macedo. Estado, mercado e educação superior no Brasil: um modelo analítico. **Educação e Sociedade**. Campinas: CEDES, p.839-872. vol.24, n.84, ISSN 0101-7330, 2003

GONÇALVES, Francisco Williams de Assis Soares; LUZ, Liliene Xavier, CRUZ, Rosana Evangelista. O Programa Dinheiro Direito da Escola (PDDE) como política educacional do Estado Contemporâneo. p. 127-142. In: RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. (Org.) **Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**, n. 18 (Dezembro 2004). Campo Grande: UCDB, 1995.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 16a ed. São Paulo, Loyola, 1992.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2008.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza D.A de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Margarida João R. de Liz. Hábitos alimentares de estudantes universitários. Portugal, 2009. 87 f. Trabalho de Investigação – Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação, Universidade do Porto, 2009. Disponível em: < http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/54753/1/132680_09112TCD112.pdf>. Acesso em: 23 maio 2012.

MARTINS, Clélia. **O que é política educacional**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social, Teoria, Método e Criatividade**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994

MINTO, Lalo Watanabe. **As Reformas do Ensino Superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas/SP: Autores Associados, 2006.

NANTES, Valquíria Allis. **Expansão da Educação Superior em Mato Grosso do Sul e a Ampliação do Acesso ao Ensino Superior Noturno – 1990 a 2006**. Campo Grande/MS, 2010. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado, Universidade Católica Dom Bosco, 2009.

OLIVEIRA, João Ferreira; CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira; MOROSINI, Marília. (Org.). **Educação Superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. 1 ed. Brasília: INEP, 2008, v. 1, p. 71-88

OTRANTO, Célia Regina. A Reforma da Educação Superior do Governo Lula: da inspiração à implantação. p. 43-58. In. SILVA Jr, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira; MANCIBO, Deise. (Orgs.). **Reforma Universitária: dimensões e perspectivas**. Campinas/SP, Alínea, 2006.

OTRANTO, Célia Regina. Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. **Revista Retta**. UFRJ/PPGEA, Seropédica, RJ: EDUR, Vol. I, nº 01, jan./jun. 2010, p. 89-108

PACHECO, Eliezer; RISTOFF, Dilvo I. Educação superior: democratizando o acesso. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2004 (Série Documental. Textos para discussão n. 12).

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda; ARANHA, Antônia Vitória (Orgs). **Universidade Pública e Inclusão Social: experiência e imaginação**. Belo Horizonte, Editora UFMG. 2008.

PERONI, Vera Maria Vidal, **Política Educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo, Xamã, 2003.

PERONI, Vera Maria Vidal; BAZZO, Vera Lúcia, PEGORARO, Ludimar (orgs.) **Dilemas da Educação Brasileira em Tempos de Globalização Neoliberal entre o público e o privado**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

RISTOFF, Dilvo. **Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização.** In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Orgs.). **Educação Superior no Brasil: 10 anos Pós-LDB.** Brasília: Inep, p. 39-50, 2008

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais. **O Guardador de inutensílios.** UCDB: Campo Grande, v. 7, p. 17-30, 2004.

SARKIS, Paulo Jorge. Equidade de acesso à educação Superior: o caso da UFSC. In: PEIXOTO, Maria do C. de Lacerda (org). **Universidade e Democracia: experiências e alternativas para ampliação do acesso à Universidade pública brasileira.** Belo Horizonte: UFMG, 2004

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional.** 5.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004

SGUISSARDI, Valdemar. **Educação superior: velhos e novos desafios.** São Paulo: Xamã, 2000.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA Olinda. **Política Educacional.** 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SIMIONATO, Ivete. Crise, reforma do estado e políticas públicas: implicações para a sociedade civil e profissão. **Arquivo Gramsci e o Brasil.** 2001. Disponível em: www.artnet.com.br/gramsci . Acesso em: 06 set.2011.

SIMIONATTO, Ivete; PFEIFER, Mariana. Responsabilidade social das empresas: a contraface da sociedade civil e da cidadania. *Texto & Contexto*, n. 5, nov. 2006. Disponível em:< <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1016/796>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

SOUZA, Débora Juliana Nepomuceno de. **Trabalho de Conclusão de Curso.** Campo Grande, UCDB, 2009.

SOUZA, Sandra Zakia Lian de; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Políticas de Avaliação da Educação e Quase-mercado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, CEDES, v. 24, n. 84, p. 873-895, 2003.

TERRIBILI FILHO, Armando. **A Dura Realidade do Estudante do Período Noturno.** 2008. Disponível em:< <http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/a-dura-realidade-do-estudante-do-periodo-noturno-353698.html>>. Acesso em: 17 de set. 2011

TERRIBILI FILHO, Armando. Ensino superior noturno no Brasil: estudar para trabalhar ou trabalhar para estudar? v. 4, n.7. 21 de fevereiro de 2007. Disponível em:< <http://www.odiseo.com.mx/2006/07/terribili-ensino.htm>>. Acesso em 10 fev. 2012.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; ALMEIDA, Edson Pacheco. Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá - um processo de exclusão. In: **Série-Estudos** (UCDB), Campo Grande, n. 13, p. 133-148, 2002.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política educacional em tempos de transição (1985-1995).** Brasília: Plano, 2000.

ZAGO, Nair. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPEd, v.11, n.32, Rio de Janeiro, maio/ago, 2006.

B) Legislações e Documentos

ANDIFES. Relatório do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras. Brasília, TC Gráfica e Editora, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Senado Federal.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília: MARE, 1995.

BRASIL. Manual do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Brasília, 2000.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132452porb.pdf>>. Acesso em 02 jan. 2012.

BRASIL/INCLUIR. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> . Acesso em: 14 jan 2012.

BRASIL/PROMISAES. Portaria nº 3.167, de 13 de Setembro de 2005. Estabelece diretrizes para execução do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 set. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Promisoes/portaria3167.pdf>>. Acesso em: 14 jan 2012.

BRASIL. Programa de Educação Tutorial – PET. **Manual de Orientações Básicas**. Brasília, 2006.

BRASIL/PEC-G. **Programa de Estudante Convênio de Graduação**. Disponível em: <<http://www.aip.ufv.br/pecg/apresentacao.php>>. Acesso em 17 jan. 2012.

BRASILa. Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. **Legislação**. DIDONET, Vital. Brasília: Plano, 2007.

BRASIL/REUNIB. Decreto Nº 6.096, de 24 de Abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm > . Acesso em: 14 jan 2012.

BRASIL/REUNIC. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: diretrizes gerais. Brasília: **Plano de Desenvolvimento da Educação**, 2007.

BRASIL/PROEXTa. Institui o Programa de Extensão Universitária. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1 de julho de 2008. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm >. Acesso em: 15 jan. 2012.

BRASIL/PNAESb. Nacional de Assistência Estudantil. 2008. Disponível em:< http://www.superest.ufrj.br/images/Plano_Nacional_Assistencia_Estudantil_-_ANDIFES.pdf>. Acesso em: 7 Fev. 2012.

BRASILa. Plano Nacional de Educação - PNE. **Legislação**. DIDONET, Vital. Brasília: Plano, 2010.

BRASILb. Censo da Educação Superior/Sinopse 2010. Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse> >. Acesso em: 29 jan. 2012.

BRASIL/PETc. **Portaria MEC nº 976, de 27 de julho de 2010**. Programa de Educação Tutorial (PET).

BRASILd. Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica à Docência – PIBID e dá outras providências. Disponível em:< <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/823578/decreto-7219-10>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

BRASIL/PNAESE. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 jul. 2010. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 14 jan. 2012.

BRASIL. Censo da Educação Superior/Sinopse 1998. Disponível em:< <http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/miolo-Superior1-98.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2012.

BRASIL. Censo da Educação Superior/Sinopse 2003. Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse> >. Acesso em: 29 jan. 2012.

BRASIL. Censo da Educação Superior/Sinopse 2009. Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse> >. Acesso em: 29 jan. 2012.

BRASIL. Lei Nº 9.870, de 23 de novembro de 1999. Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 nov. 1999. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9870.htm>. Acesso em: 25 jan. 2012.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 jan. 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mãos à Obra Brasil**. Proposta de Governo. Brasília, 1994.

Edital nº 4/2011 – **Programa de Extensão Universitária**. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=490&id=12243&option=com_content&view=article>. Acesso em: 24 nov. 2011.

Edital nº 005/2011 – PREAE. Seleção de Acadêmicos para participação nas ações Bolsa Permanência e auxílio Alimentação. Disponível em:< <http://www.preae.ufms.br/manager/titan.php?target=openFile&fileId=545>>. Acesso em 08 fev. 2012.

Edital nº 8, de 6 de julho de 2010. Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR). Disponível em:< http://sigproj1.mec.gov.br/edital_blank.php?id=320>. Acesso em 02 jan. 2012.

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Disponível em:<<http://www.direitosocial.com.br/oscip.htm>>. Acesso em: 17 set. 2011.

Plano Plurianual 2004 – 2007. **Orientação Estratégica de Governo um Brasil para Todos:** crescimento sustentável, emprego e inclusão social. Ministério do Planejamento, orçamento e gestão. Brasília. 2004. Disponível em:< http://www.defesanet.com.br/docs/ppa_2004_2007.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2012

Plano Plurianual 2008 – 2011a. As prioridades do governo Lula. Instituto de Estudos Socioeconômicos, Brasília, 2007. Disponível em:< <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/ARTIGO%20PPA%202008%202011.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

Plano Plurianual 2008 – 2011b. Projeto de Lei, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília, 2007. Disponível em:< http://www.fiocruz.br/diplan/media/ppa/2008_2011/002_plppa2008_2011.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2012.

Projeto de Lei. Plano Nacional de Educação 2011-2020. Disponível em:< <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/831421.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

Resolução nº 6, de 7 de fevereiro de 2011. Aprova o regulamento da Ação Auxílio Alimentação para os alunos dos cursos de graduação, presenciais da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2011. Disponível em:< [http://www-nt.ufms.br/#ufmsGallery-picture\(12\)](http://www-nt.ufms.br/#ufmsGallery-picture(12))>. Acesso em: 18 abr. 2012.

Resolução nº 7, de 7 de fevereiro de 2011. Aprova o regulamento da Ação Bolsa Permanência da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2011. Disponível em:< <http://www.preae.ufms.br/?section=norm&itemId=57>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção a regulamentação. 5 .ed. Brasília: Inep, 2009. Disponível em:< http://www.ufrgs.br/sai/arquivos/INEP_SINAES_5a_edicao.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2012.

ANEXOS

ANEXO 1
Levantamento Estado da Arte

| Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação - UCDB | | |
|---|---|----------------------------------|
| Ano | Título da Dissertação | Autores |
| 1999 | Ensino Superior e Mercado de Trabalho: opção do acadêmico | Edson Luiz Xavier |
| 2003 | Expansão Universitária em Mato Grosso do Sul – 1979 – 2001 | Eloisa Bittencourt Fernandes |
| 2008 | Política de Cotas para Negros na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS – Unidade de Aquidauana: a percepção dos alunos cotistas e professores. | Luciane Andreatta de Castro |
| 2008 | Políticas de Educação Superior: acesso e permanência de estudantes trabalhadores dos cursos noturnos (1996-2006) | Maria Cleide L. P. Cavalcante |
| 2009 | Políticas de Educação Superior e as Universidades Estaduais: um estudo sobre os cursos noturnos da universidade estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS | Eliane Terezinha Tulio Ferronato |
| 2010 | Expansão da Educação Superior em Mato Grosso do Sul e a ampliação do acesso ao ensino superior noturno 1990 a 2006 | Valquiria Allis Nantes |

| Revista Série-Estudos da UCDB | | |
|-------------------------------|---|--|
| Ano | Título do artigo | Autoras |
| 2001 | Evasão nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Cuiabá – um processo de exclusão | Tereza Cristina M.A. Veloso e Edson Pacheco de Almeida |
| 2006 | Ações Afirmativas e a Política de Cotas: uma análise do Programa Universidade para Todos – PROUNI – a inserção de negros na universidade. | Eugênia Portela de Siqueira Marques e Suzanir Fernanda Maia |
| 2007 | Política de Cotas para Negros na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – um estudo sobre os fatores da permanência | Mariluce Bittar, Maria José de Jesus Alves Cordeiro e Carina Elisabeth Maciel de Almeida |

| Site GEPPEs | | |
|-------------|--|---|
| Ano | Título Do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Dissertação de Mestrado / Tese de Doutorado | Autoras |
| 2008 | A Inclusão do Negro na Educação Superior: acesso e permanência na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) (TCC) | Aretha Fagundes de Oliveira e Simone Moraes da Gama |
| 2008 | Negros e Indígenas Cotistas da UEMS: desempenho acadêmico do ingresso a conclusão de curso (Tese de Doutorado) | Maria José de Jesus Alves Cordeiro |

| Banco de Teses e Dissertações da CAPES | | |
|--|---|------------------------------------|
| Ano | Título da Dissertação de Mestrado / Tese de Doutorado | Autores |
| 2004 | Permanência e Movimento: um olhar sobre o processo de construção das diretrizes curriculares para o ensino superior no contexto das políticas do MEC. (Tese) | Rubens de Oliveira Martins |
| 2006 | A Expansão do Ensino Superior no Brasil e a Participação do Financiamento Estatal (1995-2004). (Dissertação) | Jacqueline de Oliveira Lameza |
| 2006 | A Implantação do Sistema de Cotas nas Universidades Públicas Brasileiras. (Dissertação) | Milton Linhares |
| 2007 | Direitos Diferenciados e Ações Afirmativas: um estudo sobre políticas de cotas para negros e índios. (Dissertação) | Ellen Patrícia Braga Pantoja |
| 2008 | Ação Afirmativa no Ensino Superior: estudo da Política de Inserção de alunos pobres e negros na PUC-Rio. (Tese) | Andréia Clapp Salvador |
| 2008 | Democratização do Acesso e Políticas Afirmativas na Educação Superior. (Dissertação) | Ana Maria dos Reis |
| 2008 | O Ingresso no Ensino Superior Público de Egresso da Educação Básica Pública: o sistema de cotas na universidade federal do Paraná. (Dissertação) | Berenice Schelbauer do Prado |
| 2008 | Políticas de Ações Afirmativas: a experiência do projeto negraeva. (Dissertação) | Lauro Cristiano Guedes da Silva |
| 2008 | Políticas de Educação Superior: acesso e permanência de estudantes trabalhadores dos cursos noturnos (1996-2006). (Dissertação) | Maria Cleide L. P. Cavalcante |
| 2008 | Políticas Públicas de Educação Superior - Programa Universidade para Todos: um olhar dos alunos beneficiários na PUC-SP. (Dissertação) | Fabiana de Souza Costa |
| 2008 | Reforma da Educação Superior no Governo Lula: debate sobre a ampliação e democratização do acesso. (Dissertação) | Jaana Flávia Fernandes Moreira |
| 2009 | Acesso e Permanência nos Cursos de Graduação da UFRJ: o centro de filosofia e ciências humanas. (Dissertação) | Adriane Pereira Gouvea |
| 2009 | O Discurso de Inclusão nas Políticas de Educação Superior (2003 – 2008). (Tese) | Carina Elisabeth Maciel de Almeida |
| 2009 | Políticas de Cotas Raciais em Universidades Brasileiras: entre a legitimidade e a eficácia. (Dissertação) | Gesiela Insue Naito |
| 2009 | Políticas Públicas para o Acesso e Permanência no Ensino Superior. (Dissertação) | Maria Raidalva Nery Barreto |

| GT11 da ANPEd | | |
|---------------|---|--|
| Ano | Título do artigo | Autores |
| 1998 | Universidade e Sociedade: a democratização da universidade pública | Regina Maria Michelotto |
| 2001 | Evasão nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Cuiabá – um processo de exclusão | Tereza Cristina M.A. Veloso |
| 2001 | O Ensino Superior no Brasil Entre o Público e o Privado | Antônio Wilson Pagotti e Sueli Assis |
| 2003 | Educação Superior | João Ferreira de Oliveira, Luiz Fernando Dourado e Afrânio Mendes Catani |
| 2003 | Relação Governo e Educação Superior nas Décadas de 1980 e 1990: um olhar comparativo | Alfredo Macedo Gomes |
| 2005 | A Política para a Educação Superior: entre o público e o privado | Vera Lúcia Jacob Chaves |
| 2006 | Política para o Ensino Superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado | Cristina Helena Almeida de Carvalho |
| 2006 | Mitos e Controvérsias Sobre a Política de Cotas para Negros na Educação Superior | Mariluce Bittar e Carina Elisabeth Maciel de Almeida |
| 2009 | Na Contracorrente: a política do governo Lula para a educação superior | Éder da Silva Dantas e Luiz de Sousa Junior |
| 2010 | Aumento de vagas ociosas na educação superior brasileira (2003-2008): redução do poder indutor da expansão via setor privado? | José Vieira de Sousa |

ANEXO 2
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DOM BOSCO PPGE/UCDB**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____
Portador (a) do RG n° _____, residente à
Rua _____ n° _____ Bairro
_____, Cidade _____, concordo em conceder
entrevista à pesquisadora Débora Juliana N. de Souza, que consiste em “investigar os
programas de permanência implementados nas universidades públicas, em específico a
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no contexto das políticas de Educação
Superior, no período de 2003 a 2010”, pesquisa vinculada ao projeto “Políticas de Expansão
da Educação Superior no Brasil pós –LDB – 1996-2010”, sob a orientação da Professora
Doutora Mariluce Bittar. Fui informado (a) que os dados coletados na entrevista serão
analisados e apresentados na forma de pesquisa científica e que minha identificação pessoal
será preservada.

Ao participar deste estudo fui esclarecido (a) e estou ciente que:

- a) caso não me sinta a vontade para responder qualquer questão, posso deixar de respondê-la, sem que isto implique em prejuízo;
- b) as informações que fornecerei, poderão ser utilizadas, para trabalhos científicos e minha identificação deve ser mantida sob sigilo;
- c) minha participação é inteiramente voluntária, e não fui objeto de nenhum tipo de pressão;
- d) tenho liberdade para desistir de participar, em qualquer momento, da entrevista;
- e) caso precise entrar em contato com o (a) pesquisado (a), estou ciente de que posso fazê-lo por meio do e-mail abaixo. _____

Campo Grande,..... de.....de 2011.

Participante da Pesquisa

Pesquisadora

Orientador

ANEXO 3
Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO UCDB

Roteiro de entrevista referente a Dissertação: Política de Educação Superior e os Programas de Permanência para Universidades Públicas – um estudo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - 2003 a 2010

Mestranda: Débora Juliana Nepomuceno de Souza

Orientadora: Mariluce Bittar

Eixo I: Dados Identificação

1. Aluno do curso de dosemestre.
2. Sexo:
3. Idade:
4. Estado civil:
5. Com quem você mora atualmente?
6. Quantas pessoas moram na sua casa?
7. Você recebe ajuda da família, é o principal responsável pelo sustento da sua casa, entre outros?
8. Qual a faixa de renda mensal das pessoas que moram com você?(incluindo a sua)

Eixo II: Dados de Escolarização

9. Em que tipo de escola você cursou o ensino médio?
10. Com quantos anos você terminou o ensino médio?
11. Com quantos anos você ingressou na universidade?
12. O curso que você faz é o que gostaria de fazer?

Eixo III: Permanência na Universidade

13. Encontra dificuldades financeiras para manter-se em seu curso?
14. Qual o financiamento que você utiliza para o custeio de suas despesas com o curso?
 - () Bolsa Permanência
 - () Auxílio Alimentação
 - ()outro. Qual
15. Qual foi o critério que você utilizou para concessão da bolsa?
16. Você utiliza outro benefício oferecido pela UFMS ?
17. Qual o período de estudo na IES?O que significa para você estudar nesse período?
18. Além das dificuldades financeiras, quais foram as outras dificuldades encontradas para chegar até este semestre?
19. Como você as superou?
20. Sem a concessão do financiamento que utiliza, seria possível concluir o curso superior? Por quê?

Eixo IV: Dados sobre inserção no mercado de trabalho

21. Você trabalha?

22. Em que setor?

23. Com quantos anos começou a trabalhar?

24. Como concilia trabalho e estudo?

25. Houve momentos em que teve que fazer uma escolha entre trabalho ou estudo? Quando e por quê?

26. O que significa para você ser estudante trabalhador e concluir um curso superior?

27. Quais as suas expectativas com o término do curso?

ANEXO 4
Relatório Mensal Bolsa Ação Permanência

